



Graça & Verdade

COLETÂNEA DE ARTIGOS

Estudos bíblicos, teologia e vida cristã

JULHO DE 2026

Sumário

1 A Segunda Vinda de Cristo: Arrebatamento, Tribulação, Milênio e a Bendita Esperança

2 A Salvação pela Graça: Regeneração, Justificação, Santificação e Glorificação

3 Os Dons do Espírito Santo: Manifestações Sobrenaturais para a Edificação da Igreja

4 A Cura Divina: Fundamentos Bíblicos, a Expição de Cristo e a Prática na Igreja

5 A Santa Ceia: A Importância da Participação e Celebração do Corpo de Cristo

6 O Batismo no Espírito Santo: O Que É, Para Que Serve e Como Recebê-Lo

7 O Batismo em Águas: Fundamentos Bíblicos, Significado e Prática

8 A Identidade Assembleiana: Raízes, Doutrinas e Práticas

9 A Validade do Dízimo na Igreja Contemporânea

10 O Chamado Pastoral e a Ordenação de Mulheres ao Ministério

11 As Funções e o Papel do Pastor nos Dias de Hoje

12 A Economia do Reino: Princípios Econômicos no Novo Testamento

13 A Economia do Reino: Continuidade e Ruptura entre os Testamentos

14 A Economia do Reino: Princípios Econômicos no Antigo Testamento

15 A Relação entre Marido e Mulher à Luz da Bíblia

16 O Que é a Graça de Deus?

17 O Poder Transformador da Oração

18 O Fruto do Espírito Santo

19 Como Estudar a Bíblia: Um Guia Prático

20 Fé e Obras: O Ensino de Tiago

A Segunda Vinda de Cristo: Arrebatamento, Tribulação, Milênio e a Bendita Esperança

Graça & Verdade · 31 de julho de 2026 · 9 min de leitura

Este artigo examina a doutrina da Segunda Vinda de Cristo à luz das Escrituras Sagradas e da Declaração de Fé das Assembleias de Deus, adotando a perspectiva pré-tribulacionista e pré-milenista. São analisadas as duas fases: o arrebatamento da Igreja e a vinda em glória, o Tribunal de Cristo, as Bodas do Cordeiro, o Anticristo e o Milênio.

"Aguardando a bem-aventurada esperança e o aparecimento da glória do grande Deus e nosso Salvador Jesus Cristo" (Tito 2:13). A Segunda Vinda de Cristo é a esperança central do cristianismo e um dos pilares da fé assembleiana. A Declaração de Fé afirma: "Cremos, professamos e ensinamos que a Segunda Vinda de Cristo é um evento a ser realizado em duas fases. A primeira é o arrebatamento da Igreja antes da Grande Tribulação... a segunda fase é a sua vinda em glória depois da Grande Tribulação e visível aos olhos humanos". Esta posição, conhecida como pré-tribulacionista e pré-milenista, é distintiva do pentecostalismo clássico e das Assembleias de Deus.

Mais do que mera especulação escatológica, a doutrina da Segunda Vinda possui implicações práticas profundas: produz santidade (1 João 3:2-3), vigilância (Mateus 25:13), perseverança na obra de Deus (1 Coríntios 15:58) e consolo diante da morte (1 Tessalonicenses 4:18).

A Promessa da Volta de Cristo

A Segunda Vinda não é uma doutrina marginal ou tardia. Jesus prometeu pessoalmente: "Não se turbe o vosso coração; credes em Deus, crede também em mim. Na casa de meu Pai há muitas moradas... vou preparar-vos lugar. E quando eu for, e vos preparar lugar, virei outra vez, e vos levarei para mim mesmo, para que onde eu estiver estejais vós também" (João 14:1-3). Na Sua ascensão, dois anjos confirmaram aos discípulos: "Esse Jesus, que dentre vós foi recebido em cima no céu, há de vir assim como para o céu o vistes ir" (Atos 1:11). O próprio Enoque, sétimo depois de Adão, profetizou: "Eis que é vindo o Senhor com milhares de seus santos" (Judas 1:14). A promessa da volta de Cristo percorre toda a Escritura.

O Arrebatamento da Igreja

A primeira fase da Segunda Vinda é o arrebatamento, quando Cristo virá nos ares para buscar a Sua igreja. Paulo descreve este evento com detalhes: "Porque o mesmo Senhor descera do céu com alarido, e com voz de arcanjo, e com a trombeta de Deus; e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro. Depois nós, os que ficarmos vivos, seremos arrebatados juntamente com eles nas nuvens, a encontrar o

Senhor nos ares, e assim estaremos sempre com o Senhor" (1 Tessalonicenses 4:16-17). A palavra "arreatados" traduz o grego *harpazo*, que significa "tomar à força, arrancar, raptar", de onde deriva o termo latino *raptus* (rapto).

Paulo acrescenta que "nem todos dormiremos, mas todos seremos transformados, num momento, num abrir e fechar de olhos, ante a última trombeta" (1 Coríntios 15:51-52). Os crentes vivos terão seus corpos transformados em corpos gloriosos e incorruptíveis, enquanto os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro. Ambos os grupos se encontrarão com o Senhor nos ares. Este evento, segundo a Declaração de Fé, "será invisível aos olhos do mundo, porém seus efeitos serão perceptíveis". Será repentino, sem sinais prévios que permitam datação, podendo ocorrer a qualquer momento.

O Tribunal de Cristo e as Bodas do Cordeiro

Após o arrebatamento, enquanto a Grande Tribulação ocorre na terra, a igreja estará com Cristo nos céus, onde dois eventos ocorrerão.

O Tribunal de Cristo

O primeiro é o Tribunal de Cristo, onde os crentes serão galardoados segundo suas obras: "Porque todos devemos comparecer ante o tribunal de Cristo, para que cada um receba segundo o que tiver feito por meio do corpo, ou bem ou mal" (2 Coríntios 5:10). É importante distinguir: este tribunal não é para condenação — "nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus" (Romanos 8:1) — mas para galardão ou perda de galardão. Paulo compara a obra de cada crente a materiais que serão provados pelo fogo: ouro, prata, pedras preciosas permanecem; madeira, feno, palha são consumidos (1 Coríntios 3:12-15).

As Bodas do Cordeiro

O segundo evento é as Bodas do Cordeiro, descritas em Apocalipse 19:7-9: "Regozijemo-nos, e alegremo-nos, e demos-lhe glória; porque vindas são as bodas do Cordeiro, e já a sua esposa se aprontou." A igreja é a Noiva de Cristo, e as bodas representam a união definitiva entre Cristo e Seu povo redimido. A Declaração de Fé afirma que é "um momento de gozo e de alegria" onde "será culminado o plano da redenção".

A Grande Tribulação

Enquanto a igreja está com Cristo, a terra enfrentará um período de sete anos de angústia sem precedentes. Jesus profetizou: "porque haverá, então, grande aflição, como nunca houve desde o princípio do mundo até agora, nem tampouco haverá jamais" (Mateus 24:21). O profeta Daniel estabeleceu a cronologia: "setenta semanas estão determinadas sobre o teu povo" (Daniel 9:24), sendo a última semana (sete anos) o período da Tribulação. A Declaração de Fé explica que se trata de "um período de transição entre a dispensação da Igreja e o Milênio". Jeremias descreveu este período como "tempo de angústia para Jacó" (Jeremias 30:7).

O Anticristo e o Falso Profeta

A Grande Tribulação será marcada pela manifestação do Anticristo, descrito por Paulo como "o homem do pecado, o filho da perdição; o qual se opõe e se levanta contra tudo o que se chama Deus ou se adora; de sorte que se assentará, como Deus, no templo de Deus, querendo parecer Deus" (2 Tessalonicenses 2:3-4). O termo "anticristo" é usado por João (1 João 2:18,22; 4:3) e designa um indivíduo que personifica a oposição total a Cristo. É importante observar que, embora o espírito do anticristo já atue no mundo (1 João 4:3), a manifestação do Anticristo como pessoa será um evento futuro e específico.

Em Apocalipse 13, ele é identificado como "a besta que subiu do mar", recebendo poder de Satanás para dominar o mundo e sendo auxiliado por um Falso Profeta, que realizará sinais enganadores para desviar a humanidade da verdade. A marca da besta será imposta como controle econômico e religioso total (Apocalipse 13:16-17).

A Vinda de Cristo em Glória

Ao final dos sete anos de Tribulação, Cristo retornará à terra de forma visível e gloriosa. Esta é a segunda fase da Segunda Vinda: "E, então, verá vir o Filho do Homem numa nuvem, com poder e grande glória" (Lucas 21:27). João descreve com majestade: "Eis que vem com as nuvens, e todo olho o verá, até os mesmos que o traspassaram; e todas as tribos da terra se lamentarão sobre ele" (Apocalipse 1:7). Diferentemente do arrebatamento, que será invisível ao mundo, esta vinda será pública e universal. Cristo retornará acompanhado "com todos os seus santos" (1 Tessalonicenses 3:13) — a igreja glorificada — para derrotar o Anticristo e o Falso Profeta, julgar as nações e estabelecer Seu Reino milenar.

O Milênio

Após a derrota do Anticristo, Cristo estabelecerá Seu Reino literal na terra por mil anos. João descreve: "Ele prendeu o dragão, a antiga serpente, que é o diabo e Satanás, e amarrou-o por mil anos. E lançou-o no abismo, e ali o encerrou, e pôs selo sobre ele, para que mais não engane as nações, até que os mil anos se acabem" (Apocalipse 20:2-3).

As Assembleias de Deus sustentam a posição **pré-milenista**, crendo que Cristo retornará antes do Milênio para inaugurá-lo pessoalmente, distinguindo-se do amilenismo (que interpreta o Milênio simbolicamente) e do pós-milenismo (que crê que a igreja estabelecerá o Reino antes da volta de Cristo). A Declaração de Fé ensina que, nesse período, "Satanás estará aprisionado no abismo" e "a sua ação destruidora na terra será neutralizada", estabelecendo uma era de justiça, paz e prosperidade sob o governo de Cristo.

Implicações Práticas da Esperança Escatológica

A doutrina da Segunda Vinda não deve produzir especulação ociosa, mas transformação de vida.

Santidade. João afirma: "E qualquer que nele tem esta esperança purifica-se a si mesmo, como também ele é puro" (1 João 3:3). A bendita esperança gera santidade.

Vigilância. Jesus advertiu sobre a necessidade de vigilância: "Vigiai, pois, porque não sabeis o dia nem a hora em que o Filho do Homem há de vir" (Mateus 25:13). A iminência da volta de Cristo exige prontidão constante.

Consolo. Paulo conclui seu ensino sobre o arrebatamento com uma exortação pastoral: "Portanto, consolai-vos uns aos outros com estas palavras" (1 Tessalonicenses 4:18). A doutrina da Segunda Vinda é fonte de consolo diante da morte e do sofrimento.

Missão. Ela também motiva o fervor missionário: sabendo que "o Senhor não retarda a sua promessa... mas é longânimo para convosco, não querendo que alguns se percam, senão que todos venham a arrepender-se" (2 Pedro 3:9), a igreja deve acelerar a proclamação do evangelho enquanto há tempo.

Conclusão

A Segunda Vinda de Cristo é a bendita esperança da igreja. A cronologia bíblica conforme a perspectiva assembleiana apresenta: o arrebatamento da igreja antes da Grande Tribulação; o Tribunal de Cristo e as Bodas do Cordeiro nos céus; a Grande Tribulação na terra; a manifestação do Anticristo; a vinda de Cristo em glória para derrotar o mal; e o estabelecimento do Reino milenar.

A Declaração de Fé das Assembleias de Deus sintetiza esta doutrina com clareza, mantendo a fidelidade ao texto bíblico. Mais do que um mapa escatológico, a Segunda Vinda é a certeza que impulsiona a igreja à santidade, à vigilância e à missão. A última oração da Bíblia é o clamor de todo crente fiel: "Amém. Ora vem, Senhor Jesus!" (Apocalipse 22:20). Que cada crente viva à luz desta esperança, "aguardando a bem-aventurada esperança e o aparecimento da glória do grande Deus e nosso Salvador Jesus Cristo" (Tito 2:13).

Referências

- BÍBLIA. Português. **Almeida Corrigida Fiel**. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.
- BÍBLIA. A. T. Daniel. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Daniel 9.
- BÍBLIA. A. T. Jeremias. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Jeremias 30.
- BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Mateus 24; 25.
- BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Lucas 21.
- BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. João 14.
- BÍBLIA. N. T. Atos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Atos 1.
- BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Coríntios 3; 15.
- BÍBLIA. N. T. 1 Tessalonicenses. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Tessalonicenses 3; 4.
- BÍBLIA. N. T. 2 Tessalonicenses. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 2 Tessalonicenses 2.
- BÍBLIA. N. T. Tito. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Tito 2.
- BÍBLIA. N. T. 1 João. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 João 2; 3; 4.
- BÍBLIA. N. T. Judas. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Judas 1.

- BÍBLIA. N. T. Apocalipse. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Apocalipse 1; 13; 19; 20; 22.
- DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo XXII: Sobre a Segunda Vinda de Cristo.

A Salvação pela Graça: Regeneração, Justificação, Santificação e Glorificação

Graça & Verdade · 31 de julho de 2026 · 9 min de leitura

Este artigo examina a doutrina da salvação à luz das Escrituras Sagradas e da Declaração de Fé das Assembleias de Deus, abordando a condição pecaminosa do ser humano, a graça como única base da salvação, o processo que envolve regeneração, justificação, adoção, santificação e glorificação, e a posição assembleiana sobre a perda da salvação.

"Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie" (Efésios 2:8-9). Estes versículos sintetizam o coração do evangelho: a salvação é uma dádiva imerecida de Deus, concedida gratuitamente a todo aquele que crê em Jesus Cristo. A Declaração de Fé das Assembleias de Deus afirma que "é-nos oferecida pela graça mediante a fé no sacrifício de Jesus Cristo na cruz do Calvário" e que "é eterna, completa e eficaz". Esta doutrina é o fundamento sobre o qual todas as demais se sustentam.

Compreender a salvação exige responder a três perguntas fundamentais: Do que somos salvos? Por quem somos salvos? Como somos salvos? A Bíblia responde: somos salvos do pecado e da condenação eterna, por Jesus Cristo, mediante a graça de Deus, recebida exclusivamente pela fé.

A Condição do Ser Humano: O Pecado e Suas Consequências

Para compreender a grandeza da salvação, é necessário compreender a gravidade da condição da qual somos salvos. Paulo descreve o estado do homem sem Cristo: "Não há justo, nem sequer um. Não há ninguém que entenda; não há ninguém que busque a Deus. Todos se extraviaram, e juntamente se fizeram inúteis" (Romanos 3:10-12). O pecado não é apenas um erro moral ou uma fraqueza; é uma condição de rebelião contra Deus que afeta toda a humanidade: "todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus" (Romanos 3:23).

A consequência última do pecado é a morte espiritual — a separação eterna de Deus: "o salário do pecado é a morte" (Romanos 6:23). A Declaração de Fé qualifica esta condição como "mortos em ofensas e pecados" (Efésios 2:1), significando que o homem, por si só, é incapaz de se reconciliar com Deus.

A Iniciativa Divina: A Graça de Deus

Diante da total incapacidade humana, Deus tomou a iniciativa. "É do SENHOR que vem a salvação" (Jonas 2:9). Graça (*charis*) é favor imerecido, bondade concedida a quem não merece. A Declaração de Fé ensina: "Não há nada que o homem natural possua ou pratique que lhe faça merecida a graça de

Deus". Paulo é enfático: "Mas, se é por graça, já não é pelas obras; de outra maneira, a graça já não é graça" (Romanos 11:6).

A salvação não é recompensa por boas obras, observância religiosa ou mérito pessoal. É presente divino, concedido livremente a pecadores que nada têm a oferecer senão sua fé. A Declaração de Fé também esclarece que a graça "não é irresistível, pois não são poucos os que, ignorando o Evangelho de Cristo, resistem ao Espírito da graça". Deus oferece a salvação a todos, mas respeita a liberdade humana de aceitá-la ou rejeitá-la.

O Meio da Salvação: A Fé em Jesus Cristo

O único meio pelo qual o pecador se apropria da salvação é a fé em Jesus Cristo. Paulo declara: "Se, com a tua boca, confessares ao Senhor Jesus e, em teu coração, creres que Deus o ressuscitou dos mortos, serás salvo" (Romanos 10:9). Jesus mesmo afirmou: "Eu sou o caminho, e a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim" (João 14:6) e "Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna" (João 3:16).

A fé não é mero assentimento intelectual à existência de Deus — "até os demônios o creem, e estremecem" (Tiago 2:19) — mas confiança pessoal e rendição total a Cristo como Senhor e Salvador. A Declaração de Fé afirma que "a fé antecede a regeneração", baseando-se em Efésios 2:8.

As Etapas da Salvação

A salvação é um processo que envolve várias etapas, cada uma representando um aspecto distinto da obra redentora de Deus na vida do crente.

Regeneração

A primeira é a regeneração, ou novo nascimento. Jesus disse a Nicodemos: "Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus" (João 3:3). Trata-se de uma transformação radical, uma nova criação operada pelo Espírito Santo: "Assim que, se alguém está em Cristo, nova criatura é; as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo" (2 Coríntios 5:17). Paulo explica que Deus "nos salvou pela lavagem da regeneração e da renovação do Espírito Santo" (Tito 3:5).

Justificação

A segunda é a justificação: o ato pelo qual Deus declara justo o pecador que crê em Cristo, imputando-lhe a justiça de Jesus. "Sendo, pois, justificados pela fé, temos paz com Deus, por nosso Senhor Jesus Cristo" (Romanos 5:1). Na justificação, Cristo é tratado como pecador em nosso lugar, e nós somos tratados como justos no lugar dEle. "Àquele que não conheceu pecado, o fez pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus" (2 Coríntios 5:21).

Adoção

A terceira é a adoção: o crente é recebido na família de Deus como filho. "Porque não recebestes o espírito de escravidão, para, outra vez, estardes em temor, mas recebestes o espírito de adoção de filhos, pelo qual clamamos: Aba, Pai" (Romanos 8:15). O salvo não é apenas perdoado; é tornado filho

de Deus com todos os direitos de herança: "herdeiros de Deus, e co-herdeiros de Cristo" (Romanos 8:17).

Santificação

A quarta é a santificação: o processo contínuo pelo qual o crente é separado do pecado e transformado à imagem de Cristo. "É a vontade de Deus, a vossa santificação" (1 Tessalonicenses 4:3). Diferentemente da justificação — que é instantânea e posicional — a santificação é progressiva e experiencial. Paulo ora para que os tessalonicenses sejam "conservados irrepreensíveis para a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo" (1 Tessalonicenses 5:23). A santificação envolve tanto a obra de Deus ("o mesmo Deus de paz vos santifique em tudo") quanto a responsabilidade humana ("Segui a paz com todos e a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor" — Hebreus 12:14).

Glorificação

A quinta é a glorificação: a etapa final da salvação, que ocorrerá na volta de Cristo, quando os salvos receberão corpos incorruptíveis, livres do pecado e da morte. "E aos que justificou, a esses também glorificou" (Romanos 8:30). Paulo descreve: "num momento, num abrir e fechar de olhos, ante a última trombeta... os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e nós seremos transformados" (1 Coríntios 15:52-53). A glorificação é a consumação da salvação.

O Destino dos Salvos e dos que Rejeitam a Salvação

A Bíblia ensina que há apenas dois destinos eternos. O céu é a pátria dos salvos, descrito como lugar de perfeita comunhão com Deus: "Na casa de meu Pai há muitas moradas... vou preparar-vos lugar" (João 14:2-3). "É lugar de perfeita santidade, gozo, alegria sem fim e da perfeita felicidade" (Declaração de Fé, Cap. X).

Para os que rejeitam a Cristo, a Escritura descreve a realidade do inferno: "É horrenda coisa cair nas mãos do Deus vivo" (Hebreus 10:31). A Declaração de Fé, no Capítulo sobre o Mundo Vindouro, descreve o destino dos ímpios como "o lago de fogo", preparado para o diabo e seus anjos (Apocalipse 20:15). A Bíblia é clara: a salvação está disponível a todos, mas é aplicada apenas aos que creem.

É Possível Perder a Salvação? A Posição Assembleiana

Diferentemente de muitas denominações evangélicas, as Assembleias de Deus rejeitam a doutrina da "segurança eterna incondicional". A Declaração de Fé é explícita: "Rejeitamos a afirmação segundo a qual 'uma vez salvo, salvo para sempre', pois entendemos à luz das Sagradas Escrituras que, depois de experimentar o milagre do novo nascimento, o crente tem a responsabilidade de zelar pela manutenção da salvação".

Os textos bíblicos que fundamentam esta posição incluem: "Vede, irmãos, que nunca haja em qualquer de vós um coração mau e infiel, para se apartar do Deus vivo" (Hebreus 3:12); "Porque é impossível que os que já uma vez foram iluminados, e provaram o dom celestial, e se tornaram participantes do Espírito Santo... e recaíram, sejam outra vez renovados para arrependimento" (Hebreus 6:4-6); "Porque, se pecarmos voluntariamente, depois de termos recebido o conhecimento da verdade, já não

resta mais sacrifício pelos pecados" (Hebreus 10:26); e "Mas, desviando-se o justo da sua justiça, e cometendo a iniquidade... de todas as justiças que tiver feito não se fará memória; na sua transgressão... morrerá" (Ezequiel 18:24).

No entanto, esta posição não deve gerar insegurança ou medo constante, mas sóbria vigilância. O crente que permanece em Cristo, perseverando em fé e santidade, tem plena segurança da salvação. Jesus prometeu: "As minhas ovelhas ouvem a minha voz, e eu conheço-as, e elas me seguem; e dou-lhes a vida eterna, e nunca hão de perecer, e ninguém as arrebatará da minha mão" (João 10:27-28). A perseverança dos santos é tanto promessa divina quanto responsabilidade humana. É possível estar seguro da salvação enquanto se permanece em Cristo; a apostasia deliberada e persistente, porém, é uma possibilidade real contra a qual as Escrituras advertem.

Conclusão

A salvação pela graça é a doutrina central da fé cristã e o fundamento sobre o qual repousam todas as demais doutrinas. Este artigo demonstrou que a salvação é: necessária porque o pecado separou o homem de Deus; iniciada por Deus, que oferece graça imerecida; recebida exclusivamente pela fé em Jesus Cristo, sem obras humanas; um processo que envolve regeneração, justificação, adoção, santificação e glorificação; e eterna em sua essência, mas passível de perda por apostasia deliberada, conforme a posição assembleiana.

A Declaração de Fé das Assembleias de Deus sintetiza com fidelidade o ensino bíblico sobre a salvação, equilibrando a soberania da graça divina com a responsabilidade humana. Que cada crente regozije-se na certeza da salvação em Cristo e, ao mesmo tempo, persevere "com temor e tremor" (Filipenses 2:12), sabendo que "é Deus o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade" (Filipenses 2:13). "Portanto, agora, nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus" (Romanos 8:1).

Referências

- BÍBLIA. Português. **Almeida Corrigida Fiel**. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.
- BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. João 3; 10; 14.
- BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Romanos 3; 5; 6; 8; 10; 11.
- BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Coríntios 15.
- BÍBLIA. N. T. 2 Coríntios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 2 Coríntios 5.
- BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Efésios 2.
- BÍBLIA. N. T. Tito. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Tito 3.
- BÍBLIA. N. T. Hebreus. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Hebreus 6; 10; 12.
- DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo X: Sobre a Salvação.

Os Dons do Espírito Santo: Manifestações Sobrenaturais para a Edificação da Igreja

Graça & Verdade · 31 de julho de 2026 · 11 min de leitura

Este artigo examina os dons espirituais conforme revelados nas Escrituras Sagradas, com especial atenção à lista de 1 Coríntios 12:8-10. Aborda a natureza dos dons como manifestações sobrenaturais, sua distribuição segundo a soberania divina, sua finalidade de edificação do corpo de Cristo e a distinção entre dons, ministérios e fruto do Espírito.

O apóstolo Paulo, escrevendo à igreja de Corinto, declara: "Acerca dos dons espirituais, não quero, irmãos, que sejais ignorantes" (1 Coríntios 12:1). Esta preocupação apostólica revela a importância dos dons para a vida da igreja e o perigo do desconhecimento sobre o assunto. Os dons espirituais (no grego, *pneumatikón* e *charismata*) são capacitações sobrenaturais concedidas pelo Espírito Santo aos crentes para a edificação do corpo de Cristo e o cumprimento da missão da igreja no mundo.

A Declaração de Fé das Assembleias de Deus afirma que os dons são "capacitações especiais e sobrenaturais concedidas pelo Espírito de Deus ao crente para serviço especial na execução dos propósitos divinos por meio da Igreja". São recursos do Espírito Santo operados por meio de seres humanos enquanto a igreja estiver na terra.

O Que São os Dons Espirituais

A palavra grega *charisma*, traduzida como "dom", deriva de *charis* (graça) e significa literalmente "dádiva da graça". Os dons não são recompensas por mérito humano, nem talentos naturais desenvolvidos, nem indicação de superioridade espiritual. São presentes imerecidos concedidos pelo Espírito Santo segundo a Sua vontade soberana: "Mas um só e o mesmo Espírito opera todas estas coisas, repartindo particularmente a cada um como quer" (1 Coríntios 12:11). A distribuição é divina, não humana.

Paulo ensina que há três classes de manifestações: "Ora, há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo. E há diversidade de ministérios, mas o Senhor é o mesmo. E há diversidade de operações, mas é o mesmo Deus que opera tudo em todos" (1 Coríntios 12:4-6). A Declaração de Fé explica que os dons têm origem no Espírito Santo, os ministérios ou serviços têm sua fonte no Senhor Jesus, e as operações ou atividades vêm de Deus Pai. É uma obra da Trindade na diversidade da unidade.

É importante observar que nenhuma lista bíblica de dons pretende ser exaustiva. Paulo apresenta os nove dons em 1 Coríntios 12:8-10, mas em Romanos 12:6-8 acrescenta outros como ministério, ensino, exortação, contribuição, presidência e misericórdia. Em Efésios 4:11, menciona dons

ministeriais como apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e doutores. Nenhuma destas listas é idêntica à outra, indicando que o Espírito Santo distribui uma variedade de dons conforme a necessidade da igreja em cada época e lugar.

Os Nove Dons de 1 Coríntios 12:8-10

A passagem de 1 Coríntios 12:8-10 apresenta nove manifestações do Espírito Santo que são tradicionalmente agrupadas, para fins didáticos, em três categorias: **dons de revelação** (palavra da sabedoria, palavra da ciência, discernimento de espíritos), **dons de poder** (fé, dons de curar, operação de maravilhas) e **dons de elocução** (profecia, variedade de línguas, interpretação de línguas). Esta classificação é pedagógica; o texto bíblico não as estabelece como divisão normativa.

Dons de Revelação

A **palavra da sabedoria** é um recurso extraordinário proveniente do Espírito Santo, cuja finalidade é a solução de problemas igualmente extraordinários. Não se trata de sabedoria humana ou intelectual, mas de uma capacitação sobrenatural para orientar a igreja em situações complexas. A **palavra da ciência** ou do conhecimento é a revelação de fatos ou informações que o crente não poderia conhecer por meios naturais. Paulo exemplifica: "como me foi este mistério manifestado" (Efésios 3:3). O **discernimento de espíritos** é a capacidade sobrenatural de distinguir entre o que provém do Espírito de Deus, do espírito humano e de espíritos enganadores (1 João 4:1).

Dons de Poder

O **dom da fé** é uma fé especial para situações específicas, distinta da fé salvífica e da fé como fruto do Espírito. Os **dons de curar** são manifestações do poder divino para a cura de enfermidades, operadas pelo Espírito Santo conforme a vontade soberana de Deus. A Declaração de Fé enfatiza que "é Deus quem cura e somente a Ele pertence a glória". A **operação de maravilhas** refere-se a milagres extraordinários que transcendem as leis naturais, como sinais do poder de Deus.

Dons de Elocução

O **dom de profecia**, no contexto neotestamentário, difere do ofício profético do Antigo Testamento. A revelação canônica já foi concluída, e a Bíblia é a única regra infalível de fé e prática. A profecia atual é uma manifestação momentânea do Espírito para "edificação, exortação e consolação" (1 Coríntios 14:3). A **variedade de línguas** é a capacidade sobrenatural de falar em línguas não aprendidas, sejam humanas ou angelicais. É o mesmo fenômeno da evidência inicial do batismo no Espírito Santo, mas com função distinta: enquanto no batismo as línguas são a evidência inicial, como dom servem à edificação coletiva quando acompanhadas de interpretação. A **interpretação de línguas** é a capacidade sobrenatural de traduzir o conteúdo da mensagem em línguas para o idioma compreendido pela congregação, para que todos sejam edificados.

A Finalidade dos Dons Espirituais

O propósito central dos dons é declarado por Paulo: "Mas a manifestação do Espírito é dada a cada um para o que for útil" (1 Coríntios 12:7). O termo grego *sympheron* significa "proveitoso, benéfico, vantajoso". Os dons não são dados para exibição pessoal, status espiritual ou entretenimento religioso.

São instrumentos de serviço à comunidade.

A Declaração de Fé enumera os propósitos: edificação espiritual, conforto e crescimento da igreja. Os dons não são "atestados pessoais de santidade que induzem as pessoas a acreditar que são mais santas ou mais espirituais que outras; também não transformam as pessoas em superespirituais, nem as tornam melhores ou superiores a outros crentes; não são para exibição ou superioridade particular no seio da Igreja, mas são para a glória de Deus". Este esclarecimento é fundamental para evitar abusos e desvios na compreensão e no uso dos dons.

Paulo ilustra a interdependência dos dons por meio da metáfora do corpo: "Porque, assim como o corpo é um, e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, são um só corpo, assim é Cristo também" (1 Coríntios 12:12). Nenhum dom torna um membro independente dos demais; pelo contrário, cada dom só tem utilidade quando exercido no contexto do corpo. Um olho não pode dizer à mão "não tenho necessidade de ti" (1 Coríntios 12:21). A diversidade de dons promove a unidade, não a divisão.

Distinções Importantes

Batismo no Espírito Santo × Dons Espirituais

O batismo no Espírito Santo é diferente dos dons espirituais. O batismo é uma experiência única de revestimento de poder, prometida a todos os salvos. Os dons são capacitações específicas distribuídas "a cada um como quer" o Espírito (1 Coríntios 12:11). Nem todo crente manifesta todos os dons, mas todo crente pode ser batizado no Espírito Santo. As línguas como evidência inicial do batismo são para todos; as línguas como dom (acompanhadas de interpretação) são distribuídas segundo a vontade do Espírito.

Dons Espirituais × Fruto do Espírito

Dons espirituais e fruto do Espírito são conceitos distintos. Os dons (*charismata*) são capacitações sobrenaturais para o serviço; o fruto (*karpos*) é o caráter de Cristo formado no crente: "amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança" (Gálatas 5:22-23). É possível manifestar dons poderosos e ainda assim ter um caráter deficiente. Paulo adverte que sem amor, os dons de nada aproveitam (1 Coríntios 13:1-3). A igreja de Corinto era rica em dons, mas pobre em amor. Os dons devem ser exercidos em amor, e o amor é o "caminho ainda mais excelente" (1 Coríntios 12:31).

Como Buscar e Receber os Dons Espirituais

Paulo exorta: "procurai com zelo os melhores dons" (1 Coríntios 12:31) e "procurai com zelo os dons espirituais, mas principalmente o de profetizar" (1 Coríntios 14:1). A busca pelos dons é bíblica e legítima, desde que motivada pelo amor e visando à edificação do corpo.

O caminho para recebê-los envolve: ser um crente salvo e batizado no Espírito Santo; desejar os dons com motivação correta; orar pedindo ao Espírito Santo que manifeste Seus dons; estar inserido em uma comunidade de fé onde os dons possam ser exercidos; e dispor-se a ser usado por Deus com

humildade. Contudo, a concessão do dom é sempre prerrogativa do Espírito Santo, que "reparte particularmente a cada um como quer" (1 Coríntios 12:11).

Ordem e Decência no Uso dos Dons

O exercício dos dons espirituais no culto público deve seguir princípios bíblicos de ordem. Paulo dedica 1 Coríntios 14 a este tema, estabelecendo diretrizes claras: as línguas em público devem ser sempre interpretadas (v. 27-28); as profecias devem ser faladas ordenadamente, "dois ou três", e os outros devem julgar (v. 29-31); tudo deve contribuir para a edificação (v. 26); e "tudo, porém, seja feito com decência e ordem" (v. 40). "Porque Deus não é Deus de confusão, senão de paz, como em todas as igrejas dos santos" (1 Coríntios 14:33).

O culto pentecostal assembleiano caracteriza-se pela liberdade na direção do Espírito Santo. No entanto, esta liberdade não é anarquia. As manifestações devem ser ordenadas, evitando falar todos ao mesmo tempo em línguas sem interpretação, interromper a pregação da Palavra com manifestações desordenadas ou confundir emoção com direção espiritual. A liturgia assembleiana prevê momentos específicos para a manifestação dos dons durante o culto, sob a supervisão do pastor ou dirigente. Esta ordem reflete o ensino paulino e protege a igreja de excessos que desonram o Espírito Santo e afastam visitantes e novos convertidos.

Os Dons Espirituais São para os Dias de Hoje?

A questão da vigência contemporânea dos dons divide o mundo evangélico entre cessacionistas (que creem que os dons sobrenaturais cessaram com a era apostólica) e continuacionistas (que creem que os dons permanecem ativos). As Assembleias de Deus são continuacionistas, fundamentando esta posição nas Escrituras.

O argumento cessacionista baseia-se principalmente em 1 Coríntios 13:8-10: "havendo profecias, serão aniquiladas; havendo línguas, cessarão; havendo ciência, desaparecerá... mas, quando vier o que é perfeito, então o que o é em parte será aniquilado". Os cessacionistas interpretam "o que é perfeito" como o fechamento do cânon bíblico. Contudo, o contexto aponta para a consumação escatológica: "agora, pois, vemos por espelho em enigma, mas então veremos face a face; agora conheço em parte, mas então conhecerei como também sou conhecido" (1 Coríntios 13:12). Paulo fala de um conhecimento futuro perfeito que ocorrerá quando virmos Cristo face a face — na eternidade. Até lá, os dons permanecem necessários e vigentes.

Além disso, não há qualquer texto bíblico que declare a cessação dos dons antes da volta de Cristo. Pelo contrário, Paulo exorta a igreja a buscar os dons com zelo (1 Coríntios 14:1). Pedro, no Pentecostes, declarou que a promessa do derramamento do Espírito é "para vós, e para vossos filhos, e para todos os que estão longe: a tantos quantos Deus, nosso Senhor, chamar" (Atos 2:39). A Declaração de Fé afirma que os dons permanecem "enquanto a Igreja estiver na terra, pois, no Céu, não precisaremos mais deles". A posição assembleiana é clara: os dons não cessaram; continuam disponíveis e necessários até a volta de Cristo.

Conclusão

Os dons espirituais são manifestações sobrenaturais do Espírito Santo concedidas à igreja para a edificação do corpo de Cristo, a glória de Deus e o testemunho ao mundo. Este artigo demonstrou, com fundamento nas Escrituras e na Declaração de Fé das Assembleias de Deus, que os dons: são dádivas da graça, distribuídas soberanamente pelo Espírito Santo; são diversos e complementares, como os membros de um corpo; têm como propósito a utilidade e a edificação coletiva; devem ser buscados com zelo, mas exercidos com amor; devem ser praticados com ordem e decência no culto público; e permanecem vigentes na igreja contemporânea até a volta de Cristo.

A igreja de Corinto, com toda a sua riqueza de dons, foi advertida por Paulo sobre o perigo de buscar os dons sem amor. O "caminho ainda mais excelente" é o amor ágape descrito em 1 Coríntios 13, sem o qual "nada disso me aproveitaria" (1 Coríntios 13:3). Que as Assembleias de Deus permaneçam fiéis ao ensino bíblico: buscando os dons com zelo, exercendo-os com amor, praticando-os com ordem, e sempre para a glória de Deus e a edificação da Sua igreja.

Referências

- BÍBLIA. Português. **Almeida Corrigida Fiel**. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.
- BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 2.
- BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Romanos 12.
- BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 12; 13; 14.
- BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Efésios 4.
- BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gálatas 5.
- BÍBLIA. N. T. 1 João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 João 4.
- DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo XX: Sobre os Dons do Espírito Santo.

A Cura Divina: Fundamentos Bíblicos, a Expição de Cristo e a Prática na Igreja

Graça & Verdade · 31 de julho de 2026 · 10 min de leitura

Este artigo examina a doutrina da cura divina à luz das Escrituras Sagradas e da Declaração de Fé das Assembleias de Deus. São analisados a origem da enfermidade como consequência da queda, a cura divina como benefício da expiação de Cristo, o ministério de cura de Jesus e dos apóstolos, a unção com óleo segundo Tiago 5 e a relação entre fé, oração, medicina e vontade soberana de Deus.

A cura divina é uma das doutrinas distintivas do pentecostalismo e um dos pilares da Declaração de Fé das Assembleias de Deus. Desde os patriarcas até os apóstolos, a Bíblia registra que Deus cura os enfermos em resposta à oração da fé. O próprio nome de Deus é revelado como "Jeová-Rafá": "Eu sou o SENHOR que te sara" (Êxodo 15:26). No Novo Testamento, Jesus dedicou grande parte do Seu ministério terreno à cura de enfermos, demonstrando que a vinda do Reino de Deus traz restauração tanto espiritual quanto física.

Contudo, a doutrina da cura divina tem sido objeto de extremos: de um lado, o ceticismo que nega a atuação sobrenatural de Deus na atualidade; de outro, o triunfalismo que trata a cura como direito automático, desprezando a medicina e ignorando que Deus, em Sua soberania, pode permitir o sofrimento com propósitos maiores.

A Origem da Enfermidade e a Promessa de Cura

A enfermidade entrou no mundo como consequência do pecado original. Antes da queda, não havia doença, dor ou morte no Jardim do Éden. A Declaração de Fé afirma: "A origem da doença e da enfermidade está ligada à entrada do pecado na raça humana, pois no plano original da criação não havia lugar para a doença". O corpo humano, criado perfeito por Deus, tornou-se sujeito à corrupção e mortalidade após o pecado (Gênesis 3:16-19; Romanos 5:12).

No entanto, o Deus que criou o corpo é o mesmo que prometeu curá-lo. Em Êxodo 15:26, Deus declara ao Seu povo: "Se ouvires atento a voz do SENHOR teu Deus, e obrares o que é reto diante de seus olhos, e inclinares os teus ouvidos aos seus mandamentos, e guardares todos os seus estatutos, nenhuma das enfermidades porei sobre ti, que pus sobre o Egito; porque eu sou o SENHOR que te sara." O Salmo 103:2-3 acrescenta: "Bendize, ó minha alma, ao SENHOR, e não te esqueças de nenhum de seus benefícios. Ele é o que perdoa todas as tuas iniquidades, que sara todas as tuas enfermidades." A cura divina é revelada como um dos benefícios da aliança de Deus com o Seu povo.

A Cura Divina e a Expição de Cristo

O fundamento teológico mais sólido para a cura divina encontra-se na expiação de Cristo. Isaías 53 é o texto central: "Verdadeiramente ele tomou sobre si as nossas enfermidades, e as nossas dores levou sobre si... pelas suas pisaduras fomos sarados" (Isaías 53:4-5). Mateus aplica diretamente esta profecia ao ministério de Jesus: "para que se cumprisse o que fora dito pelo profeta Isaías, que diz: Ele tomou sobre si as nossas enfermidades, e levou as nossas doenças" (Mateus 8:17).

A Declaração de Fé das Assembleias de Deus afirma que a cura divina "é um dos benefícios da obra expiatória e redentora de Cristo. Ele proveu na cruz tanto a salvação da alma quanto a cura do corpo". No entanto, diferentemente do perdão dos pecados — que é concedido a todo aquele que crê — a cura física, embora provida na expiação, não é recebida automaticamente por todos os crentes nesta vida. A plenitude da redenção do corpo ocorrerá na ressurreição, quando "o que é mortal se revista da imortalidade" (1 Coríntios 15:53-54). A cura divina é uma antecipação, na era presente, da redenção completa que se manifestará na eternidade.

O Ministério de Cura de Jesus e dos Apóstolos

Os Evangelhos registram que Jesus curou cegos, surdos, mudos, coxos, paráliticos, leprosos, hemorrágicos, lunáticos e até mesmo ressuscitou mortos. Pedro resumiu Seu ministério: "Deus ungiu a Jesus de Nazaré com o Espírito Santo e com virtude; o qual andou fazendo o bem e curando a todos os oprimidos do diabo, porque Deus era com ele" (Atos 10:38). A cura não era um evento isolado, mas parte central da proclamação do Reino.

Jesus não utilizou um único método: curou com um toque (Mateus 8:3), com uma palavra à distância (Mateus 8:8-13), com lodo e saliva (João 9:6-7) e até com a fé de terceiros (Mateus 8:5-13; Marcos 2:5). O que permaneceu constante foi a compaixão como motivação: "Jesus, movido de grande compaixão, estendeu a mão, e tocou-o, e disse-lhe: Quero, sê limpo!" (Marcos 1:41). A cura também era um sinal messiânico que autenticava Sua identidade divina: "à hora mesma, curou muitos de enfermidades, e de pragas, e de espíritos maus, e a muitos cegos deu a vista" (Lucas 7:21), cumprindo o que fora predito (Isaías 35:5-6).

Os apóstolos continuaram este ministério. Pedro curou o coxo à porta do templo, declarando: "Não tenho prata nem ouro, mas o que tenho isso te dou. Em nome de Jesus Cristo, o Nazareno, levanta-te e anda" (Atos 3:6). Paulo curou o coxo de Listra que tinha fé para ser curado (Atos 14:8-10). A cura era um dom do Espírito Santo operando na igreja primitiva (1 Coríntios 12:9), confirmando a Palavra com sinais (Marcos 16:17-18).

A Unção com Óleo e a Oração da Fé

Tiago 5:14-15 estabelece a prática normativa da igreja quanto à oração pelos enfermos: "Está alguém entre vós doente? Chame os presbíteros da igreja, e orem sobre ele, ungindo-o com azeite em nome do Senhor; e a oração da fé salvará o doente, e o Senhor o levantará; e, se houver cometido pecados, ser-lhe-ão perdoados." A Declaração de Fé destaca que "é uma prática exercida nos moldes do Novo Testamento, sendo, portanto, efetuada somente pelos que exercem a liderança da igreja. Entre nós, é praticada por presbíteros, evangelistas e pastores".

É essencial enfatizar que a ênfase de Tiago não está no óleo em si, mas na "oração da fé". O óleo (azeite) é um símbolo do Espírito Santo, não um elemento mágico com propriedades curativas intrínsecas. A unção é um ato de fé e consagração do enfermo a Deus. A cura, quando ocorre, é realizada pelo Senhor, e "somente a Ele pertence a glória".

Cura Divina e Tratamento Médico

A Bíblia não opõe a cura divina ao tratamento médico. Pelo contrário, reconhece o valor da medicina. O profeta Isaías prescreveu "uma pasta de figos" como emplasto para a úlcera do rei Ezequias (Isaías 38:21). Jesus afirmou: "Não necessitam de médico os sãos, mas sim, os doentes" (Mateus 9:12), reconhecendo a legitimidade da prática médica. Paulo tinha Lucas, "o médico amado" (Colossenses 4:14), como companheiro de ministério, e aconselhou Timóteo a usar "um pouco de vinho" por causa de suas frequentes enfermidades estomacais (1 Timóteo 5:23), revelando uma abordagem prática e equilibrada para questões de saúde.

A Declaração de Fé é explícita: "A oração pelos enfermos não entra em conflito com o tratamento médico". Deus pode curar de forma sobrenatural e instantânea; Deus também pode curar através dos recursos da medicina; e Deus pode optar, em Seus insondáveis desígnios, por não curar nesta vida. O crente deve orar com fé, buscar tratamento médico com sabedoria e submeter-se à vontade soberana de Deus em todas as circunstâncias.

Por Que Alguns Não São Curados?

Esta é uma das perguntas mais difíceis e frequentes na experiência cristã. A Bíblia não oferece uma resposta única e simplista, mas fornece princípios que ajudam a compreender o mistério do sofrimento.

Primeiro, o exemplo de Paulo. O apóstolo tinha "um espinho na carne", que ele identificava como "mensageiro de Satanás" (2 Coríntios 12:7). Paulo orou três vezes ao Senhor para que fosse removido, e a resposta divina foi: "A minha graça te basta, porque o meu poder se aperfeiçoa na fraqueza" (2 Coríntios 12:9). A recusa de Deus em curar Paulo tinha um propósito maior: mantê-lo humilde e dependente da graça divina. Este exemplo demonstra que a ausência de cura não é necessariamente falta de fé ou pecado na vida do crente.

Segundo, Timóteo sofria de "frequentemente enfermidades" (1 Timóteo 5:23), e Paulo não o repreendeu por falta de fé, mas deu conselhos práticos. Trófimo ficou doente em Mileto e Paulo o deixou lá (2 Timóteo 4:20). Epafrodito adoeceu "até à morte" e Paulo reconheceu que Deus teve misericórdia dele (Filipenses 2:27). Estes exemplos provam que até mesmo obreiros fiéis experimentaram enfermidades.

Terceiro, a soberania de Deus. Assim como Ele curou a uns e não a outros no Antigo Testamento — curou Naamã, o siro (2 Reis 5), mas não curou todos os leprosos de Israel — Ele age segundo Seus propósitos. O crente deve orar com fé, confiar na bondade de Deus e submeter-se à Sua vontade, como Jesus no Getsêmani: "Meu Pai, se é possível, passa de mim este cálice; todavia, não seja como eu quero, mas como tu queres" (Mateus 26:39). A Declaração de Fé afirma que a cura divina é um benefício da expiação, mas não ensina que seja automática ou universal nesta vida.

Conclusão

A cura divina é uma doutrina bíblica que integra a identidade doutrinária das Assembleias de Deus. A enfermidade tem sua origem na queda, mas Deus Se revela como Jeová-Rafá, o Senhor que sara. A expiação de Cristo proveu tanto o perdão dos pecados quanto a cura do corpo, constituindo o fundamento teológico da cura divina. O ministério de Jesus e dos apóstolos confirma a continuidade desta provisão, e a unção com óleo, conforme Tiago 5, permanece como prática normativa da igreja.

No entanto, a cura divina não pode ser tratada como fórmula mágica, direito exigível ou espetáculo. Deus pode curar sobrenaturalmente, usar a medicina como instrumento, ou permitir a enfermidade com propósitos que transcendem nossa compreensão imediata. O crente deve orar com fé, buscar tratamento médico com sabedoria, e confiar na soberania divina, sabendo que a cura definitiva — a redenção completa do corpo — será plenamente manifestada na ressurreição. Enquanto aguardamos aquele dia, oramos como a igreja primitiva: "concedendo que se façam sinais e prodígios pelo nome do teu santo Filho Jesus" (Atos 4:30).

Referências

- BÍBLIA. Português. **Almeida Corrigida Fiel**. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.
- BÍBLIA. A. T. Êxodo. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Êxodo 15.
- BÍBLIA. A. T. Salmos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Salmo 103.
- BÍBLIA. A. T. Isaías. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Isaías 35; 38; 53.
- BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Mateus 8; 9; 26.
- BÍBLIA. N. T. Marcos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Marcos 1; 16.
- BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Lucas 7.
- BÍBLIA. N. T. Atos. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Atos 3; 4; 10; 14.
- BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Coríntios 12; 15.
- BÍBLIA. N. T. 2 Coríntios. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 2 Coríntios 12.
- BÍBLIA. N. T. Tiago. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. Tiago 5.
- BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Almeida Corrigida Fiel. 2007. 1 Timóteo 5.
- DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo XXI: Sobre a Cura Divina.

A Santa Ceia: A Importância da Participação e Celebração do Corpo de Cristo

Graça & Verdade · 23 de julho de 2026 · 9 min de leitura

Este artigo examina a Santa Ceia como celebração central da fé cristã, fundamentado nas Escrituras Sagradas e na Declaração de Fé das Assembleias de Deus. São analisados a origem pascal, os significados teológicos e a participação digna.

A Santa Ceia é uma das celebrações mais solenes e significativas da fé cristã. Instituída por Jesus Cristo na noite em que foi traído, ela atravessou os séculos como memorial perpétuo do sacrifício do Calvário e como antecipação do banquete escatológico nas bodas do Cordeiro. Para as Assembleias de Deus, a Ceia do Senhor, juntamente com o batismo em águas, constitui uma das duas ordenanças deixadas por Cristo à Sua Igreja.

2 A ORIGEM PASCAL: DA PÁSCOA JUDAICA À CEIA DO SENHOR

A Santa Ceia não surgiu em um vácuo histórico. Jesus a instituiu no contexto da celebração da Páscoa judaica (Pesach), a festa que comemorava a libertação do povo de Israel da escravidão no Egito. Em Êxodo 12, Deus ordenou que cada família israelita imolasse um cordeiro sem defeito e aspergisse seu sangue nos umbrais das portas, para que o anjo destruidor não ferisse os primogênitos: "E aquele sangue vos será por sinal nas casas em que estiverdes; vendo eu sangue, passarei por cima de vós, e não haverá entre vós praga de mortandade" (Êxodo 12:13). O cordeiro pascal era um tipo profético de Cristo, "o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo" (João 1:29).

O Pesach judaico possuía elementos que prefiguravam a Ceia cristã: o pão sem fermento (matzah), símbolo da pureza e da pressa da saída do Egito; o vinho, servido em quatro cálices que representavam as promessas divinas de libertação; e as ervas amargas, que recordavam o sofrimento da escravidão. Todavia, a Bíblia não determina que a igreja reproduza os detalhes do ritual pascal judaico, mas ordena que celebre a Ceia em memória de Cristo, conforme Ele a instituiu (1 Coríntios 11:23-25).

2.1 A Instituição da Ceia do Senhor

A instituição da Santa Ceia é registrada nos três Evangelhos sinóticos e reiterada pelo apóstolo Paulo. Mateus relata: "Enquanto comiam, Jesus tomou o pão, e, abençoando-o, o partiu, e o deu aos discípulos, e disse: Tomai, comei, isto é o meu corpo. E, tomando o cálice, e dando graças, deu-lho, dizendo: Bebei dele todos; porque isto é o meu sangue, o sangue do novo testamento, que é derramado por muitos, para remissão dos pecados" (Mateus 26:26-28).

O apóstolo Paulo, escrevendo aos coríntios cerca de vinte anos depois, reafirma a instituição como tendo recebido diretamente do Senhor: "Porque eu recebi do Senhor o que também vos ensinei: que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão; e, tendo dado graças, o partiu e disse: Tomai, comei; isto é o meu corpo que é partido por vós; fazei isto em memória de mim" (1 Coríntios 11:23-24). Paulo é o único que acrescenta a dimensão escatológica: "Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice anunciais a morte do Senhor, até que venha" (1 Coríntios 11:26).

2.2 O Significado Teológico da Santa Ceia

A Santa Ceia possui múltiplas camadas de significado teológico, todas fundamentadas nas Escrituras.

Memorial (Anamnesis)

Jesus ordenou: "fazei isto em memória de mim" (Lucas 22:19; 1 Coríntios 11:24-25). O termo grego *anamnesis* não significa mera lembrança intelectual, mas uma recordação que torna presente e eficaz aquilo que é lembrado. Ao participar da Ceia, a igreja recorda o sacrifício vicário de Cristo, Sua morte expiatória e o novo pacto selado com Seu sangue. Não se trata de repetir o sacrifício, como ensina a doutrina católica romana, pois "com uma só oblação aperfeiçoou para sempre os que são santificados" (Hebreus 10:14). A Ceia é memorial do sacrifício único e suficiente de Cristo.

Comunhão (Koinonia)

Paulo pergunta retoricamente: "Porventura o cálice de bênção, que abençoamos, não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos não é a comunhão do corpo de Cristo? Porque nós, sendo muitos, somos um só pão e um só corpo; porque todos participamos do mesmo pão" (1 Coríntios 10:16-17). A Ceia expressa e fortalece a unidade do corpo de Cristo. A igreja primitiva "perseverava na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações" (Atos 2:42).

Proclamação (Kerigma)

Paulo afirma que "todas as vezes que comerdes este pão e beberdes este cálice anunciais a morte do Senhor, até que venha" (1 Coríntios 11:26). O verbo grego *katangello* significa "anunciar, proclamar publicamente". Cada celebração da Ceia é uma pregação silenciosa da morte redentora de Cristo.

Esperança Escatológica

A expressão paulina "até que venha" (1 Coríntios 11:26) projeta a celebração para o futuro. Jesus mesmo declarou: "Digo-vos que, desde agora, não beberei deste fruto da videira, até aquele dia em que o beba de novo convosco no reino de meu Pai" (Mateus 26:29). A Ceia antecipa o banquete das bodas do Cordeiro: "Bem-aventurados aqueles que são chamados à ceia das bodas do Cordeiro" (Apocalipse 19:9).

2.3 Os Elementos da Ceia: O Pão e o Fruto da Videira

Os elementos da Ceia são simples e acessíveis: pão e o fruto da videira. Jesus tomou elementos que já faziam parte da refeição pascal e atribuiu-lhes novo significado. O pão representa o corpo de Cristo, partido em favor dos crentes: "isto é o meu corpo que é partido por vós" (1 Coríntios 11:24). O fruto

da videira representa o sangue de Cristo, vertido para a remissão dos pecados e para selar a nova aliança. O autor de Hebreus explica que "sem derramamento de sangue não há remissão" (Hebreus 9:22).

A Bíblia não especifica se o pão deve ser fermentado ou não, nem se o "fruto da videira" deve ser fermentado ou não fermentado. A tradição assembleiana, em coerência com o princípio bíblico de abstinência de bebidas fortes (Provérbios 20:1; Efésios 5:18), utiliza suco de uva não fermentado, representando o sangue puro de Cristo.

2.4 A Participação Digna: Autoexame e Discernimento do Corpo

A Bíblia impõe uma condição solene para a participação na Ceia: o autoexame. Paulo adverte severamente: "Examine-se, pois, o homem a si mesmo, e assim coma deste pão e beba deste cálice. Porque o que come e bebe indignamente, come e bebe para sua própria condenação, não discernindo o corpo do Senhor" (1 Coríntios 11:28-29). O termo "indignamente" (*anaxios*) refere-se não à indignidade inerente do pecador, mas à atitude irreverente e pecaminosa com que alguns coríntios se aproximavam da mesa do Senhor.

O contexto de 1 Coríntios 11 revela que os crentes de Corinto transformavam a Ceia em uma refeição comum, onde havia divisões, glotonaria, embriaguez e desprezo pelos pobres (1 Coríntios 11:18-22). Paulo repreende duramente: "Não tendes porventura casas para comer e beber? Ou desprezais a igreja de Deus, e envergonhais os que nada têm?" (1 Coríntios 11:22). A participação indigna havia resultado em juízo divino: "Por causa disto há entre vós muitos fracos e doentes, e muitos que dormem" (1 Coríntios 11:30).

Estas palavras são um alerta solene para toda igreja em todas as épocas: a Ceia não é um ritual vazio que pode ser praticado mecanicamente, mas um encontro santo com o Senhor que exige reverência, arrependimento e reconciliação.

2.5 Ceia: Sacramento ou Ordenança?

Uma das discussões teológicas mais importantes sobre a Ceia diz respeito à sua natureza: é um sacramento ou uma ordenança? O termo "sacramento" provém do latim *sacramentum*, que designava o juramento de fidelidade do soldado romano. Tertuliano (155-222 d.C.) foi o primeiro a aplicá-lo aos ritos cristãos.

As Assembleias de Deus rejeitam o termo "sacramento" e adotam "ordenança". A Declaração de Fé afirma: "Rejeitamos o termo 'sacramento' por ser estranho à Bíblia. Tanto o batismo em águas como a Ceia do Senhor foram instituídos por Jesus e confirmados pelos apóstolos como prática obrigatória e necessária ao desenvolvimento da fé cristã". A ordenança é um mandamento de Cristo a ser obedecido, não um meio de graça que opera *ex opere operato* (pela própria execução do ato).

Historicamente, quatro concepções principais se desenvolveram: (1) a transubstanciação católica romana; (2) a consubstanciação luterana; (3) a presença espiritual calvinista; e (4) a visão memorial zwingliana. As Assembleias de Deus alinham-se mais proximamente à visão memorial, enfatizando o caráter simbólico dos elementos e a centralidade da fé do participante, sem negar a presença espiritual de Cristo na celebração.

O que as Escrituras exigem é autoexame (1 Coríntios 11:28), discernimento do corpo (v. 29) e uma atitude de reverência e gratidão pelo sacrifício de Cristo.

3 CONCLUSÃO

A Santa Ceia é muito mais que um ritual religioso. É memorial do sacrifício de Cristo, comunhão do corpo, proclamação do evangelho e antecipação das bodas do Cordeiro. Para o crente assembleiano, participar da Ceia é um ato de obediência e um privilégio espiritual.

Que cada celebração da Ceia do Senhor nos encontre examinados, reconciliados e com os olhos fitos na cruz — e na promessa: "até que venha".

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. A. T. Êxodo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Êxodo 12.

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Mateus 26.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Lucas 22.

BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. João 1.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 2.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 10; 1 Coríntios 11.

BÍBLIA. N. T. Hebreus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Hebreus 9; Hebreus 10.

BÍBLIA. N. T. Apocalipse. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Apocalipse 19.

DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo XIII.

SANTOS, Roberto dos Reis. **A Santa Ceia**. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

O Batismo no Espírito Santo: O Que É, Para Que Serve e Como Recebê-Lo

Graça & Verdade · 23 de julho de 2026 · 8 min de leitura

Este artigo examina o batismo no Espírito Santo como experiência distinta da salvação, fundamentado nas Escrituras Sagradas e na Declaração de Fé das Assembleias de Deus. São respondidas sete perguntas centrais: o que é, para que serve, quem pode receber, quem batiza, como saber se foi batizado e o que fazer depois.

O batismo no Espírito Santo é a doutrina que distingue o movimento pentecostal das demais tradições evangélicas e constitui um dos pilares fundamentais da identidade assembleiana. A Declaração de Fé das Assembleias de Deus afirma: "Cremos, professamos e ensinamos que o batismo no Espírito Santo é um revestimento de poder do alto... Trata-se de uma experiência espiritual que ocorre após ou junto à regeneração, sendo acompanhada da evidência física inicial do falar em outras línguas" (Capítulo XIX).

Muitas dúvidas cercam este tema: O batismo no Espírito Santo é o mesmo que a salvação? Todo crente já o possui automaticamente ao crer? Como saber se alguém realmente foi batizado? Quais as condições? O que fazer depois? Este artigo propõe-se a responder estas sete perguntas, exclusivamente com base nas Escrituras.

2 O QUE É O BATISMO NO ESPÍRITO SANTO?

O batismo no Espírito Santo é um revestimento de poder do alto, concedido por Deus aos crentes para capacitá-los ao testemunho cristão e a uma vida de adoração profunda e vitória espiritual. Jesus, antes de ascender aos céus, ordenou aos discípulos que aguardassem em Jerusalém a promessa do Pai: "Porque, na verdade, João batizou com água, mas vós sereis batizados com o Espírito Santo, não muito depois destes dias" (Atos 1:5). E novamente: "Mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas" (Atos 1:8). A palavra "virtude" traduz o grego *dynamis*, que significa poder, capacidade, força.

As Escrituras descrevem esta experiência por várias expressões: "promessa do Pai" (Atos 1:4), "revestimento de poder" (Lucas 24:49), "dom do Espírito Santo" (Atos 2:38; 10:45), "ser cheio do Espírito Santo" (Atos 2:4), "derramar o Espírito" (Joel 2:28; Atos 2:17), "cair o Espírito Santo sobre" os crentes (Atos 10:44; 11:15) e "vir sobre eles o Espírito Santo" (Atos 19:6). Todas estas expressões referem-se à mesma realidade: uma experiência distinta e posterior à salvação.

2.1 Para Que Serve o Batismo no Espírito Santo?

O primeiro e principal propósito é a **capacitação para o testemunho**. Jesus declarou: "Mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas, tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria, e até aos confins da terra" (Atos 1:8). Foi exatamente após o batismo no Espírito Santo que Pedro, antes temeroso, levantou-se e pregou com ousadia, resultando na conversão de quase três mil almas (Atos 2:14-41).

O segundo propósito é a **edificação pessoal**. Paulo ensina que "o que fala língua estranha edifica-se a si mesmo" (1 Coríntios 14:4). A oração em línguas constitui um meio de comunhão íntima com Deus, na qual o crente "em espírito fala de mistérios" (1 Coríntios 14:2).

O terceiro propósito é a **adoração profunda**. Jesus ensinou que "os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade" (João 4:23-24). Paulo contrasta: "orarei com o espírito, mas também orarei com o entendimento; cantarei com o espírito, mas também cantarei com o entendimento" (1 Coríntios 14:15).

2.2 Quem Pode Ser Batizado com o Espírito Santo?

A promessa é universal para todos os salvos. Pedro declarou no Pentecostes: "Porque a promessa vos diz respeito a vós, a vossos filhos, e a todos os que estão longe: a tantos quantos Deus, nosso Senhor, chamar" (Atos 2:39).

O cumprimento histórico confirma: em Jerusalém, foram judeus (Atos 2:4); em Samaria, os samaritanos (Atos 8:14-17); em Cesareia, Cornélio e os gentios (Atos 10:44-46); em Éfeso, discípulos que nem sabiam da existência do Espírito Santo (Atos 19:1-6). A condição não é etnia, cultura ou status social — é ser salvo e buscar com fé.

2.3 Quem Batiza com o Espírito Santo?

A Bíblia é inequívoca: quem batiza é o próprio Jesus Cristo. João Batista anunciou: "Ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo" (Mateus 3:11). Nenhum ser humano — nem pastor, nem bispo, nem apóstolo — pode batizar outrem com o Espírito Santo. Em Cesareia, o Espírito desceu sem imposição de mãos, enquanto Pedro ainda pregava (Atos 10:44). A imposição de mãos é um meio que Deus pode usar, mas o Batizador é exclusivamente Jesus Cristo. A igreja batiza nas águas; Cristo batiza no Espírito.

2.4 Como Sei Que Fui Batizado?

O padrão bíblico é o falar em outras línguas (*glossolalia*). Examinemos os cinco episódios em Atos:

1. **Pentecostes:** "todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas" (Atos 2:4).
2. **Cesareia:** "os ouviam falar em línguas, e magnificar a Deus" (Atos 10:46). Pedro identificou o batismo exatamente porque ouviu as línguas.
3. **Éfeso:** "veio sobre eles o Espírito Santo; e falavam línguas, e profetizavam" (Atos 19:6).
4. **Paulo:** Embora Atos 9 não mencione, Paulo testemunha: "Dou graças ao meu Deus, porque falo mais línguas do que vós todos" (1 Coríntios 14:18).

5. **Samarita:** Simão "viu que pela imposição das mãos dos apóstolos era dado o Espírito Santo" (Atos 8:18) — algo visível e audível ocorreu.

A evidência não é um sentimento subjetivo, mas uma manifestação objetiva e verificável.

2.5 Quais os Requisitos?

Primeiro, ser salvo. Jesus disse: "o mundo não pode receber [o Espírito], porque não o vê nem o conhece; mas vós o conheceis, porque habita convosco" (João 14:17). Os discípulos que receberam no Pentecostes já eram salvos (Lucas 10:20).

Segundo, crer. Jesus ensinou: "quanto mais dará o Pai celestial o Espírito Santo àqueles que lho pedirem?" (Lucas 11:13). O batismo é um dom recebido pela fé.

Terceiro, perseverar em oração. Os discípulos "todos estes perseveravam unanimemente em oração e súplicas" (Atos 1:14).

Quarto, estar em comunhão. Os cento e vinte estavam "todos concordemente no mesmo lugar" (Atos 2:1), em unidade, sem divisões ou pecados não confessados.

2.6 Depois de Receber, o Que Fazer?

Manter a chama acesa. Paulo exorta: "enchei-vos do Espírito" (Efésios 5:18) — o verbo está no presente contínuo: "continuai sendo cheios". Ele mesmo diz: "falo mais línguas do que vós todos" (1 Coríntios 14:18), demonstrando cultivo diário.

Testemunhar com ousadia. O propósito primário é capacitar para o testemunho (Atos 1:8). Os apóstolos, perseguidos, oraram e "todos foram cheios do Espírito Santo, e anunciavam com ousadia a palavra de Deus" (Atos 4:31).

Buscar os dons espirituais. Paulo instrui: "Acerca dos dons espirituais, não quero, irmãos, que sejais ignorantes" (1 Coríntios 12:1) e exorta: "procurai com zelo os melhores dons" (1 Coríntios 12:31).

Produzir o fruto do Espírito. "O fruto do Espírito é: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança" (Gálatas 5:22-23). As línguas são a evidência inicial; o fruto é a evidência contínua.

Viver em santidade. Paulo adverte: "Não extingais o Espírito" (1 Tessalonicenses 5:19) e "não entristeçais o Espírito Santo de Deus" (Efésios 4:30).

3 CONCLUSÃO

O batismo no Espírito Santo é: (1) um revestimento de poder do alto; (2) prometido a todos os salvos; (3) administrado exclusivamente por Jesus Cristo; (4) evidenciado inicialmente pelo falar em outras línguas; (5) concedido mediante salvação, fé, oração e comunhão; e (6) deve ser cultivado diariamente.

Esta é a promessa para você: "a promessa vos diz respeito a vós, a vossos filhos, e a todos os que estão longe" (Atos 2:39). Busque-o em oração, com fé, e o Pai celestial lhe dará o Espírito Santo. Se já recebeu, mantenha a chama acesa — "enchei-vos do Espírito".

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. A. T. Joel. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Joel 2.

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Mateus 3.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Lucas 11; 24.

BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. João 4; 14.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 1; 2; 4; 8; 9; 10; 11; 19.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 12; 14.

BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gálatas 5.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Efésios 4; 5.

BÍBLIA. N. T. 1 Tessalonicenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Tessalonicenses 5.

BÍBLIA. N. T. Judas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Judas 1.

DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo XIX.

O Batismo em Águas: Fundamentos Bíblicos, Significado e Prática

Graça & Verdade · 23 de julho de 2026 · 11 min de leitura

Este artigo examina o batismo em águas como ordenança instituída por Jesus Cristo, fundamentado nas Escrituras Sagradas e na Declaração de Fé das Assembleias de Deus. São analisados o significado (imersão), o modelo de Jesus, a Grande Comissão, a fórmula trinitariana e o simbolismo de morte e ressurreição.

O batismo em águas é uma das duas ordenanças deixadas por Jesus Cristo à Sua Igreja, ao lado da Ceia do Senhor. Desde o início da igreja no dia de Pentecostes, o batismo tem ocupado lugar central na experiência cristã, constituindo o testemunho público da fé e o rito de iniciação na comunidade dos redimidos. A Declaração de Fé das Assembleias de Deus afirma: "Cremos, professamos e ensinamos que o batismo em águas é uma ordenança de Cristo para a sua Igreja, dada por ordem específica do Senhor Jesus" (Capítulo XII).

Apesar de sua importância inquestionável, o batismo tem sido objeto de intensos debates teológicos ao longo da história da igreja: é por imersão ou aspersão? Deve ser administrado a crianças ou apenas a adultos? O batismo salva ou é símbolo de uma salvação já recebida? Qual a fórmula correta? Este artigo propõe-se a responder estas perguntas exclusivamente à luz das Escrituras Sagradas.

2 O SIGNIFICADO DA PALAVRA BATISMO

A palavra "batismo" provém do grego *baptisma*, derivada do verbo *baptizo*, que significa literalmente "mergulhar, submergir, imergir". Nas Escrituras, o termo é consistentemente associado à ideia de imersão completa em água. Não há no Novo Testamento qualquer evidência de que o batismo tenha sido praticado por aspersão (borrifamento) ou efusão (derramamento).

O próprio termo grego exclui a prática da aspersão. Se o batismo fosse por aspersão, os escritores do Novo Testamento teriam utilizado o verbo *rhantizo* (aspergir), e não *baptizo* (imersão). Além disso, as narrativas bíblicas confirmam a imersão: João Batista "batizava também em Enom, junto a Salim, porque havia ali muitas águas; e vinham ali e eram batizados" (João 3:23). Se o batismo fosse por aspersão, não haveria necessidade de "muitas águas".

Quando Jesus foi batizado, o texto diz que Ele "saiu logo da água" (Mateus 3:16), indicando que havia entrado nela. No batismo do eunuco etíope, Filipe e o eunuco "desceram ambos à água... e, quando saíram da água, o Espírito do Senhor arrebatou a Filipe" (Atos 8:38-39). Estes exemplos demonstram inequivocamente que o batismo bíblico é por imersão.

2.1 O Batismo de Jesus como Modelo

O batismo de Jesus no rio Jordão, narrado nos quatro Evangelhos, constitui o modelo paradigmático do batismo cristão. Mateus registra: "Então veio Jesus da Galileia ter com João, junto do Jordão, para ser batizado por ele. Mas João opunha-se-lhe, dizendo: Eu careço de ser batizado por ti, e vens tu a mim? Jesus, porém, respondendo, disse-lhe: Deixa por agora, porque assim nos convém cumprir toda a justiça. Então ele o permitiu. E, sendo Jesus batizado, saiu logo da água, e eis que se lhe abriram os céus, e viu o Espírito de Deus descendo como pomba e vindo sobre ele" (Mateus 3:13-17).

Várias lições emergem do batismo de Jesus. Primeiro, Ele foi batizado por imersão no Jordão, não por aspersão. Segundo, Jesus, que não tinha pecado, submeteu-se ao batismo "para cumprir toda a justiça", demonstrando que o batismo é ato de obediência à vontade de Deus. Terceiro, o batismo de Jesus foi um ato público de identificação — Ele Se identificou com a humanidade pecadora que veio salvar. Quarto, foi no contexto do batismo que a Trindade Se manifestou plenamente: o Filho sendo batizado, o Espírito descendo como pomba e o Pai declarando Sua aprovação.

João Batista, o precursor, pregava "batismo de arrependimento para remissão dos pecados" (Marcos 1:4; Lucas 3:3). Contudo, ele próprio fazia distinção entre seu batismo e o de Jesus: "Eu, em verdade, vos batizo com água, para o arrependimento; mas aquele que vem após mim é mais poderoso do que eu... ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo" (Mateus 3:11). O batismo cristão supera o batismo de João, pois é realizado em nome da Trindade e vincula o crente a Cristo, não apenas ao arrependimento.

2.2 A Ordenança de Cristo: A Grande Comissão

O batismo é uma ordenança direta de Jesus Cristo, inserida na Grande Comissão. Após Sua ressurreição, o Senhor ordenou aos discípulos: "Portanto, ide, ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-as a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado" (Mateus 28:19-20). O batismo não é opcional para o crente; é mandamento do Senhor.

Jesus também declarou: "Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado" (Marcos 16:16). A sequência é clara: primeiro crer, depois ser batizado. A fé precede o batismo; a condenação está vinculada à incredulidade, não à ausência de batismo.

A Grande Comissão estabelece três elementos indissociáveis do discipulado cristão: fazer discípulos, batizar e ensinar a Palavra. O batismo é o ato público que marca a entrada formal do novo convertido na comunidade da fé.

2.3 A Fórmula Batismal

A fórmula batismal ordenada por Jesus é clara e inequívoca: "em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo" (Mateus 28:19). As Assembleias de Deus seguem estritamente esta fórmula trinitariana. A Declaração de Fé afirma: "Cremos e praticamos a fórmula que ele mesmo ordenou" (Capítulo XII).

A expressão "em nome de Jesus Cristo" (Atos 2:38), "em nome do Senhor Jesus" (Atos 8:16; 19:5) e "em nome do Senhor" (Atos 10:48), que aparece algumas vezes no livro de Atos, não representa uma fórmula alternativa. Conforme esclarece a Declaração de Fé, estas expressões significam "somente que

o batismo é realizado na autoridade do nome de Jesus". O batismo é administrado pela autoridade de Cristo, mas a fórmula pronunciada é a trinitariana.

2.4 O Simbolismo: Morte, Sepultamento e Ressurreição

O batismo por imersão comunica visualmente a essência do evangelho. Paulo explica: "Ou não sabeis que todos quantos fomos batizados em Jesus Cristo fomos batizados na sua morte? De sorte que fomos sepultados com ele pelo batismo na morte; para que, como Cristo ressuscitou dos mortos pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida" (Romanos 6:3-5).

A imersão nas águas simboliza três realidades espirituais. O ato de descer à água representa a morte do velho homem: "sabendo isto, que o nosso homem velho foi com ele crucificado, para que o corpo do pecado seja desfeito" (Romanos 6:6). A submersão completa representa o sepultamento do velho homem com Cristo, pois o crente foi "sepultado com ele no batismo" (Colossenses 2:12). A emergência das águas representa a ressurreição para uma nova vida em Cristo (Romanos 6:4).

Apenas a imersão total pode comunicar este tríplice simbolismo. A aspersão de algumas gotas de água é incapaz de representar a dramaticidade da morte, sepultamento e ressurreição.

2.5 Batismo e Salvação: O Batismo Não é Meio de Regeneração

Uma das questões teológicas mais importantes acerca do batismo é sua relação com a salvação. As Assembleias de Deus, em concordância com a ortodoxia evangélica, ensinam que o batismo não salva; a salvação é exclusivamente pela graça, mediante a fé. Efésios 2:8-9 é categórico: "Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie."

A passagem de Atos 2:38 — "Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo, para perdão dos pecados" — é frequentemente mal interpretada por grupos que defendem a regeneração batismal. A preposição grega *eis* ("para") pode indicar tanto propósito quanto resultado. O contexto do Novo Testamento como um todo demonstra que o perdão está vinculado ao arrependimento, não ao batismo. No sermão seguinte de Pedro, em Atos 3:19-20, ele nem sequer menciona o batismo: "Arrependei-vos, pois, e convertei-vos, para que sejam apagados os vossos pecados."

O exemplo mais claro é o do malfeitor crucificado ao lado de Jesus. Ele se arrependeu na cruz e ouviu do Salvador: "Em verdade te digo que hoje estarás comigo no Paraíso" (Lucas 23:43). Aquele homem foi salvo sem jamais ter sido batizado. O batismo é ordenança de Cristo que deve ser obedecida por todo crente, mas não é condição para a salvação.

A passagem de 1 Pedro 3:20-21 é esclarecida pelo próprio apóstolo, que explica que não se trata da remoção física da sujeira do corpo, mas "da indagação de uma boa consciência para com Deus, pela ressurreição de Jesus Cristo". O batismo salva no sentido tipológico — como a arca salvou Noé das águas do dilúvio, o batismo simboliza a salvação que já foi recebida pela fé.

2.6 O Batismo Infantil: A Posição Assembleiana

As Assembleias de Deus rejeitam a prática do batismo infantil (pedobatismo). A Declaração de Fé enumera as razões bíblicas: "Não aceitamos nem praticamos o batismo infantil por não haver exemplo de batismo de crianças nas Escrituras e por não ser o batismo um meio da graça salvadora, ou sinal e selo da aliança, que substitui a circuncisão dos israelitas" (Capítulo XII).

O padrão neotestamentário é claro: o batismo segue o arrependimento e a fé. No dia de Pentecostes, "de sorte que foram batizados os que de bom grado receberam a sua palavra" (Atos 2:41). Em Samaria, "como cressem em Filipe... se batizavam, tanto homens como mulheres" (Atos 8:12). O eunuco etíope perguntou: "Eis aqui água; que impede que eu seja batizado? E disse Filipe: É lícito, se crês de todo o coração" (Atos 8:36-37). Uma criança não tem condições de exercer fé consciente.

Paulo é enfático: "em Cristo Jesus nem a circuncisão, nem a incircuncisão tem virtude alguma, mas sim o ser uma nova criatura" (Gálatas 6:15). Sob a nova aliança, o que importa é o novo nascimento, não um sinal físico aplicado a recém-nascidos incapazes de crer.

2.7 A Prática do Batismo na Igreja Primitiva

O livro de Atos registra que o batismo era administrado imediatamente após a conversão, sem longos períodos de preparação. Em Pentecostes, quase três mil pessoas foram batizadas naquele mesmo dia (Atos 2:41). O eunuco etíope foi batizado tão logo confessou sua fé (Atos 8:36-38). O carcereiro de Filipos e sua família foram batizados naquela mesma noite após crerem (Atos 16:31-33).

A igreja primitiva também demonstrava que o batismo é ato público e comunitário. Os batismos ocorriam em rios, tanques e locais com "águas abundantes" (João 3:23), diante de testemunhas. Paulo enfatiza a unidade: "Pois todos nós fomos batizados em um Espírito, formando um corpo, quer judeus, quer gregos, quer servos, quer livres" (1 Coríntios 12:13).

Para as Assembleias de Deus hoje, o batismo mantém plena relevância como testemunho público de fé. O batismo nas águas, juntamente com o batismo no Espírito Santo, constitui a experiência completa do crente pentecostal: nascer da água e do Espírito (João 3:5).

3 CONCLUSÃO

O batismo em águas é uma ordenança divina, instituída por Jesus Cristo, praticada pelos apóstolos e mantida pela igreja ao longo dos séculos. Este artigo demonstrou, com fundamento exclusivo nas Escrituras, que o batismo bíblico é: (1) por imersão; (2) em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; (3) símbolo da morte, sepultamento e ressurreição com Cristo; (4) resposta de obediência a uma salvação já recebida pela graça mediante a fé; (5) destinado exclusivamente a crentes que exercem arrependimento e fé conscientes.

Todo aquele que creu em Jesus Cristo como Salvador deve, em obediência ao mandamento do Senhor, descer às águas batismais e testemunhar publicamente sua fé, identificando-se com Cristo em Sua morte e ressurreição. Como Paulo exorta: "Sepultados com ele no batismo, nele também ressuscitastes pela fé no poder de Deus, que o ressuscitou dos mortos" (Colossenses 2:12).

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Mateus 3; 28.

BÍBLIA. N. T. Marcos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Marcos 1; 16.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Lucas 3; 23.

BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. João 3.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 2; 8; 10; 16; 19.

BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Romanos 6.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 12.

BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gálatas 3; 6.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Efésios 2.

BÍBLIA. N. T. Colossenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Colossenses 2.

BÍBLIA. N. T. 1 Pedro. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Pedro 3.

DECLARAÇÃO DE FÉ das Assembleias de Deus. Rio de Janeiro: CPAD, 2017. Capítulo XII.

A Identidade Assembleiana: Raízes, Doutrinas e Práticas

Graça & Verdade · 15 de julho de 2026 · 11 min de leitura

Este artigo examina a identidade assembleiana a partir de suas raízes históricas, doutrinas distintivas e práticas eclesiais, fundamentado exclusivamente nas Escrituras Sagradas. Analisa as doutrinas centrais que distinguem as Assembleias de Deus e as marcas práticas da vivência assembleiana.

Resumo

Este artigo examina a identidade assembleiana a partir de suas raízes históricas, doutrinas distintivas e práticas eclesiais, fundamentado exclusivamente nas Escrituras Sagradas (versão Almeida Corrigida Fiel). Parte-se do evento fundante do Pentecostes (Atos 2) como paradigma da experiência assembleiana, analisando as doutrinas centrais que distinguem as Assembleias de Deus — salvação pela graça, batismo no Espírito Santo com evidências de línguas, cura divina e a bendita esperança da segunda vinda de Cristo — bem como as marcas práticas da identidade assembleiana: vida de santidade, fervor missionário, adoração genuína e comunhão fraternal. Conclui-se que a essência da identidade assembleiana não está em tradições humanas, mas na fidelidade aos fundamentos bíblicos que caracterizam o movimento desde o seu início.

1 INTRODUÇÃO

As Assembleias de Deus constituem o maior ramo do pentecostalismo mundial, com raízes profundas no movimento que eclodiu na Rua Azusa, em Los Angeles, no ano de 1906, e que rapidamente se espalhou pelo mundo. No Brasil, a denominação chegou em 1911, por meio dos missionários suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren, estabelecendo-se em Belém do Pará, de onde se expandiu para todo o território nacional, tornando-se a maior igreja evangélica do país. Todavia, para além dos dados históricos e estatísticos, permanece uma pergunta fundamental: o que define a identidade assembleiana?

A resposta a esta indagação não pode ser encontrada em tradições denominacionais, usos e costumes ou estruturas organizacionais, mas unicamente nas Escrituras Sagradas, que são a única regra de fé e prática da igreja. A identidade assembleiana está intrinsecamente ligada à experiência do Pentecostes e à continuidade da fé apostólica, vivida em fidelidade aos ensinamentos bíblicos. Este artigo propõe-se, portanto, a investigar as raízes, as doutrinas e as práticas que configuram a identidade assembleiana, respondendo à pergunta: o que significa ser assembleiano à luz da Bíblia?

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O Pentecostes e as Raízes da Identidade Assembleiana

O evento fundante da identidade assembleiana é o Pentecostes, narrado em Atos 2. Naquele dia, "cumprindo-se o dia de Pentecostes, estavam todos concordemente no mesmo lugar; e de repente veio do céu um som, como de um vento veemente e impetuoso, e encheu toda a casa em que estavam assentados" (Atos 2:1-2). A promessa do derramamento do Espírito Santo, anunciada pelo profeta Joel (Joel 2:28-29) e confirmada por Jesus antes de Sua ascensão (Atos 1:8), cumpriu-se de forma visível e audível: línguas repartidas como que de fogo pousaram sobre cada um deles, "e todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem" (Atos 2:3-4).

Este evento não foi um incidente isolado na história da igreja. Ao longo do livro de Atos, o batismo no Espírito Santo manifesta-se como uma experiência distinta e posterior à conversão. Em Samaria, os crentes haviam crido e sido batizados em água, mas somente receberam o Espírito Santo quando Pedro e João lhes impuseram as mãos (Atos 8:14-17). Em Cesareia, na casa de Cornélio, "caiu o Espírito Santo sobre todos os que ouviam a palavra" e "os ouviam falar línguas, e magnificar a Deus" (Atos 10:44-46). Em Éfeso, Paulo encontrou discípulos que desconheciam a existência do Espírito Santo e, ao impor-lhes as mãos, "veio sobre eles o Espírito Santo; e falavam línguas, e profetizavam" (Atos 19:1-6).

A identidade assembleiana ancora-se, portanto, na continuidade da experiência pentecostal. A promessa de Pedro permanece vigente: "Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo, para perdão dos pecados; e recebereis o dom do Espírito Santo; porque a promessa vos diz respeito a vós, a vossos filhos, e a todos os que estão longe, a tantos quantos Deus nosso Senhor chamar" (Atos 2:38-39). Ser assembleiano é crer que o Pentecostes não foi apenas um marco histórico, mas uma realidade acessível a todo crente que busca o batismo no Espírito Santo com a evidência de falar em outras línguas.

2.2 As Doutrinas Distintivas da Identidade Assembleiana

A identidade assembleiana sustenta-se sobre doutrinas fundamentais extraídas das Escrituras. Embora a denominação comungue da ortodoxia cristã histórica — crença na Trindade, na inspiração plenária e inerrante da Bíblia, na divindade de Cristo, na Sua morte vicária e ressurreição corporal —, há doutrinas que possuem ênfase especial na tradição assembleiana, configurando sua identidade peculiar.

A primeira e mais central dessas doutrinas é o batismo no Espírito Santo com a evidência física de falar em outras línguas. Jesus prometeu: "mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas" (Atos 1:8). Esta promessa cumpriu-se em Atos 2, e o apóstolo Paulo instruiu a igreja de Corinto acerca dos dons espirituais, afirmando: "E a um pelo Espírito é dada a palavra da sabedoria; (...) e a outro a variedade de línguas" (1 Coríntios 12:8-10), concluindo com uma declaração pessoal: "Dou graças ao meu Deus, porque falo mais línguas do que vós todos" (1 Coríntios 14:18). A glossolalia não é um sinal de superioridade espiritual, mas a evidência escriturística do batismo no Espírito Santo e um meio de edificação pessoal e, quando interpretada, de edificação da igreja.

A segunda doutrina distintiva é a cura divina. As Assembleias de Deus creem que a expiação de Cristo provê não apenas a salvação da alma, mas também a cura do corpo. O profeta Isaías declarou: "pelas suas pisaduras fomos sarados" (Isaías 53:5), texto que Mateus aplica diretamente ao ministério de cura

de Jesus (Mateus 8:16-17). Tiago instrui a igreja: "Está alguém entre vós doente? Chame os presbíteros da igreja, e orem sobre ele, ungindo-o com azeite em nome do Senhor; e a oração da fé salvará o doente, e o Senhor o levantará" (Tiago 5:14-15). A cura divina permanece como privilégio dos crentes e manifestação do poder de Deus na igreja.

A terceira doutrina distintiva é a bendita esperança da segunda vinda de Cristo. As Assembleias de Deus sustentam a posição pré-milenista e pré-tribulacionista, crendo que Jesus voltará para arrebatá-la Sua igreja antes da Grande Tribulação: "Porque o mesmo Senhor descerá do céu com alarido, e com voz de arcanjo, e com a trombeta de Deus; e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro. Depois nós, os que ficarmos vivos, seremos arrebatados juntamente com eles nas nuvens, a encontrar o Senhor nos ares, e assim estaremos sempre com o Senhor" (1 Tessalonicenses 4:16-17). Esta esperança não é apenas uma doutrina escatológica abstrata, mas um motor que impulsiona a santidade de vida e o fervor missionário.

A quarta doutrina, que fundamenta todas as demais, é a salvação pela graça mediante a fé. Paulo declara: "Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie" (Efésios 2:8-9). As Assembleias de Deus rejeitam tanto o universalismo quanto qualquer forma de salvação por méritos humanos, mantendo-se fiéis ao evangelho da graça, que exige arrependimento e fé em Jesus Cristo como único Salvador.

2.3 A Identidade Assembleiana na Prática

A identidade assembleiana não se limita às doutrinas professadas, mas manifesta-se concretamente na vida prática da igreja. Diversas marcas caracterizam a vivência assembleiana e a distinguem no cenário evangélico contemporâneo.

A primeira marca prática é a santidade de vida. Pedro exorta: "mas, como é santo aquele que vos chamou, sede vós também santos em toda a vossa maneira de viver; porquanto está escrito: Sede santos, porque eu sou santo" (1 Pedro 1:15-16). A santidade assembleiana não é mera observância de usos e costumes exteriores, mas uma separação do pecado e do mundanismo, expressa em modéstia, pureza moral, integridade nos negócios e testemunho de vida irrepreensível diante da sociedade.

A segunda marca é o fervor missionário. Jesus ordenou: "Ide por todo o mundo, pregai o evangelho a toda criatura" (Marcos 16:15). As Assembleias de Deus destacam-se historicamente pelo ímpeto evangelístico e missionário, levando o evangelho aos lugares mais remotos. O apóstolo Paulo expressa a urgência missionária que caracteriza o coração assembleiano: "Porque, se anuncio o evangelho, não tenho de que me gloriar, pois me é imposta essa obrigação; e ai de mim, se não anunciar o evangelho!" (1 Coríntios 9:16). Esta vocação missionária não é exclusiva de pastores e obreiros, mas de cada membro do corpo de Cristo.

A terceira marca é a adoração genuína e espiritual. Jesus ensinou que "os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade; porque o Pai procura a tais que assim o adorem" (João 4:23). O culto assembleiano caracteriza-se pela liberdade na direção do Espírito Santo, com manifestações espirituais como o falar em línguas, a interpretação, a profecia, os cânticos espirituais e a operação dos dons. Contudo, Paulo adverte que "tudo, porém, seja feito com decência e ordem" (1 Coríntios 14:40), indicando que a liberdade espiritual não é sinônimo de desordem.

A quarta marca é a comunhão fraternal. A igreja primitiva "perseverava na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações" (Atos 2:42). Esta comunhão (*koinonia*) é uma das marcas distintivas da igreja assembleiana, expressa no cuidado mútuo, na celebração da Ceia do Senhor, nas orações coletivas e no senso de família espiritual que une os crentes.

A quinta marca é a centralidade da Palavra. As Assembleias de Deus sempre enfatizaram a leitura, o estudo e a pregação da Bíblia. Paulo exorta Timóteo: "Procura apresentar-te a Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade" (2 Timóteo 2:15). A Escola Bíblica Dominical, os cultos de ensino e doutrina, os estudos em células e grupos familiares são expressões práticas da convicção assembleiana de que a Palavra de Deus é o fundamento inabalável da fé e da prática cristã.

3 CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, examinou-se a identidade assembleiana em suas três dimensões fundamentais: as raízes históricas e bíblicas, as doutrinas distintivas e as marcas práticas. A conclusão que emerge é clara: a identidade assembleiana não reside em estruturas denominacionais, tradições humanas ou modismos evangélicos, mas na fidelidade contínua aos fundamentos estabelecidos pela Palavra de Deus.

As raízes da identidade assembleiana encontram-se no Pentecostes (Atos 2), que não foi um evento histórico encerrado, mas o paradigma permanente da experiência cristã autêntica. As doutrinas distintivas — batismo no Espírito Santo com evidência de línguas, cura divina, segunda vinda de Cristo e salvação pela graça — não são inovações denominacionais, mas verdades bíblicas que as Assembleias de Deus receberam como herança preciosa a ser guardada e transmitida. As marcas práticas — santidade, fervor missionário, adoração genuína, comunhão fraternal e centralidade da Palavra — são a manifestação visível dessa identidade na vida cotidiana da igreja.

Diante dos desafios do século XXI — secularismo, relativismo doutrinário, esvaziamento do sobrenatural e secularização da igreja —, a identidade assembleiana não necessita de atualização ou adaptação aos tempos, mas de reafirmação e retorno às suas fontes. O apóstolo Judas exortou os crentes a "batalhar pela fé que uma vez foi dada aos santos" (Judas 1:3). Que as Assembleias de Deus permaneçam fiéis ao seu chamado original: uma igreja pentecostal, bíblica e missionária, até que Jesus venha.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 2.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 1; 8; 10; 19.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 12; 14.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Efésios 2.

BÍBLIA. A. T. Isaías. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Isaías 53.

BÍBLIA. N. T. Tiago. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Tiago 5.

BÍBLIA. N. T. 1 Tessalonicenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Tessalonicenses 4.

BÍBLIA. N. T. 1 Pedro. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Pedro 1.

BÍBLIA. N. T. Judas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Judas 1.

BÍBLIA. N. T. 2 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 2 Timóteo 2.

BÍBLIA. A. T. Joel. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Joel 2.

BÍBLIA. N. T. Marcos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Marcos 16.

A Validade do Dízimo na Igreja Contemporânea

Graça & Verdade · 29 de junho de 2026 · 20 min de leitura

Este artigo examina a validade e o percentual do dízimo na igreja contemporânea com base exclusiva nas Escrituras Sagradas. A pesquisa percorre o desenvolvimento histórico-bíblico do dízimo desde sua prática antes da Lei até sua aplicação nos dias atuais.

O dízimo é um dos temas mais debatidos no meio evangélico contemporâneo. De um lado, há aqueles que defendem sua plena vigência como mandamento bíblico obrigatório, apontando para passagens como Malaquias 3:8-10 e Mateus 23:23. De outro, há os que argumentam que o dízimo é uma instituição da Lei Mosaica, superada pela nova aliança, que preconiza ofertas voluntárias proporcionais (2 Coríntios 9:7). Entre esses polos, existe um amplo espectro de posições intermediárias.

Este artigo propõe-se a examinar, com base exclusiva nas Escrituras, três questões fundamentais: (a) o que a Bíblia ensina sobre o dízimo no Antigo Testamento; (b) como o Novo Testamento aborda o tema; e (c) como esse princípio se aplica à igreja nos dias atuais, incluindo a questão do percentual e as consequências para quem contribui e para quem não contribui com a obra de Deus.

2 O DÍZIMO NO ANTIGO TESTAMENTO

O Antigo Testamento apresenta o dízimo em três fases distintas: antes da Lei, durante a Lei e no período profético pós-exílico. Cada uma delas oferece elementos importantes para a compreensão do tema.

2.1 O Dízimo Antes da Lei: Abraão e Jacó

A primeira menção bíblica ao dízimo ocorre em Gênesis 14, quando Abraão retorna da vitória sobre os reis que haviam saqueado Sodoma e levado Ló cativo. O texto relata: "E Melquisedeque, rei de Salem, trouxe pão e vinho; e era este sacerdote do Deus Altíssimo. E abençoou-o [...] E Abrão deu-lhe o dízimo de tudo" (Gênesis 14:18-20). Esse evento é significativo por várias razões: ocorre antes da instituição da Lei Mosaica; o destinatário não é um levita, mas um sacerdote misterioso, figura de Cristo (Hebreus 7); e Abraão entrega voluntariamente o dízimo como ato de adoração e reconhecimento da soberania de Deus sobre os bens materiais.

A segunda menção pré-lei encontra-se em Gênesis 28:20-22, onde Jacó, após o sonho da escada que tocava o céu, faz um voto: "Se Deus for comigo, e me guardar nesta viagem [...] o Senhor me será por Deus; e esta pedra que tenho posto por coluna será casa de Deus; e de tudo quanto me deres,

certamente te darei o dízimo". Novamente, o dízimo aparece como expressão voluntária de devoção, não como mandamento legal. É uma resposta de gratidão a Deus por Sua proteção e provisão.

Esses dois exemplos patriarcais demonstram que o princípio de devolver a décima parte a Deus como reconhecimento de Sua soberania precede e transcende o sistema levítico, enraizando-se na fé dos patriarcas.

2.2 O Dízimo na Lei Mosaica: Natureza e Propósitos

Com a instituição da Lei, o dízimo passou de prática voluntária para mandamento obrigatório, integrando o sistema cultural e social de Israel. O Antigo Testamento estabelece, na verdade, não um, mas pelo menos três dízimos distintos, que juntos somavam mais de 10% da renda anual do israelita.

O primeiro dízimo era destinado ao sustento da tribo de Levi, responsável pelo serviço no Tabernáculo e, posteriormente, no Templo. Números 18:21 declara: "E eis que aos filhos de Levi tenho dado todos os dízimos em Israel por herança, pelo ministério que executam". Os levitas, por sua vez, deveriam entregar o dízimo dos dízimos aos sacerdotes (Números 18:26-28). Esse sistema vigorava porque Levi não recebera herança territorial como as demais tribos, sendo o próprio Senhor a sua herança.

O segundo dízimo é descrito em Deuteronômio 14:22-27: "Certamente darás os dízimos de todo o fruto da tua semente, que cada ano se recolher do campo. E, perante o Senhor teu Deus, no lugar que escolher para ali fazer habitar o seu nome, comerás os dízimos do teu grão, do teu mosto e do teu azeite". Este dízimo era consumido pelo próprio ofertante e sua família em uma refeição festiva perante o Senhor, no local designado por Ele (o Templo em Jerusalém). O propósito era pedagógico: "para que aprendas a temer ao Senhor teu Deus todos os dias". Não se tratava de mero imposto, mas de uma experiência de adoração e comunhão com Deus.

O terceiro dízimo ocorria a cada três anos. Deuteronômio 14:28-29 ordena: "Ao fim de três anos tirarás todos os dízimos da tua colheita no mesmo ano, e os recolherás dentro das tuas portas; então virá o levita, e o estrangeiro, e o órfão, e a viúva [...] e comerão, e fartar-se-ão; para que o Senhor teu Deus te abençoe em toda a obra que as tuas mãos fizerem". Este terceiro dízimo tinha finalidade social: amparar os necessitados da comunidade.

Soma-se a esses dízimos a determinação de Levítico 27:30-32: "Também todas as dízimas do campo [...] são do Senhor; santas são ao Senhor". O dízimo era considerado santo, consagrado a Deus. Não era oferta opcional, mas devolução obrigatória de algo que já pertencia ao Senhor. O texto acrescenta que, se alguém quisesse resgatar parte do dízimo, deveria acrescentar um quinto (20%) sobre o valor — penalidade que reforça a seriedade da obrigação.

2.3 Malaquias 3:8-12: A Repreensão Profética e a Promessa de Bênção

O texto mais contundente do Antigo Testamento sobre o dízimo encontra-se em Malaquias 3:8-12, escrito no período pós-exílico, quando o povo negara a manutenção do Templo e do culto. O profeta transmite uma dura repreensão divina: "Roubará o homem a Deus? Todavia vós me roubais, e dizeis: Em que te roubamos? Nos dízimos e nas ofertas. Com maldição sois amaldiçoados, porque a mim me roubais, sim, toda esta nação" (Malaquias 3:8-9).

Dois aspectos merecem destaque. Primeiro, Deus classifica a retenção do dízimo como roubo — não mera negligência ou descuido, mas apropriação indevida do que Lhe pertence. Segundo, a consequência é a maldição sobre a nação inteira, demonstrando que a infidelidade nos dízimos tem efeitos coletivos, não apenas individuais.

Imediatamente após a reprimenda, porém, vem uma das promessas mais extraordinárias da Bíblia: "Trazei todos os dízimos à casa do tesouro, para que haja mantimento na minha casa, e depois fazei prova de mim nisto, diz o Senhor dos Exércitos, se eu não vos abrir as janelas do céu, e não derramar sobre vós uma bênção tal até que não haja lugar suficiente para a recolherdes. E por causa de vós repreenderei o devorador, e ele não destruirá os frutos da vossa terra; e a vossa vide no campo não será estéril" (Malaquias 3:10-11).

Malaquias é a única passagem bíblica em que Deus explicitamente convida o homem a "prová-Lo" quanto ao dízimo. A promessa abrange três áreas: provisão abundante ("janelas do céu"), proteção contra perdas ("repreenderei o devorador") e produtividade do trabalho ("a vide não será estéril"). O versículo 12 acrescenta uma bênção reputacional: "E todas as nações vos chamarão bem-aventurados".

2.4 Provérbios 3:9-10: O Princípio das Primícias

Embora não trate especificamente do dízimo, Provérbios 3:9-10 estabelece um princípio fundamental: "Honra ao Senhor com os teus bens, e com a primeira parte de todos os teus ganhos; e se encherão os teus celeiros, e transbordarão de vinho os teus lagares". A ênfase recai sobre a prioridade de Deus na administração financeira — dar a "primeira parte", não as sobras, como ato de honra e confiança. Este princípio ecoa por todo o Antigo Testamento e permanece relevante para a reflexão sobre o sustento da obra de Deus.

3 O DÍZIMO NO NOVO TESTAMENTO

A abordagem neotestamentária do dízimo difere significativamente da veterotestamentária. Enquanto o Antigo Testamento dedica capítulos inteiros à regulamentação detalhada dos dízimos, o Novo Testamento menciona o termo poucas vezes e nunca ordena explicitamente aos cristãos que dizimem. Contudo, estabelece princípios que orientam a contribuição financeira na nova aliança.

3.1 A Menção de Jesus ao Dízimo (Mateus 23:23; Lucas 11:42)

A única menção direta de Jesus ao dízimo ocorre em Sua crítica aos escribas e fariseus: "Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! pois que dizimais a hortelã, o endro e o cominho, e desprezais o mais importante da lei, o juízo, a misericórdia e a fé; deveis, porém, fazer estas coisas, e não omitir aquelas" (Mateus 23:23).

Este versículo é crucial para o debate. Por um lado, Jesus claramente valida a prática do dízimo ao dizer "deveis fazer estas coisas" — referindo-se ao ato de dizimar. Ele não abole o dízimo. Por outro lado, Ele relativiza sua importância diante dos valores maiores da Lei: justiça, misericórdia e fé. O dízimo é válido, mas insuficiente se desacompanhado de um coração reto. Jesus está falando a judeus que ainda viviam sob a economia da Lei, antes da instituição da nova aliança em Sua morte e ressurreição. O texto paralelo de Lucas 11:42 utiliza linguagem semelhante, reforçando o ensino.

3.2 Hebreus 7: O Dízimo e o Sacerdócio de Cristo

O escritor aos Hebreus retoma o episódio de Abraão e Melquisedeque para demonstrar a superioridade do sacerdócio de Cristo sobre o levítico. O argumento é o seguinte: Levi, que recebia dízimos do povo, pagou dízimos a Melquisedeque por meio de Abraão, pois "ainda ele estava nos lombos de seu pai quando Melquisedeque lhe saiu ao encontro" (Hebreus 7:9-10). Logo, o sacerdócio de Melquisedeque — do qual Cristo é o cumprimento — é superior ao de Levi.

O ponto teológico de Hebreus não é ensinar sobre o dízimo em si, mas demonstrar a mudança de sacerdócio e, conseqüentemente, da lei: "mudando-se o sacerdócio, necessariamente se faz também mudança da lei" (Hebreus 7:12). Esse versículo é utilizado por aqueles que defendem a não obrigatoriedade do dízimo na nova aliança, pois se o sistema levítico — que incluía o dízimo como meio de sustento sacerdotal — foi substituído pelo sacerdócio de Cristo, a legislação sobre o dízimo também teria sido cumprida e superada.

3.3 O Sustento Ministerial no Novo Testamento (1 Coríntios 9)

Embora não use o termo "dízimo", Paulo defende vigorosamente o direito daqueles que pregam o evangelho de serem sustentados pela igreja. Em 1 Coríntios 9:13-14, ele argumenta: "Não sabeis vós que os que administram o que é sagrado comem do que é do templo? E que os de contínuo estão junto ao altar, participam do altar? Assim ordenou também o Senhor aos que anunciam o evangelho, que vivam do evangelho".

O princípio permanece: a obra de Deus deve ser sustentada pelo povo de Deus. Paulo cita, inclusive, a Lei de Moisés como analogia ("Não atarás a boca ao boi que debulha" — 1 Coríntios 9:9; Deuteronômio 25:4) para demonstrar que o obreiro é digno do seu salário. Contudo, Paulo faz questão de abrir mão desse direito em seu próprio ministério, para não criar obstáculos ao evangelho (1 Coríntios 9:12, 15-18), o que demonstra que, na nova aliança, o sustento ministerial é um direito, não uma imposição legal.

3.4 O Princípio Neotestamentário da Contribuição Voluntária e Generosa

O Novo Testamento não fixa um percentual obrigatório para as contribuições. Em vez disso, estabelece princípios que devem governar a mordomia cristã:

Primeiro, a contribuição deve ser proporcional à renda. Paulo instrui os coríntios: "No primeiro dia da semana cada um de vós ponha de parte o que puder ajuntar, conforme a sua prosperidade" (1 Coríntios 16:2). O texto não diz "deem 10%", mas "conforme a sua prosperidade" — o que tanto pode significar um percentual fixo como um valor variável conforme a condição financeira de cada um.

Segundo, a contribuição deve ser voluntária e alegre, não por constrangimento. O texto mais explícito é 2 Coríntios 9:6-7: "E digo isto: Que o que semeia pouco, pouco também ceifará; e o que semeia em abundância, em abundância ceifará. Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza, ou por necessidade; porque Deus ama ao que dá com alegria". O princípio da sementeira e da colheita permanece vigente, mas a motivação deve ser a alegria, não o medo ou a coação.

Terceiro, a contribuição deve ser sistemática e planejada. A expressão "no primeiro dia da semana" (1 Coríntios 16:2) sugere regularidade, e "cada um de vós ponha de parte" indica intencionalidade prévia. A igreja primitiva não dependia de apelos emocionais ou improvisos, mas de planejamento na administração das contribuições.

3.5 O Exemplo da Igreja Primitiva (Atos 2 e 4)

Nos primeiros capítulos de Atos, a igreja de Jerusalém praticou uma forma ainda mais radical de contribuição. O texto relata que "todos os que criam estavam juntos, e tinham tudo em comum. E vendiam suas propriedades e bens, e repartiam com todos, segundo cada um tinha necessidade" (Atos 2:44-45). Em Atos 4:34-35, acrescenta-se: "Não havia, pois, entre eles necessitado algum; porque todos os que possuíam herdades ou casas, vendendo-as, traziam o preço do que fora vendido, e o depositavam aos pés dos apóstolos. E repartia-se a cada um, segundo a necessidade que cada um tinha".

Este modelo excede em muito os 10% do dízimo levítico — os primeiros cristãos entregavam tudo o que possuíam, e não apenas uma fração. No entanto, é importante observar que essa prática não é apresentada como mandamento universal, mas como manifestação espontânea do amor fraternal impulsionado pelo Espírito Santo. Em nenhum outro lugar do Novo Testamento essa prática é instituída como norma para todas as igrejas.

4 CONSEQUÊNCIAS BÍBLICAS DA FIDELIDADE E DA INFIDELIDADE NA CONTRIBUIÇÃO

As Escrituras associam tanto bênçãos quanto maldições à forma como o povo de Deus administra seus bens em relação ao Senhor. É necessário, porém, distinguir entre princípios espirituais permanentes e promessas específicas da antiga aliança.

4.1 As Consequências para Quem Contribui com Fidelidade

A Bíblia apresenta pelo menos quatro consequências associadas à fidelidade na contribuição. A primeira é a bênção material, prometida de forma clara em Malaquias 3:10 ("abrir as janelas do céu") e Provérbios 3:10 ("se encherão os teus celeiros"). No entanto, deve-se evitar a chamada "teologia da prosperidade", que trata essas promessas como fórmulas automáticas de enriquecimento. As bênçãos materiais na Bíblia são consequência da obediência dentro de uma aliança, não mecanismo de barganha com Deus.

A segunda é a proteção contra o devorador. Malaquias 3:11 declara: "por causa de vós repreenderei o devorador". No contexto agrícola de Israel, o "devorador" eram pragas como gafanhotos que destruíam as colheitas. No contexto contemporâneo, o princípio aponta para a proteção divina sobre o patrimônio e o fruto do trabalho daqueles que honram a Deus com seus bens.

A terceira é a colheita proporcional. 2 Coríntios 9:6 estabelece que a semeadura determina a colheita: "o que semeia pouco, pouco também ceifará; e o que semeia em abundância, em abundância ceifará". Ainda que Paulo estivesse tratando especificamente de uma coleta para os santos pobres de Jerusalém, o princípio agrícola que ele evoca transcende o contexto imediato.

A quarta é a alegria e o contentamento. O doador generoso experimenta a bem-aventurança de que "mais bem-aventurada coisa é dar do que receber" (Atos 20:35), e a satisfação de contribuir para o avanço do Reino de Deus.

4.2 As Consequências para Quem Não Contribui ou o Faz sem o Coração Correto

Malaquias 3:9 é explícito: "Com maldição sois amaldiçoados, porque a mim me roubais". A retenção do que pertence a Deus atrai disciplina divina. Ageu 1:6,9 complementa: "Semeais muito, e recolheis pouco; comeis, porém não vos fartais; bebeis, porém não vos saciais; vestis-vos, porém ninguém se aquece; e o que recebe salário, recebe-o num saco furado". O profeta atribui a escassez à negligência com a Casa de Deus.

No Novo Testamento, a ênfase recai menos sobre maldições específicas e mais sobre o princípio espiritual de que a avareza e a mesquinhez endurecem o coração e afastam o crente da dependência de Deus. Jesus advertiu: "Não podeis servir a Deus e a Mamom" (Mateus 6:24). O apego excessivo ao dinheiro revela idolatria, e a recusa em contribuir para a obra de Deus demonstra falta de fé na provisão divina e ingratidão pelo que Dele se recebeu.

Há também uma consequência comunitária: quando o povo de Deus deixa de contribuir, a obra definha. Em Malaquias, a falta de dízimos resultou em falta de "mantimento na minha casa" (Malaquias 3:10) — os levitas abandonaram o serviço do Templo para buscar sustento próprio (Neemias 13:10). Na igreja contemporânea, a infidelidade financeira dos membros pode comprometer a manutenção do templo, o sustento pastoral e as ações missionárias e sociais.

5 O DÍZIMO NA IGREJA CONTEMPORÂNEA: VALIDADE E PERCENTUAL

5.1 A Questão do Percentual

Uma das questões mais práticas diz respeito ao percentual. O Antigo Testamento estabelecia o dízimo (10%) como base, mas, como visto, na verdade havia mais de um dízimo, totalizando aproximadamente 23% da renda anual. O Novo Testamento, contudo, não fixa nenhum percentual numérico. As expressões neotestamentárias são qualitativas e proporcionais, não quantitativas: "conforme a sua prosperidade" (1 Coríntios 16:2), "segundo propôs no seu coração" (2 Coríntios 9:7), "o que semeia em abundância" (2 Coríntios 9:6).

Diante disso, surgem três posições principais entre os cristãos: (a) o dízimo de 10% permanece obrigatório, pois é anterior à Lei e confirmado por Jesus; (b) o dízimo de 10% é uma referência mínima e orientadora, mas cada crente deve dar conforme sua condição e com alegria; e (c) o dízimo de 10% foi abolido com a Lei, e o crente da nova aliança deve apenas dar ofertas voluntárias conforme a direção do Espírito.

As três posições encontram defensores entre estudiosos sérios da Bíblia. Não obstante, é possível identificar um consenso no Novo Testamento em torno dos seguintes parâmetros: generosidade ("em abundância"), proporcionalidade ("conforme a sua prosperidade"), voluntariedade ("segundo propôs no coração"), alegria ("Deus ama ao que dá com alegria") e regularidade ("no primeiro dia da semana"). Sob nenhuma hipótese o Novo Testamento autoriza a avareza ou a negligência com a obra de Deus.

5.2 Validade do Princípio para os Dias Atuais

Ainda que haja debate sobre a obrigatoriedade do percentual exato de 10%, há amplo consenso de que o princípio de contribuir para a obra de Deus permanece plenamente vigente. As razões são bíblicas e práticas:

Primeiro, a igreja possui despesas reais — manutenção do local de culto, sustento pastoral e missionário, ação social, literatura evangelística, entre outras — que exigem recursos financeiros. O princípio paulino de que "os que anunciam o evangelho vivam do evangelho" (1 Coríntios 9:14) permanece em vigor, e os pastores que se dedicam integralmente ao ministério precisam ser sustentados.

Segundo, a contribuição é um ato de adoração e de reconhecimento de que tudo pertence a Deus (Salmo 24:1). Não é pagamento, mas devolução. Como afirmou Davi: "Porque tudo vem de ti, e do que é teu to damos" (1 Crônicas 29:14). Contribuir é expressão concreta de fé, gratidão e dependência do provedor divino.

Terceiro, a prática de separar regularmente uma porção dos rendimentos para Deus disciplina a vida financeira do crente e combate a idolatria do dinheiro. Jesus ensinou que "onde estiver o vosso tesouro, ali estará também o vosso coração" (Mateus 6:21). Contribuir para o Reino é um investimento com retorno eterno.

6 CONCLUSÃO

Após percorrer o desenvolvimento bíblico do dízimo — dos patriarcas à Lei, dos profetas a Jesus, e de Jesus aos apóstolos —, é possível traçar algumas conclusões fundamentadas exclusivamente nas Escrituras.

Primeira: o dízimo, como prática de devolver a décima parte a Deus, precede a Lei Mosaica (Abraão e Jacó) e foi plenamente incorporado a ela como mandamento obrigatório para Israel, servindo a um triplo propósito: sustento do culto e do sacerdócio, adoração comunitária e assistência social aos necessitados. A infidelidade nos dízimos era tratada como roubo contra Deus e resultava em maldição (Malaquias 3:8-9), enquanto a fidelidade atraía bênçãos materiais e espirituais (Malaquias 3:10-12; Provérbios 3:9-10).

Segunda: Jesus validou a prática do dízimo (Mateus 23:23), mas a inseriu em um contexto de prioridades espirituais superiores. O Novo Testamento, porém, não reitera o mandamento do dízimo como obrigação legal para a igreja. Em vez disso, estabelece princípios mais elevados: generosidade, proporcionalidade, voluntariedade, alegria e regularidade (1 Coríntios 16:2; 2 Coríntios 9:6-7). A mudança do sacerdócio levítico para o sacerdócio de Cristo (Hebreus 7) alterou a forma como o povo de Deus contribui, mas não eliminou a responsabilidade de sustentar a obra do Senhor.

Terceira: quanto ao percentual, o Novo Testamento não fixa 10% ou qualquer outro número. Para aqueles que estão na graça, a pergunta não é mais "qual o mínimo que devo dar?", mas "quanto posso dar com alegria e generosidade para a glória de Deus?". O dízimo de 10% pode ser adotado como referência útil e como disciplina espiritual mínima, mas não deve ser imposto como lei, sob pena de retroceder ao legalismo que Paulo combateu na epístola aos Gálatas. Ao mesmo tempo, ofertar menos de 10% sem razão justificável pode revelar falta de generosidade e de compromisso com o Reino.

Quarta: as consequências da fidelidade ou infidelidade na contribuição são reais. Deus honra a fé e a generosidade do Seu povo com provisão, proteção e contentamento (2 Coríntios 9:8-11). A avareza e a retenção egoísta endurecem o coração e revelam idolatria (Mateus 6:24). Contudo, a motivação para contribuir deve ser a gratidão pela graça recebida, não o medo da maldição ou a ambição da prosperidade material.

Em suma, a igreja contemporânea encontrará no Novo Testamento não uma tabela de percentuais, mas um chamado a uma mordomia radical e alegre, em que cada crente, "segundo propôs no seu coração", contribui generosamente para que o evangelho avance, os pastores sejam sustentados e os necessitados sejam amparados — pois "Deus ama ao que dá com alegria" (2 Coríntios 9:7).

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gênesis 14; Gênesis 28.

BÍBLIA. A. T. Levítico. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Levítico 27.

BÍBLIA. A. T. Números. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Números 18.

BÍBLIA. A. T. Deuteronômio. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Deuteronômio 14; Deuteronômio 25.

BÍBLIA. A. T. 1 Crônicas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Crônicas 29.

BÍBLIA. A. T. Neemias. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Neemias 13.

BÍBLIA. A. T. Salmos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Salmo 24.

BÍBLIA. A. T. Provérbios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Provérbios 3.

BÍBLIA. A. T. Ageu. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Ageu 1.

BÍBLIA. A. T. Malaquias. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Malaquias 3.

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Mateus 6; Mateus 23.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Lucas 11.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 2; Atos 4; Atos 20.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 9; 1 Coríntios 15.

BÍBLIA. N. T. 2 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 2 Coríntios 8; 2 Coríntios 9.

BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gálatas 3.

BÍBLIA. N. T. Hebreus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Hebreus 7.

O Chamado Pastoral e a Ordenação de Mulheres ao Ministério

Graça & Verdade · 29 de junho de 2026 · 20 min de leitura

Este artigo examina, com base exclusiva nas Escrituras Sagradas, a controversa questão da ordenação de mulheres ao ofício pastoral. Apresenta de forma sistemática os argumentos contrários e favoráveis, uma síntese hermenêutica e uma conclusão avaliativa fundamentada na Bíblia.

Poucas questões têm gerado tanta divergência no meio evangélico contemporâneo quanto à possibilidade de mulheres serem ordenadas ao ministério pastoral. Denominações históricas como as Assembleias de Deus, Igrejas Batistas tradicionais, Presbiterianas conservadoras e a Igreja Católica Romana reservam o ofício pastoral (ou sacerdotal) exclusivamente aos homens. Em contrapartida, denominações como Metodistas, Anglicanas, Luteranas de algumas vertentes, Batistas progressistas e muitas igrejas neopentecostais têm admitido e consagrado mulheres ao pastorado.

Ambos os lados reivindicam fundamentação bíblica para suas posições. O presente artigo propõe-se a apresentar, de forma sistemática e neutra, os argumentos escriturísticos de cada corrente, para em seguida oferecer uma conclusão avaliativa sobre qual das duas posições encontra maior respaldo no texto sagrado. A questão central que norteia esta pesquisa é: o que a Bíblia, em seu conjunto, ensina acerca da possibilidade de mulheres exercerem o ofício de pastoras, bispas ou presbíteras?

Para responder a esta pergunta, o artigo estrutura-se em três partes: a primeira apresenta o ofício pastoral conforme definido nas Escrituras; a segunda expõe os argumentos contrários ao pastorado feminino; a terceira expõe os argumentos favoráveis; e a conclusão oferece uma análise ponderada de ambas as posições.

2 O OFÍCIO PASTORAL NAS ESCRITURAS

Antes de examinar os argumentos propriamente ditos, é necessário estabelecer o que a Bíblia entende por ministério pastoral. No Antigo Testamento, a figura do pastor (hebraico roeh) é utilizada como metáfora para Deus (Salmo 23:1; Isaías 40:11), para os líderes civis de Israel (2 Samuel 5:2; Jeremias 23:1-4) e, de forma normativa, para aqueles que Deus constitui para apascentar o Seu povo (Ezequiel 34:23). Todavia, o ofício pastoral como função eclesial específica é uma instituição do Novo Testamento.

O apóstolo Paulo, em Efésios 4:11, declara que o Cristo ressurreto "deu uns para apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores". O termo "pastores" (do grego poimenas) aparece aqui vinculado a "doutores" (didaskalous), indicando que o pastor é, essencialmente, um mestre da Palavra. Em Atos 20:28, Paulo exorta os presbíteros de Éfeso: "Olhai,

pois, por vós, e por todo o rebanho sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a igreja de Deus". Os três termos — pastor (poimen), bispo (episkopos) e presbítero (presbyteros) — designam o mesmo ofício, variando a ênfase: pastor ressalta o cuidado e alimentação do rebanho; bispo enfatiza a supervisão e governo; e presbítero indica a maturidade e a autoridade decorrente dela.

As qualificações para este ofício são estabelecidas em duas passagens principais. Em 1 Timóteo 3:1-7, Paulo afirma: "Esta é uma palavra fiel: se alguém deseja o episcopado, excelente obra deseja. Convém, pois, que o bispo seja irrepreensível, marido de uma mulher, vigilante, sóbrio, honesto, hospitaleiro, apto para ensinar; não dado ao vinho, não espancador, não cobiçoso de torpe ganância, mas moderado, não contencioso, não avaro; que governe bem a sua própria casa, tendo seus filhos em sujeição, com toda a modéstia [...] Não neófito [...] que tenha bom testemunho dos que estão de fora".

Em Tito 1:5-9, a lista é semelhante: "Aquele que for irrepreensível, marido de uma mulher, que tenha filhos fiéis [...] Porque convém que o bispo seja irrepreensível, como despenseiro da casa de Deus, não soberbo, nem iracundo, nem dado ao vinho, nem espancador, nem cobiçoso de torpe ganância; mas dado à hospitalidade, amigo do bem, moderado, justo, santo, temperante; retendo firme a fiel palavra, que é conforme a doutrina, para que seja poderoso, tanto para admoestar com a sã doutrina, como para convencer os contradizentes".

Nota-se que a função primordial do pastor-bispo-presbítero é dupla: (a) governar a igreja com autoridade espiritual e (b) ensinar a sã doutrina com fidelidade. O pastor é, portanto, aquele que exerce autoridade de governo e de ensino sobre a congregação, sendo constituído pelo Espírito Santo e reconhecido pela igreja.

3 ARGUMENTOS CONTRA O PASTORADO FEMININO

Esta seção apresenta os principais argumentos bíblicos daqueles que entendem que as Escrituras reservam o ofício pastoral exclusivamente aos homens.

3.1 Linguagem Masculina nas Qualificações Pastorais

O argumento mais direto e textual: as passagens que definem as qualificações para bispos e presbíteros empregam linguagem inequivocamente masculina. A exigência de que o bispo seja "marido de uma mulher" (1 Timóteo 3:2; Tito 1:6) pressupõe que o candidato seja do sexo masculino. Ainda que se possa argumentar que o foco da exigência seja a fidelidade conjugal (proibição de poligamia ou adultério), o texto não diz "fiel ao cônjuge", mas "marido de uma mulher". A exigência de que governe bem "a sua própria casa" e "seus filhos" (1 Timóteo 3:4-5), no contexto patriarcal do primeiro século e na teologia paulina, aponta para o homem como cabeça do lar (Efésios 5:23).

O argumento de que essa exigência excluiria também homens solteiros é refutado pelo fato de que a exigência é de fidelidade conjugal para aqueles que são casados (e não de estado civil obrigatório), mas pressupõe que, se casado, o candidato seja homem — pois marido de uma mulher não pode ser biologicamente uma mulher.

3.2 A Proibição de Paulo em 1 Timóteo 2:11-15

Esta passagem é considerada o texto-chave da posição contrária à ordenação feminina. Paulo afirma com clareza: "A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio" (1 Timóteo 2:11-12). O argumento baseia-se em três pilares:

Primeiro, o escopo da proibição é amplo: Paulo não se refere a um caso particular, mas estabelece uma norma para a igreja ("quero, pois, que os homens orem em todo o lugar" — 1 Timóteo 2:8 — e, simetricamente, que as mulheres aprendam em silêncio). A proibição abrange duas atividades que definem o ofício pastoral: ensinar (*didaskein*) e exercer autoridade (*authentein*).

Segundo, a fundamentação não é cultural, mas criacional. Paulo não apela aos costumes de Éfeso, mas à ordem da criação: "Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão" (1 Timóteo 2:13-14). Se a base da proibição é a ordem criacional, então trata-se de um princípio transcultural, não limitado a uma situação histórica específica.

Terceiro, ainda que o verbo *authentein* tenha sido usado apenas aqui no Novo Testamento e comporte a conotação de "dominar" ou "usurpar", Paulo não está proibindo apenas um abuso, mas o próprio exercício de autoridade de ensino da mulher sobre o homem na igreja. A partícula negativa *ouk* ("não") seguida do infinitivo presente indica uma proibição permanente, não circunstancial.

3.3 A Instrução de Paulo em 1 Coríntios 14:34-35

Nesta passagem, Paulo é ainda mais incisivo: "As vossas mulheres estejam caladas nas igrejas; porque não lhes é permitido falar; mas estejam sujeitas, como também ordena a lei. E, se querem aprender alguma coisa, interroguem em casa a seus próprios maridos; porque é vergonhoso que as mulheres falem na igreja" (1 Coríntios 14:34-35).

Para os defensores desta posição, Paulo apela não apenas ao costume, mas à "lei" (*nomos*), termo que nas epístolas paulinas geralmente remete à Torah, indicando que a submissão da mulher não é inovação apostólica, mas continuidade do princípio veterotestamentário de ordem na criação e na adoração pública. A igreja de Corinto não é a única destinatária — Paulo afirma que esta é a prática "em todas as igrejas dos santos" (1 Coríntios 14:33).

3.4 Ausência de Mulheres no Ofício Pastoral do Novo Testamento

Não há um único exemplo no Novo Testamento de mulher exercendo o ofício de pastora, bispa ou presbítera. Embora Febe seja chamada de *diakonos* (Romanos 16:1), o termo é utilizado em seu sentido amplo de "serva" ou, quando muito, designando o diaconato — um ofício distinto do pastorado. Priscila, com seu marido Áquila, ensinou Apolo em contexto privado (Atos 18:26), o que é qualitativamente diferente do exercício do ofício pastoral público com autoridade sobre a igreja. Júnias (Romanos 16:7) é mencionada entre os apóstolos, mas o texto não afirma que ela fosse apóstola — a expressão pode significar "notável aos olhos dos apóstolos" ou "notável entre os apóstolos" no sentido missionário amplo, não no sentido dos Doze.

Todos os presbíteros constituídos por Paulo e seus cooperadores foram homens (Atos 14:23; Tito 1:5). Jesus escolheu doze apóstolos, todos homens. A prática apostólica é uniforme e consistente nesse ponto, o que constitui um argumento de peso para aqueles que entendem que o ofício pastoral foi estabelecido por Cristo e pelos apóstolos como função masculina.

3.5 Princípio da Liderança Masculina na Criação

Para além dos textos específicos sobre a igreja, há um princípio teológico mais amplo que perpassa as Escrituras: a liderança masculina como parte da ordem criacional. Paulo fundamenta a submissão da mulher na igreja na ordem da criação (1 Timóteo 2:13) e não na Queda ou na cultura. Em 1 Coríntios 11:3, ele estabelece uma hierarquia funcional: "Cristo é a cabeça de todo o homem, e o homem a cabeça da mulher; e Deus a cabeça de Cristo". Esta estrutura não implica inferioridade ontológica, mas distinção funcional na família e na igreja.

Os defensores desta posição argumentam que Deus estabeleceu, desde a criação, papéis distintos e complementares para homem e mulher. O homem foi criado primeiro e recebeu a responsabilidade de liderança (Gênesis 2:15-18). A mulher foi criada como auxiliadora idônea (Gênesis 2:18) — termo hebraico *ezer kenegdo* que não denota inferioridade, mas complementaridade funcional. A Queda não criou esses papéis; antes, distorceu-os (Gênesis 3:16), e a redenção em Cristo os restaura ao seu propósito original, não os abole. Portanto, o ofício pastoral, que envolve autoridade de governo e de ensino sobre a igreja, alinha-se com o papel de liderança designado por Deus ao homem.

4 ARGUMENTOS A FAVOR DO PASTORADO FEMININO

Esta seção apresenta os argumentos bíblicos daqueles que defendem a legitimidade da ordenação de mulheres ao ofício pastoral.

4.1 Deus Chamou e Usou Mulheres em Liderança Espiritual

O Antigo Testamento registra casos incontestáveis de mulheres exercendo autoridade espiritual sobre o povo de Deus. Débora foi profetisa e juíza de Israel: "E Débora, mulher profetisa, mulher de Lapidote, julgava a Israel naquele tempo. Ela assentava-se debaixo das palmeiras de Débora [...] e os filhos de Israel subiam a ela a juízo" (Juízes 4:4-5). Ela não apenas julgava, mas comandou a estratégia militar contra Sísera e autodenominou-se "mãe em Israel" (Juízes 5:7). O texto bíblico jamais desabona sua liderança.

Hulda, a profetisa, foi consultada pelo sumo sacerdote Hilquias e pelos oficiais do rei Josias (2 Reis 22:14-20). Ela proferiu palavra profética com autoridade divina sobre o rei e o sacerdócio de Israel. Miriã é chamada "a profetisa" (Êxodo 15:20) e Deus a menciona como líder ao lado de Moisés e Arão (Miqueias 6:4). Se Deus constituiu mulheres em posições de autoridade espiritual sobre todo o Israel, argumenta-se, Ele não tem objeção de princípio quanto à liderança espiritual feminina.

4.2 Mulheres Exerceram Funções Ministeriais no Novo Testamento

Febe é apresentada como diakonos da igreja de Cenchrea (Romanos 16:1). O termo grego é o mesmo utilizado para designar o ofício de diácono (Filipenses 1:1; 1 Timóteo 3:8-13). Paulo a recomenda com autoridade para ser recebida pela igreja de Roma e a descreve como "protetora" (*prostatis*) de muitos — termo que denota liderança e patrocínio. Se uma mulher pode exercer o diaconato — um ofício reconhecido da igreja —, não haveria razão intrínseca para excluí-la do presbiterato.

Priscila, juntamente com Áquila, "declarou mais precisamente o caminho de Deus" a Apolo, que era "poderoso nas Escrituras" (Atos 18:24-26). O fato de Priscila ser mencionada antes do marido em cinco das seis ocorrências do casal sugere sua proeminência no ministério de ensino. Júnias (Romanos

16:7) é descrita como alguém que "se distinguiu entre os apóstolos", expressão que a maioria dos exegetas contemporâneos interpreta como indicando que Júnias era uma mulher reconhecida como apóstola (no sentido amplo de missionária enviada).

Evódia e Síntique "trabalharam comigo (Paulo) no evangelho" (Filipenses 4:2-3). O verbo *synathleo* significa "lutar lado a lado", indicando parceria ministerial ativa. Paulo reconheceu que mulheres oravam e profetizavam publicamente na igreja (1 Coríntios 11:5), atos que envolvem fala pública com autoridade espiritual.

4.3 O Contexto Cultural das Passagens Restritivas

Os defensores da ordenação feminina argumentam que as passagens de 1 Timóteo 2 e 1 Coríntios 14 devem ser compreendidas à luz do contexto histórico-cultural em que foram escritas. Em Éfeso, havia um problema específico com falsos mestres que influenciavam mulheres (1 Timóteo 1:3-7; 5:13-15; 2 Timóteo 3:6-7). Paulo estaria restringindo temporariamente mulheres despreparadas e influenciadas por heresias, não estabelecendo uma proibição permanente.

Em Corinto, as mulheres geralmente não recebiam instrução formal e interrompiam o culto com perguntas. A ordem de "interroguem em casa a seus próprios maridos" (1 Coríntios 14:35) sugere que o problema era de interrupção, não de participação ministerial legítima. Prova disso é que, na mesma epístola, Paulo permite que mulheres orem e profetizem publicamente (1 Coríntios 11:5), o que seria contraditório se a proibição de 1 Coríntios 14 fosse absoluta.

Quanto a 1 Timóteo 2:11-12, o verbo *authentein* (traduzido como "usar de autoridade") é raro no grego e carrega frequentemente a conotação negativa de "dominar", "usurpar autoridade" ou até "assassinar". Paulo estaria proibindo um comportamento abusivo ou autoritário, não o exercício legítimo de autoridade pastoral por mulheres capacitadas e reconhecidas. A tradução mais precisa seria: "Não permito que a mulher ensine de forma a dominar o homem".

4.4 Princípio da Igualdade em Cristo (Gálatas 3:28)

O argumento teológico mais abrangente a favor do pastorado feminino é o princípio da nova criação em Cristo: "Não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus" (Gálatas 3:28). Embora o contexto imediato seja a justificação pela fé, os defensores argumentam que Paulo está derrubando as barreiras que separavam as pessoas no mundo antigo — raça, classe social e gênero — e que essas barreiras não devem ser reconstruídas na igreja.

Se a igreja não pode excluir alguém do ministério com base em etnia (judeu/grego) ou classe social (servo/livre), argumentam, também não pode excluir com base em gênero (macho/fêmea). A inauguração da nova aliança em Cristo restaura a igualdade original da criação, onde homem e mulher foram igualmente criados à imagem de Deus (Gênesis 1:27). A profecia de Joel, cumprida no Pentecostes, confirma que o Espírito Santo capacita igualmente "filhos e filhas" para o ministério profético (Joel 2:28-29; Atos 2:17-18). Se o Espírito concede dons pastorais a mulheres, a igreja não deveria impedir o exercício desses dons.

4.5 Distinção entre Ofício e Função

Alguns teólogos argumentam que o Novo Testamento não estabelece uma estrutura eclesiástica rígida e que a distinção entre os ofícios (bispo, presbítero, diácono) desenvolveu-se gradualmente. As cartas pastorais refletem um estágio de organização que não é necessariamente normativo para todas as épocas e culturas. O essencial não é a forma do ofício, mas a função pastoral de apascentar, ensinar e cuidar — funções que mulheres podem desempenhar e, de fato, desempenharam.

Ademais, a igreja primitiva contava com mulheres que exerciam liderança em igrejas domésticas (como a igreja na casa de Priscila e Áquila — Romanos 16:5; 1 Coríntios 16:19), o que incluía, muito provavelmente, funções de ensino e supervisão pastoral sobre a comunidade que se reunia em seus lares.

5 SÍNTESE HERMENÊUTICA

Diante do exposto, percebe-se que a questão da ordenação feminina ao ministério pastoral não admite resposta simplista. As Escrituras apresentam tanto passagens que parecem restringir a participação feminina quanto exemplos e princípios que a fundamentam. A resolução dessa tensão depende, em grande medida, do método hermenêutico adotado.

Aqueles que adotam uma hermenêutica mais literal e entendem as passagens restritivas como princípios transculturais concluirão que a ordenação feminina não encontra respaldo bíblico. Já aqueles que contextualizam essas passagens e valorizam os exemplos de Débora, Priscila, Febe e outros concluirão que as Escrituras não proíbem categoricamente a atuação de mulheres no ministério pastoral.

Ambas as posições encontram defensores sérios e piedosos ao longo da história da igreja. O que não se pode negar, à luz dos dados bíblicos, é que Deus chamou e usou mulheres de forma sobrenatural para exercerem liderança espiritual sobre Seu povo, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. Resta à igreja contemporânea orar, estudar as Escrituras com diligência e buscar a direção do Espírito Santo para aplicar esses princípios à realidade eclesiástica atual, sem desprezar a tradição nem ignorar a liberdade do Espírito em capacitar a quem Ele quer para a Sua obra.

6 CONCLUSÃO

Após a exposição sistemática de ambos os conjuntos de argumentos, cabe oferecer ao leitor uma análise avaliativa sobre qual das duas posições — contrária ou favorável ao pastorado feminino — encontra maior fundamentação nas Escrituras Sagradas.

Os argumentos favoráveis ao pastorado feminino possuem mérito real e não podem ser descartados levianamente. É fato bíblico que Deus chamou mulheres para posições de liderança espiritual (Débora, Hulda), que mulheres profetizaram publicamente (Miriã, as filhas de Filipe — Atos 21:9), que Paulo contou com colaboradoras ministeriais (Priscila, Febe, Evódia, Síntique) e que o Espírito Santo foi derramado igualmente sobre homens e mulheres (Joel 2:28-29; Atos 2:17-18). O princípio da igualdade ontológica entre homem e mulher em Cristo (Gálatas 3:28) é um pilar da teologia paulina que impede qualquer menosprezo à dignidade ou aos dons das mulheres na igreja.

Todavia, quando se examina especificamente o ofício de pastor-bispo-presbítero — e não a participação feminina no ministério em sentido amplo —, os argumentos contrários à ordenação feminina apresentam fundamentação escriturística mais sólida, pelas seguintes razões:

Primeira: as qualificações para o episcopado/presbiterato (1 Timóteo 3:1-7; Tito 1:5-9) empregam linguagem masculina consistente. A expressão "marido de uma mulher" não é acidental; aparece em ambas as listas e, no contexto patriarcal do primeiro século e da teologia paulina, pressupõe que o candidato ao ofício pastoral seja homem. Interpretar essa exigência como mera referência à fidelidade conjugal ignora a forma gramatical masculina que perpassa todo o texto.

Segunda: 1 Timóteo 2:11-12 contém uma proibição apostólica direta, cuja fundamentação é criacional, não cultural. Paulo não diz "em Éfeso, não permito", mas "não permito", e fundamenta essa proibição na ordem da criação (Adão formado primeiro — versículo 13) e na Queda (Eva enganada — versículo 14). Esses argumentos transcendem qualquer contexto local e apontam para um princípio permanente de distinção funcional entre homem e mulher na igreja. Ainda que se discuta o significado preciso de *authentein*, a proibição conjunta de "ensinar" e "exercer autoridade" cobre exatamente as funções distintivas do ofício pastoral.

Terceira: a prática apostólica é consistente em não constituir mulheres como pastoras, bispas ou presbíteras. Não há um único exemplo inequívoco no Novo Testamento. Os casos de Febe (diaconisa), Priscila (ensino privado em conjunto com o marido) e Júnias (provavelmente missionária) demonstram participação feminina no ministério, mas não no ofício pastoral de governo e ensino autoritativo sobre a congregação reunida. Jesus escolheu doze homens como apóstolos, e Paulo constituiu presbíteros (homens) em cada igreja (Atos 14:23). O argumento do silêncio, neste caso, é significativo, pois se a ordenação feminina fosse uma prática apostólica, haveria registro análogo ao que há para os homens.

Quarta: 1 Coríntios 14:34-35, embora deva ser interpretado em harmonia com 1 Coríntios 11:5, estabelece que há um limite para a participação vocal feminina na assembleia. A permissão para "orar e profetizar" (1 Coríntios 11:5) não equivale à permissão para o exercício regular e autoritativo do ofício pastoral. A igreja primitiva distinguia entre manifestações carismáticas ocasionais (que Paulo regula em 1 Coríntios 11-14) e ofícios permanentes de governo e ensino (que Paulo regula em 1 Timóteo 3 e Tito 1).

Quinta: ainda que os exemplos veterotestamentários de Débora e Hulda demonstrem que Deus pode usar mulheres em posições de liderança, é necessário distinguir entre o que Deus pode fazer soberanamente (exceções providenciais) e o que Ele estabeleceu como norma para a igreja (ofícios instituídos). Débora foi levantada em um período de apostasia e escassez de liderança masculina fiel (Juízes 4:1; cf. Juízes 5:7-8). O próprio cântico de Débora reconhece a anormalidade da situação. Usar exceções providenciais do Antigo Testamento para estabelecer normas eclesiais neotestamentárias é hermenêuticamente problemático.

Em conclusão, reconhece-se que ambos os lados do debate apresentam argumentos bíblicos sérios, e que cristãos piedosos e estudiosos têm chegado a conclusões diferentes. Contudo, quando o foco se restringe ao ofício pastoral em sentido estrito — bispo, presbítero, pastor com autoridade de governo e ensino sobre a igreja —, as evidências escriturísticas pesam de forma mais consistente em favor da posição que reserva esse ofício aos homens. Isso não diminui a dignidade, os dons ou a importância das mulheres na igreja, que são chamadas a exercer uma ampla gama de ministérios (diaconato, ensino de mulheres e crianças, profecia ordenada, evangelismo, missões, aconselhamento, hospitalidade), todos essenciais para a edificação do corpo de Cristo.

Como afirmou Paulo aos Coríntios, o propósito de toda regulamentação eclesiástica é que "tudo se faça decentemente e com ordem" (1 Coríntios 14:40), para a glória de Deus e a edificação da Sua igreja.

A decisão final cabe a cada comunidade de fé, em submissão à Palavra, em dependência do Espírito e em amor fraternal para com aqueles que, de boa consciência, chegam a conclusões diferentes sobre esta complexa questão.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gênesis 1-3.

BÍBLIA. A. T. Êxodo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Êxodo 15.

BÍBLIA. A. T. Juízes. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Juízes 4-5.

BÍBLIA. A. T. 2 Reis. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 2 Reis 22.

BÍBLIA. A. T. Salmos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Salmo 23.

BÍBLIA. A. T. Joel. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Joel 2.

BÍBLIA. A. T. Miqueias. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Miqueias 6.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Lucas 2.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 2; Atos 14; Atos 18; Atos 20; Atos 21.

BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Romanos 16.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 11; 1 Coríntios 14.

BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gálatas 3.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Efésios 4; Efésios 5.

BÍBLIA. N. T. Filipenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Filipenses 1; Filipenses 4.

BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Timóteo 2; 1 Timóteo 3; 1 Timóteo 5.

BÍBLIA. N. T. 2 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 2 Timóteo 3.

BÍBLIA. N. T. Tito. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Tito 1.

As Funções e o Papel do Pastor nos Dias de Hoje

Graça & Verdade · 25 de junho de 2026 · 14 min de leitura

Este artigo examina as funções e o papel do pastor cristão na contemporaneidade, fundamentado exclusivamente nas Escrituras Sagradas. A partir do modelo de Jesus Cristo como o Bom Pastor, analisa as qualificações bíblicas e os desafios do ministério pastoral.

Resumo

Este artigo examina as funções e o papel do pastor cristão na contemporaneidade, fundamentado exclusivamente nas Escrituras Sagradas, tendo por base a versão Almeida Corrigida Fiel (ACF). A partir do modelo de Jesus Cristo como o Bom Pastor (João 10), são analisadas as qualificações bíblicas para o episcopado (1 Timóteo 3; Tito 1), as funções essenciais do ministério pastoral — apascentar pela Palavra, proteger o rebanho, cuidar com amor, liderar com exemplo e equipar os santos —, bem como as advertências proféticas contra os maus pastores (Jeremias 23; Ezequiel 34). Conclui-se que, diante dos desafios do século XXI, o pastorado bíblico necessita não de reinvenção, mas de restauração aos fundamentos estabelecidos nas Escrituras.

1 INTRODUÇÃO

O pastorado é uma das instituições mais antigas da história humana, cujas raízes remontam ao próprio Deus, que Se revela nas Escrituras como o Pastor do Seu povo. Desde o Antigo Testamento até ao Novo Testamento, a figura do pastor é ricamente desenvolvida como metáfora da liderança espiritual, culminando na pessoa de Jesus Cristo, que se declara "o bom Pastor" (João 10:11). Nos dias de hoje, em meio a uma sociedade marcada por relativismo moral, pluralismo religioso, crises de identidade e fragmentação comunitária, compreender o papel e as funções do pastor à luz da Bíblia torna-se não apenas relevante, mas urgente.

Este artigo propõe-se a examinar, exclusivamente com base nas Escrituras Sagradas (versão Almeida Corrigida Fiel), as principais funções do pastor cristão e o seu papel na igreja contemporânea. A pergunta central que guia esta reflexão é: o que a Bíblia ensina acerca do ministério pastoral e como esses ensinamentos se aplicam ao contexto atual?

O artigo estrutura-se em três grandes eixos: primeiramente, analisa-se o modelo supremo de pastorado — Cristo, o Bom Pastor; em seguida, apresentam-se as funções e qualificações bíblicas do ministro; por fim, discutem-se as advertências e os desafios enfrentados pelos pastores na presente era.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Cristo, o Modelo Supremo de Pastor

O fundamento de todo o ministério pastoral cristão encontra-se na pessoa de Jesus Cristo. Em João 10, o Senhor apresenta-Se como "o bom Pastor" e delinea as marcas distintivas do verdadeiro pastorado. A primeira dessas marcas é o amor sacrificial: "o bom Pastor dá a sua vida pelas ovelhas" (João 10:11). Diferentemente do mercenário, que foge diante do perigo porque "não tem cuidado das ovelhas" (João 10:13), Cristo entrega-Se plenamente por aqueles que Lhe pertencem.

A segunda marca é o conhecimento pessoal e íntimo das ovelhas: "Eu sou o bom Pastor, e conheço as minhas ovelhas, e das minhas sou conhecido" (João 10:14). O pastoreio bíblico não é uma função impessoal ou meramente administrativa; é uma relação viva entre o pastor e o rebanho, na qual as ovelhas reconhecem a voz do seu pastor e o seguem voluntariamente (João 10:3-4). Este princípio relacional é essencial para qualquer ministério pastoral genuíno.

A terceira marca é a provisão de vida abundante: "eu vim para que tenham vida, e a tenham com abundância" (João 10:10). O pastor não é um explorador do rebanho, mas um canal da vida divina para as ovelhas. Cristo também declara ser "a porta das ovelhas" (João 10:7), indicando que Ele é o único meio de acesso à salvação e à segurança espiritual.

Por fim, o Salmo 23 apresenta uma síntese poética e teológica do cuidado pastoral de Deus: "O SENHOR é o meu pastor, nada me faltará" (Salmo 23:1). Neste salmo, o pastor divino provê descanso ("deitar-me faz em verdes pastos"), orientação ("guia-me mansamente a águas tranquilas"), restauração ("refrigera a minha alma"), direção ("guia-me pelas veredas da justiça"), proteção em meio ao perigo ("ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte"), conforto ("a tua vara e o teu cajado me consolam") e comunhão permanente ("habitarei na casa do Senhor por longos dias"). Todo pastor cristão é chamado a refletir, ainda que imperfeitamente, esse modelo do Pastor divino.

2.2 Origem e Propósito do Ministério Pastoral

O apóstolo Paulo, em Efésios 4, ensina que o ministério pastoral é um dom concedido por Cristo à Sua Igreja: "E ele mesmo deu uns para apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores" (Efésios 4:11). O propósito deste dom é tríplice: (1) "o aperfeiçoamento dos santos"; (2) "a obra do ministério"; e (3) "a edificação do corpo de Cristo" (Efésios 4:12). O objetivo final é que todos os crentes cheguem "à unidade da fé, e ao conhecimento do Filho de Deus, a homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo" (Efésios 4:13).

Portanto, o pastor não é um mero administrador religioso ou um executivo eclesiástico. Ele é um presente de Cristo à igreja com a missão de equipar os santos para o serviço cristão e promover o crescimento espiritual coletivo. Esta visão afasta tanto o clericalismo centralizador quanto o secularismo que reduz o pastor a um gestor organizacional.

Em Atos 20, Paulo reforça a origem divina do ministério pastoral ao dirigir-se aos anciãos (presbíteros/bispos) de Éfeso: "Olhai, pois, por vós, e por todo o rebanho sobre que o Espírito Santo vos constituiu bispos, para apascentardes a igreja de Deus, que ele resgatou com seu próprio sangue" (Atos 20:28). Aqui, três verdades são destacadas: o pastor é constituído pelo Espírito Santo, não meramente por eleição humana; o rebanho pertence a Deus, não ao pastor; e o valor do rebanho é inestimável, pois foi comprado com o sangue de Cristo. O pastor é, portanto, um mordomo e despenseiro, não um proprietário.

2.3 As Funções Essenciais do Pastor

Com base nas Escrituras, podem-se identificar pelo menos cinco funções fundamentais do ministério pastoral.

A primeira função é apascentar pela Palavra, por meio da pregação e do ensino. O pastor é, primariamente, um ministro da Palavra. Paulo exorta Timóteo solenemente: "Conjuro-te, pois, diante de Deus [...] que pregues a palavra, instes a tempo e fora de tempo, redarguas, repreendas, exortes, com toda a longanimidade e doutrina" (2 Timóteo 4:1-2). O pastor deve alimentar o rebanho com a sã doutrina, sendo "apto para ensinar" (1 Timóteo 3:2) e "retendo firme a fiel palavra, que é conforme a doutrina, para que seja poderoso, tanto para admoestar com a sã doutrina, como para convencer os contradizentes" (Tito 1:9). A pregação expositiva e o ensino sistemático das Escrituras são a dieta espiritual indispensável para a saúde da igreja.

A segunda função é proteger o rebanho. O pastor é também um guarda. Paulo alerta os anciãos de Éfeso: "depois da minha partida, entrarão no meio de vós lobos cruéis, que não pouparão ao rebanho; e que de entre vós mesmos se levantarão homens que falarão coisas perversas" (Atos 20:29-30). O pastor deve estar vigilante contra falsas doutrinas, heresias e ensinos que distorcem o evangelho. Esta função protetora exige discernimento espiritual, coragem para confrontar o erro e amor pela verdade.

A terceira função é cuidar e pastorear com amor. O cuidado pastoral envolve visitar os enfermos, consolar os aflitos, fortalecer os fracos e buscar os desgarrados. O profeta Ezequiel, ao denunciar os maus pastores de Israel, define o que o verdadeiro pastor deve fazer: "as fracas não fortaleceste, e a doente não curastes, e a quebrada não ligastes, e a desgarrada não tornastes a trazer, e a perdida não buscastes" (Ezequiel 34:4). Em contraste, Deus promete: "a perdida buscarei, e a desgarrada tornarei a trazer, e a quebrada ligarei, e a enferma fortalecerei" (Ezequiel 34:16). Estas são as marcas do cuidado pastoral genuíno.

A quarta função é liderar com exemplo. O pastor não exerce domínio autoritário, mas lidera por meio do exemplo pessoal. Pedro exorta os presbíteros: "Apascentai o rebanho de Deus, que está entre vós, tendo cuidado dele, não por força, mas voluntariamente; nem por torpe ganância, mas de ânimo pronto; nem como tendo domínio sobre a herança de Deus, mas servindo de exemplo ao rebanho" (1 Pedro 5:2-3). A autoridade pastoral é essencialmente moral e espiritual, não coercitiva. O pastor é um modelo de piedade, integridade e serviço.

A quinta função é equipar para o serviço. Conforme Efésios 4:12, o pastor deve "aperfeiçoar os santos para a obra do ministério". Isto implica capacitar cada membro da igreja a descobrir e exercer os seus dons espirituais, descentralizando o ministério e promovendo o sacerdócio universal dos crentes.

2.4 As Qualificações Bíblicas do Pastor

As cartas pastorais (1 Timóteo e Tito) fornecem listas detalhadas de qualificações para aqueles que aspiram ao episcopado (termo sinônimo de pastor, bispo e presbítero no Novo Testamento). Em 1 Timóteo 3:1-7, Paulo afirma que "convém que o bispo seja irrepreensível, marido de uma mulher, vigilante, sóbrio, honesto, hospitaleiro, apto para ensinar; não dado ao vinho, não espancador, não cobiçoso de torpe ganância, mas moderado, não contencioso, não avaro; que governe bem a sua própria casa [...] não neófito [...] que tenha bom testemunho dos que estão de fora".

De modo semelhante, Tito 1:5-9 acrescenta que o bispo, "como despenseiro da casa de Deus", deve ser "não soberbo, nem iracundo, nem dado ao vinho, nem espancador, nem cobiçoso de torpe ganância; mas dado à hospitalidade, amigo do bem, moderado, justo, santo, temperante". Notavelmente, todas estas qualificações, com exceção de "apto para ensinar", são de caráter moral, não de competência técnica. O pastorado é, antes de tudo, uma questão de caráter forjado por Deus.

Estas qualificações permanecem plenamente vigentes para os dias de hoje. A igreja contemporânea não deve ceder à tentação de selecionar líderes com base em carisma, eloquência, formação acadêmica ou habilidades empresariais, em detrimento das marcas de caráter estabelecidas pela Escritura.

2.5 Advertências contra os Maus Pastores

A Bíblia não apenas define o perfil do bom pastor, mas também adverte severamente contra os maus pastores. Duas passagens do Antigo Testamento são particularmente contundentes.

Em Jeremias 23:1-4, o Senhor declara: "Ai dos pastores que destroem e dispersam as ovelhas do meu pasto!" (Jeremias 23:1). Os maus pastores são acusados de dispersar, afugentar e não cuidar das ovelhas. Deus promete julgar tais pastores e Ele mesmo suscitar pastores fiéis que apascentem o povo: "E levantarei sobre elas pastores que as apascentem" (Jeremias 23:4).

De forma mais extensa, Ezequiel 34 denuncia os pastores que "se apascentam a si mesmos" em vez de apascentar as ovelhas (Ezequiel 34:2). Estes pastores egoístas comem a gordura, vestem-se da lã, mas negligenciam completamente as necessidades do rebanho. A consequência é terrível: as ovelhas "se espalharam, por não haver pastor" (Ezequiel 34:5). Deus então declara: "Eis que eu estou contra os pastores; das suas mãos demandarei as minhas ovelhas" (Ezequiel 34:10). O capítulo culmina com a promessa messiânica: "E suscitarei sobre elas um só pastor, e ele as apascentará; o meu servo Davi é que as apascentará" (Ezequiel 34:23), apontando diretamente para Cristo.

Estas advertências são extremamente atuais. Os pastores de hoje prestarão contas a Deus pelo modo como cuidaram do rebanho. A busca por ganhos financeiros, poder, prestígio ou a transformação do ministério em plataforma pessoal são manifestações contemporâneas do mesmo pecado denunciado pelos profetas. O pastor que se apascenta a si mesmo, em vez de servir ao rebanho, está sob o juízo divino.

2.6 O Papel do Pastor no Contexto Atual

Diante do quadro bíblico traçado, como aplicar estes princípios aos desafios do século XXI? Vive-se numa era caracterizada por fenômenos que impactam diretamente o ministério pastoral.

O primeiro desafio é o relativismo doutrinário e o analfabetismo bíblico. Nunca houve tanto acesso à Bíblia e, paradoxalmente, tão pouco conhecimento bíblico profundo. O pastor de hoje deve ser, mais do que nunca, um expositor fiel das Escrituras, ensinando a congregação a discernir a verdade do erro. Paulo profetizou: "virá tempo em que não suportarão a sã doutrina; mas, tendo comichão nos ouvidos, amontoarão para si doutores conforme as suas próprias concupiscências" (2 Timóteo 4:3). Este tempo já chegou. O pastor fiel deve "pregar a palavra" com longanimidade e doutrina, ainda que a mensagem seja impopular.

O segundo desafio é a fragmentação comunitária e a solidão. A sociedade moderna é marcada pelo isolamento e pela dissolução dos laços comunitários. Neste contexto, a igreja local deve ser uma comunidade de cuidado mútuo, e o pastor é o facilitador dessa comunhão. Como Cristo, ele chama as ovelhas pelo nome (João 10:3), demonstrando um interesse genuíno por cada membro do rebanho, não apenas pelos números da frequência dominical.

O terceiro desafio são as pressões por resultados e a secularização do ministério. Há uma tendência crescente de avaliar o sucesso pastoral por métricas empresariais: tamanho da membresia, orçamento, instalações. Todavia, a Bíblia mede o pastor pela sua fidelidade, não por números. Paulo disse: "combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé" (2 Timóteo 4:7). A coroa é da fidelidade, não do sucesso numérico.

O quarto desafio envolve a tecnologia e as novas formas de ministério. As ferramentas digitais oferecem oportunidades sem precedentes para a pregação do evangelho e o discipulado. Contudo, o pastor deve lembrar-se de que o ministério é essencialmente encarnacional: "o bom Pastor dá a sua vida pelas ovelhas" (João 10:11) implica proximidade, presença e sacrifício pessoal que nenhuma tecnologia pode substituir.

O quinto desafio é a integridade moral em tempos de escândalos. Os frequentes escândalos envolvendo líderes religiosos tornam ainda mais urgente que o pastor atenda aos requisitos de caráter estabelecidos em 1 Timóteo 3 e Tito 1. O bom testemunho "dos que estão de fora" (1 Timóteo 3:7) é indispensável para que o evangelho não seja blasfemado.

3 CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, examinaram-se as funções e o papel do pastor fundamentados exclusivamente nas Escrituras Sagradas. O modelo bíblico de pastorado tem o seu clímax em Jesus Cristo, o Bom Pastor, que dá a vida pelas ovelhas, conhece-as intimamente e as conduz a pastagens verdejantes (João 10; Salmo 23). A partir deste modelo, a Bíblia delineia cinco funções essenciais: apascentar pela Palavra, proteger o rebanho, cuidar com amor, liderar com exemplo e equipar os santos para o serviço (Efésios 4:11-13; Atos 20:28-31; 2 Timóteo 4:1-5; 1 Pedro 5:1-4).

A Escritura também estabelece qualificações morais rigorosas para aqueles que aspiram ao ministério, centradas no caráter e na maturidade espiritual (1 Timóteo 3:1-7; Tito 1:5-9). Paralelamente, adverte com severidade contra os pastores infiéis que exploram o rebanho em benefício próprio (Jeremias 23; Ezequiel 34).

Para os dias de hoje, o pastor bíblico permanece sendo aquele que, à semelhança de Cristo, serve com humildade, ensina com fidelidade, protege com coragem e ama com sacrifício. Numa era de profundas transformações culturais, o ministério pastoral não necessita de reinvenção, mas de restauração — um retorno às fontes bíblicas que definem a sua essência e o seu propósito.

Que a promessa de Pedro ecoe como esperança e incentivo para todo pastor fiel: "E, quando aparecer o Sumo Pastor, alcançareis a incorruptível coroa da glória" (1 Pedro 5:4). Até lá, a missão continua: apascentar o rebanho de Deus que está entre nós, até que todos cheguemos "à unidade da fé, e ao conhecimento do Filho de Deus, a homem perfeito, à medida da estatura completa de Cristo" (Efésios 4:13).

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA. A. T. Salmos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Salmo 23.
- BÍBLIA. A. T. Jeremias. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Jeremias 23.
- BÍBLIA. A. T. Ezequiel. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Ezequiel 34.
- BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. João 10.
- BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Atos 20.
- BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Efésios 4.
- BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Timóteo 3.
- BÍBLIA. N. T. 2 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 2 Timóteo 4.
- BÍBLIA. N. T. Tito. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Tito 1.
- BÍBLIA. N. T. 1 Pedro. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Pedro 5.

A Economia do Reino: Princípios Econômicos no Novo Testamento

Graça & Verdade · 25 de junho de 2026 · 29 min de leitura

Este artigo examina os princípios econômicos presentes no Novo Testamento, com ênfase no ensino de Jesus Cristo e na prática da igreja primitiva. A partir das parábolas econômicas de Jesus e dos ensinamentos apostólicos, são analisados os fundamentos da mordomia cristã.

O Novo Testamento não se apresenta como um tratado sistemático de economia, mas é impossível lê-lo com atenção sem perceber que os temas econômicos o permeiam do início ao fim. Jesus Cristo falou mais sobre dinheiro, riqueza e pobreza do que sobre o céu e o inferno combinados: aproximadamente uma em cada seis palavras registradas nos Evangelhos trata desses assuntos. Das trinta e nove parábolas narradas por Jesus, onze abordam diretamente questões econômicas — a administração de bens, a recompensa pelo trabalho, a relação entre riqueza e salvação. O dinheiro, longe de ser um tema secundário, ocupa o centro do ensino ético do Mestre.

A proclamação do Reino de Deus feita por Jesus carrega implicações econômicas profundas e revolucionárias. Quando o Senhor anuncia na sinagoga de Nazaré que foi ungido para "evangelizar os pobres" e "apregoar liberdade aos cativos" (Lucas 4:18), Ele ecoa deliberadamente a linguagem do ano do jubileu de Levítico 25, conectando a nova economia do Reino à antiga tradição da Torá. O Reino que Jesus inaugura não é meramente uma realidade espiritual desencarnada: ele afeta a relação do ser humano com seus bens materiais, reconfigura as prioridades e estabelece uma nova hierarquia de valores na qual o acúmulo de riquezas cede lugar à generosidade e ao cuidado com os pobres.

A igreja primitiva, por sua vez, não apenas ouviu esses ensinamentos — ela os praticou de forma radical. O livro de Atos dos Apóstolos registra que os primeiros crentes "tinham tudo em comum" (Atos 2:44), vendiam propriedades e distribuíam os recursos conforme a necessidade de cada um, de modo que "não havia entre eles necessitado algum" (Atos 4:34). Embora essa comunidade de bens não tenha sido uma imposição normativa para todas as igrejas em todos os tempos, ela demonstra o ethos econômico do Reino em sua expressão mais intensa. Este artigo propõe-se a examinar, exclusivamente com base nos escritos do Novo Testamento, os princípios que regem a economia do Reino de Deus: o ensino de Jesus sobre as riquezas, as parábolas econômicas, a prática comunitária da igreja nascente, a teologia paulina da generosidade, a ética do trabalho, o contentamento cristão e a denúncia profética contra a opressão econômica.

2 A ECONOMIA DO REINO NO NOVO TESTAMENTO

2.1 Jesus e as Riquezas no Sermão do Monte

O Sermão do Monte (Mateus 5–7) constitui a magna carta do Reino de Deus e contém alguns dos pronunciamentos mais radicais de Jesus acerca da relação do discípulo com os bens materiais. Em Mateus 6:19-21, o Senhor ordena: "Não ajunteis tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem tudo consomem, e onde os ladrões minam e roubam; mas ajuntai tesouros no céu, onde nem a traça nem a ferrugem consomem, e onde os ladrões não minam nem roubam". A justificativa apresentada por Jesus é de natureza profundamente existencial: "Porque onde estiver o vosso tesouro, aí estará também o vosso coração" (Mateus 6:21). A riqueza terrestre é descrita como intrinsecamente perecível e vulnerável — sujeita à deterioração natural e à ação humana — enquanto o tesouro celestial é incorruptível e seguro. Mas o ponto central não é meramente pragmático; é teológico e antropológico: os bens que uma pessoa acumula revelam e determinam a orientação fundamental do seu coração.

Jesus aprofunda ainda mais essa ruptura com a lógica econômica convencional ao declarar: "Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de odiar um e amar o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e a Mamom" (Mateus 6:24). O termo aramaico "Mamom" (transliterado para o grego como mamōnas) designa não apenas o dinheiro em si, mas a personificação da riqueza como um poder espiritual que disputa com Deus a lealdade do coração humano. Jesus não diz que é difícil ou inconveniente servir a Deus e ao dinheiro; Ele afirma que é impossível. Trata-se de uma incompatibilidade absoluta e excludente. A escolha entre Deus e Mamom não admite meio-termo, conciliação ou diplomacia: ou Deus ocupa o trono da vida, ou a riqueza assume esse lugar.

Na sequência imediata, o Mestre aborda o tema da ansiedade econômica (Mateus 6:25-34) com argumentos tirados da observação da natureza. "Não andeis cuidadosos quanto à vossa vida, pelo que haveis de comer ou pelo que haveis de beber; nem quanto ao vosso corpo, pelo que haveis de vestir" (Mateus 6:25). Jesus aponta para as aves do céu, que não semeiam nem colhem, e para os lírios do campo, que não trabalham nem fiam, e contudo são alimentados e vestidos por Deus. A ansiedade pelas necessidades materiais é apresentada como uma característica dos "gentios" — isto é, daqueles que não conhecem a Deus como Pai providente. Para os discípulos do Reino, a prioridade deve ser invertida: "Mas, buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas" (Mateus 6:33). A economia do Reino não se baseia na acumulação preventiva movida pelo medo da escassez, mas na confiança filial na provisão diária do Pai celestial.

2.2 As Parábolas Econômicas de Jesus

Jesus foi um mestre sem igual no uso de parábolas, e uma proporção notável dessas narrativas tem conteúdo explicitamente econômico. A parábola do rico insensato (Lucas 12:13-21) é provocada por um pedido aparentemente razoável: "Mestre, dize a meu irmão que reparta comigo a herança" (Lucas 12:13). Jesus se recusa a atuar como árbitro de disputas financeiras e, em vez disso, expõe a raiz do problema: "Acautelai-vos e guardai-vos da avareza; porque a vida de qualquer um não consiste na abundância do que possui" (Lucas 12:15). A parábola narra a história de um proprietário rural que, tendo obtido uma colheita extraordinariamente abundante, decide demolir seus celeiros para construir outros maiores, onde armazenar seus bens e, então, entregar-se ao descanso e ao prazer. O diagnóstico divino é fulminante: "Louco, esta noite te pedirão a tua alma; e o que tens preparado para quem será?" (Lucas 12:20). A sentença final — "Assim é aquele que para si ajunta tesouros, e não é rico para com Deus" (Lucas 12:21) — estabelece um contraste entre duas formas de riqueza: a que se acumula para si e a que se acumula "para com Deus", presumivelmente por meio da generosidade e da partilha.

A parábola do administrador infiel (Lucas 16:1-13) é reconhecidamente uma das mais desafiadoras de interpretar, pois Jesus parece elogiar a astúcia de um administrador acusado de desperdiçar os bens do seu senhor. Descoberto e prestes a ser demitido, o administrador convoca os devedores do seu patrão e reduz drasticamente suas dívidas, não por generosidade, mas para garantir abrigo e favores futuros. A conclusão de Jesus é surpreendente: "E eu vos digo: Granjeai amigos com as riquezas da injustiça; para que, quando estas vos faltarem, vos recebam eles nos tabernáculos eternos" (Lucas 16:9). O "dinheiro da injustiça" (mamōnas tēs adikias) refere-se aos bens materiais deste mundo, que estão contaminados por sistemas econômicos injustos. Jesus não santifica o dinheiro nem o demoniza; ele o reinterpreta como instrumento que, usado com sabedoria e generosidade, pode produzir frutos eternos.

A parábola do rico e Lázaro (Lucas 16:19-31) é a mais dramática representação neotestamentária da inversão escatológica de fortunas. O rico anônimo — tradicionalmente chamado de "Dives" pela tradição latina — veste-se de púrpura e linho finíssimo e banqueteia-se esplendidamente todos os dias, enquanto Lázaro, um mendigo coberto de chagas, jaz à sua porta, desejando alimentar-se das migalhas que caíam da mesa. Ambos morrem, e a situação se inverte radicalmente: Lázaro é levado ao "seio de Abraão", enquanto o rico se encontra em tormentos no Hades. A parábola não condena o rico por atos explícitos de opressão, mas por sua indiferença diante do sofrimento que estava literalmente à sua porta. O abismo intransponível que os separa na eternidade (Lucas 16:26) é a consequência do abismo que o rico já havia cavado em vida entre si mesmo e o pobre.

Na parábola dos talentos (Mateus 25:14-30), um senhor entrega a três servos quantias diferentes de dinheiro — cinco, dois e um talentos, respectivamente — antes de partir em viagem. Os dois primeiros servos negociam com os recursos recebidos e duplicam o capital, sendo elogiados como "bons e fiéis" e recompensados com maior responsabilidade. O terceiro servo, movido pelo medo, enterra o talento recebido e o devolve intacto, apresentando uma justificativa que revela sua visão distorcida do caráter do senhor. O senhor o condena como "mau e negligente" (Mateus 25:26) e ordena que o talento lhe seja tirado. A parábola ensina que os recursos confiados por Deus — sejam financeiros, intelectuais ou espirituais — são uma responsabilidade (stewardship) pela qual cada pessoa prestará contas. A questão não é a quantidade recebida, mas a fidelidade na administração.

A parábola dos trabalhadores da vinha (Mateus 20:1-16) desafia frontalmente a lógica econômica baseada no mérito proporcional. O proprietário contrata trabalhadores em diferentes horas do dia — desde a primeira hora da manhã até a undécima, quase ao final da jornada — e ao final do dia paga exatamente o mesmo valor a todos: um denário, que era o salário diário de um trabalhador. Os que trabalharam mais horas protestam, considerando a igualdade de pagamento uma injustiça. A resposta do proprietário é desconcertante: "Não me é lícito fazer o que quiser do que é meu? Ou é mau o teu olho porque eu sou bom?" (Mateus 20:15). A parábola revela que a economia do Reino não opera segundo a lógica do mérito estrito, mas segundo a lógica da graça generosa de Deus, que transcende os critérios humanos de merecimento.

2.3 O Encontro com o Jovem Rico

O episódio do jovem rico, registrado nos três Evangelhos sinóticos (Mateus 19:16-30; Marcos 10:17-31; Lucas 18:18-30), é um dos momentos mais reveladores do ensino de Jesus sobre a relação entre riqueza e discipulado. Um jovem abastado e aparentemente piedoso aproxima-se de Jesus com uma pergunta fundamental: "Mestre, que bem farei para conseguir a vida eterna?" (Mateus 19:16). Após mencionar a observância dos mandamentos, Jesus lança o desafio que penetra o coração do jovem: "Se

queres ser perfeito, vai, vende tudo o que tens, dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, e segue-me" (Mateus 19:21). O verbo "vai" e os imperativos subsequentes revelam que Jesus não está propondo um conselho opcional, mas uma exigência concreta que toca diretamente o ídolo que ocupava o lugar de Deus no coração do jovem.

A reação do jovem é narrada com economia de palavras, mas com densidade emocional: "E o jovem, ouvindo esta palavra, retirou-se triste, porque possuía muitas propriedades" (Mateus 19:22). Sua tristeza não é fruto de incompreensão, mas de uma dolorosa lucidez: ele entendeu perfeitamente o que Jesus estava pedindo e reconheceu que era incapaz de obedecer. O comentário de Jesus que se segue — "É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no reino de Deus" (Mateus 19:24) — provocou espanto entre os discípulos, que exclamaram: "Quem poderá pois salvar-se?" (Mateus 19:25). A resposta de Jesus é teologicamente decisiva: "Aos homens é isso impossível, mas a Deus tudo é possível" (Mateus 19:26). A salvação, inclusive a salvação dos ricos, é uma obra da graça soberana de Deus, e não da capacidade humana de desprendimento. Pedro, representando os discípulos, lembra a Jesus: "Eis que nós deixamos tudo, e te seguimos" (Mateus 19:27), ao que o Senhor responde com a promessa do cêntuplo e da vida eterna (Mateus 19:29). O episódio ensina que o discipulado pode exigir o sacrifício radical dos bens materiais, mas que esse sacrifício, longe de ser uma perda, é um investimento com retorno garantido no Reino vindouro.

2.4 A Comunidade de Bens na Igreja Primitiva

O livro de Atos dos Apóstolos descreve, em dois sumários notáveis, a prática econômica da comunidade cristã nascente em Jerusalém. O primeiro sumário (Atos 2:42-47) relata que os crentes "perseveravam na doutrina dos apóstolos, e na comunhão, e no partir do pão, e nas orações", acrescentando que "todos os que criam estavam juntos, e tinham tudo em comum. E vendiam suas propriedades e bens, e repartiam com todos, segundo cada um havia de mister" (Atos 2:44-45). O segundo sumário (Atos 4:32-37) aprofunda ainda mais essa descrição: "Da multidão dos que criam era um o coração e a alma, e ninguém dizia que coisa alguma do que possuía era sua própria, mas todas as coisas lhes eram comuns" (Atos 4:32). Esta não era uma imposição institucional ou um sistema econômico obrigatório; era a expressão espontânea de uma unidade espiritual profunda que se manifestava na esfera material.

O resultado dessa prática de partilha radical é apresentado como uma evidência concreta da presença do Reino: "Não havia, pois, entre eles necessitado algum" (Atos 4:34). Esta declaração ecoa deliberadamente a promessa de Deuteronômio 15:4, mas Lucas mostra que aquilo que a Israel do Antigo Testamento não conseguiu alcançar plenamente, a comunidade messiânica realizou — ainda que de forma localizada e temporária — pelo poder do Espírito Santo. José, um levita de Chipre a quem os apóstolos chamaram Barnabé ("filho da consolação"), é apresentado como exemplo paradigmático: "vendendo uma propriedade que tinha, trouxe o preço e o depositou aos pés dos apóstolos" (Atos 4:36-37). Sua generosidade contrasta dramaticamente com o episódio seguinte.

O caso de Ananias e Safira (Atos 5:1-11) funciona como contraponto solene à narrativa de generosidade. O casal vendeu uma propriedade e reteve parte do valor, mas apresentou o restante como se fosse a totalidade, mentindo ao Espírito Santo. O pecado não foi reter parte do dinheiro — Pedro deixa isso claro: "Conservando-o, não ficava para ti? E, vendido, não estava em teu poder?" (Atos 5:4). O pecado foi a hipocrisia, a tentativa de obter o prestígio da generosidade radical sem pagar o seu preço. Ambos caíram mortos diante da comunidade, e "houve grande temor em toda a

igreja" (Atos 5:11). O episódio demonstra que, na economia do Reino, a integridade é mais importante do que a quantia doada, e que Deus leva a sério a sinceridade do coração nas questões financeiras. A propriedade privada era reconhecida, mas o direito de propriedade era relativizado pela responsabilidade para com a comunidade: "não era seu", no sentido de que os bens deviam estar disponíveis para suprir as necessidades dos irmãos.

É importante ressaltar que essa comunidade de bens não foi um experimento econômico fracassado, como alguns interpretam, nem um modelo normativo imposto a todas as igrejas do Novo Testamento. As igrejas fundadas por Paulo não praticavam a comunidade de bens nos mesmos moldes, mas desenvolveram outros mecanismos de solidariedade econômica, como a coleta para os santos pobres. A comunidade de Jerusalém representa o ideal do Reino em sua expressão mais intensa e escatológica: uma sociedade alternativa onde o amor ao próximo se traduzia em disposição de abrir mão da propriedade privada em favor da necessidade do irmão.

2.5 Paulo e a Coleta para os Santos Pobres

Entre as expressões mais concretas da economia do Reino no ministério paulino está a grande coleta para os santos pobres de Jerusalém, um projeto que ocupou vários anos do apóstolo e é mencionado em Romanos 15:25-27, 1 Coríntios 16:1-4 e, de forma mais elaborada, em 2 Coríntios 8 e 9. Esta coleta tinha um triplo significado: econômico (suprir a necessidade material dos irmãos da Judeia que sofriam com a fome), eclesial (expressar a unidade entre cristãos judeus e gentios) e teológico (demonstrar que a fé em Cristo produz frutos concretos de generosidade). Paulo não apela para uma lei ou mandamento, mas apresenta a generosidade como fruto da graça e como resposta ao exemplo supremo de Cristo.

O apóstolo exorta os coríntios tomando como modelo os macedônios, que, mesmo em meio à "profunda pobreza", manifestaram "riquezas da sua generosidade" (2 Coríntios 8:2). O paradoxo é intencionalmente chocante: como pode a pobreza profunda produzir riquezas de generosidade? Paulo explica que eles "a si mesmos se deram primeiramente ao Senhor, e depois a nós, pela vontade de Deus" (2 Coríntios 8:5). A generosidade cristã não começa com cálculos financeiros, mas com a consagração pessoal a Deus. Uma vez que a pessoa se entregou ao Senhor, seus bens seguem naturalmente essa entrega.

O fundamento teológico supremo da generosidade cristã é apresentado em 2 Coríntios 8:9, um dos versículos mais densos da teologia paulina: "Porque já sabeis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, por amor de vós se fez pobre; para que pela sua pobreza enriquecêsseis". A encarnação é descrita como um movimento econômico de autoempobrecimento voluntário motivado pelo amor. O Filho de Deus, que possuía toda a riqueza da glória divina, despiu-se dessa riqueza e assumiu a pobreza da condição humana — e o fez precisamente para que os seres humanos, empobrecidos pelo pecado, fossem enriquecidos com as riquezas da salvação. A generosidade cristã é, portanto, uma imitação (imitatio Christi) desse movimento de esvaziamento em favor do outro.

2.6 A Ética do Trabalho no Novo Testamento

O Novo Testamento confere ao trabalho uma dignidade que era estranha à cultura greco-romana, onde o trabalho manual era frequentemente desprezado como atividade própria de escravos. O próprio apóstolo Paulo trabalhava como fabricante de tendas (Atos 18:3) e orgulhava-se de não ter sido "pesado" financeiramente a nenhuma igreja, sustentando-se com o trabalho de suas próprias mãos

(Atos 20:34). Ele exorta os tessalonicenses de forma particularmente incisiva: "Porque, quando ainda estávamos convosco, vos mandamos isto, que se alguém não quiser trabalhar, não coma também" (2 Tessalonicenses 3:10). Esta ordenança apostólica não condena os que não podem trabalhar — os genuinamente necessitados são objeto de cuidado — mas os que, podendo, recusam-se a fazê-lo, preferindo viver de forma desordenada.

A ética paulina do trabalho tem uma finalidade que transcende a mera subsistência individual. Em Efésios 4:28, o apóstolo escreve: "Aquele que furtava, não fure mais; antes trabalhe, fazendo com as mãos o que é bom, para que tenha o que repartir com o que tiver necessidade". O trabalho não é apenas um meio de autossustento, mas um instrumento de generosidade: trabalha-se não somente para ter, mas para ter o que dar. Esta é uma inversão radical da lógica aquisitiva: o fruto do trabalho não se destina primariamente ao acúmulo, mas à partilha. A mesma ideia aparece em Colossenses 3:23-24, onde Paulo exorta: "E tudo quanto fizerdes, fazei-o de coração, como ao Senhor, e não aos homens, sabendo que recebereis do Senhor o galardão da herança, porque a Cristo, o Senhor, servis". O trabalho mais humilde, quando feito para o Senhor, adquire dignidade transcendente e recompensa eterna.

O apóstolo também adverte contra uma expectativa equivocada de que a volta iminente de Cristo isentaria os cristãos das responsabilidades terrenas. Alguns tessalonicenses, aparentemente entusiasmados com a esperança escatológica, haviam abandonado o trabalho e viviam de forma ociosa, "não trabalhando, mas ocupando-se em negócios alheios" (2 Tessalonicenses 3:11). Paulo os admoesta a "comerem o seu próprio pão, trabalhando com sossego" (2 Tessalonicenses 3:12). A expectativa do Reino futuro não deve gerar alienação das responsabilidades presentes; pelo contrário, deve produzir uma diligência ainda maior, pois o trabalho cristão é parte do testemunho do evangelho diante do mundo.

2.7 Contentamento e o Perigo do Amor ao Dinheiro

Poucos textos do Novo Testamento são tão contundentes em sua análise do perigo espiritual da riqueza quanto 1 Timóteo 6:6-10. O apóstolo Paulo começa estabelecendo a premissa fundamental: "É grande ganho a piedade com contentamento" (1 Timóteo 6:6). A palavra grega traduzida como "contentamento" é autarkeia, termo caro à filosofia estoica, mas que Paulo preenche com conteúdo teológico: a autossuficiência cristã não deriva de recursos interiores, mas da confiança na provisão divina. O argumento se apoia em uma verdade incontestável da existência humana: "Nada trouxemos para este mundo, e manifesto é que nada podemos levar dele" (1 Timóteo 6:7). A nudez com que se entra e se sai da vida relativiza toda a corrida pela acumulação.

A partir dessa premissa, Paulo define o padrão mínimo do contentamento: "Tendo, porém, sustento, e com que nos cobrirmos, estejamos com isso contentes" (1 Timóteo 6:8). Não se trata de uma apologia da miséria ou de uma negação do valor dos bens materiais, mas do estabelecimento de um limite: alimento e vestuário. Tudo o que excede essas necessidades básicas não é condenado em si mesmo, mas torna-se perigoso quando se transforma em objeto de desejo desordenado. O texto prossegue com uma advertência solene: "Mas os que querem ser ricos caem em tentação, e em laço, e em muitas concupiscências loucas e nocivas, que submergem os homens na perdição e ruína" (1 Timóteo 6:9). O problema não é a posse da riqueza em si, mas o desejo de enriquecer — a ambição que transforma o dinheiro em ídolo.

O clímax retórico e teológico da passagem encontra-se no versículo 10: "Porque o amor ao dinheiro é a raiz de toda a espécie de males; e nessa cobiça alguns se desviaram da fé, e se traspassaram a si mesmos com muitas dores" (1 Timóteo 6:10). Notoriamente, o texto não diz que "o dinheiro" é a raiz dos males, mas "o amor ao dinheiro" (philargyria). O dinheiro em si é neutro — pode ser instrumento de bem ou de mal — mas o amor desordenado a ele é uma força espiritual destrutiva que pode afastar o crente da fé. Na mesma carta, Paulo dirige-se diretamente "aos ricos deste mundo" (1 Timóteo 6:17-19) com quatro exortações: que não sejam altivos, que não ponham a esperança na incerteza das riquezas, mas em Deus; "que façam bem, enriqueçam em boas obras, repartam de boa mente, e sejam comunicáveis" (1 Timóteo 6:18). A verdadeira riqueza, na perspectiva paulina, não é a que se acumula, mas a que se distribui.

2.8 Tiago: Denúncia Profética contra os Ricos Opressores

A Epístola de Tiago contém algumas das mais severas denúncias contra a riqueza injusta encontradas no Novo Testamento, ecoando o tom dos profetas do Antigo Testamento como Amós e Isaías. Logo no capítulo 2, Tiago reprova a prática de favorecer os ricos nas assembleias cristãs enquanto se despreza os pobres. "Meus irmãos, não tenhais a fé de nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor da glória, em acepção de pessoas" (Tiago 2:1). O exemplo é concreto: se entra na reunião um homem com anéis de ouro e roupas esplêndidas, e também um pobre com roupas humildes, e se dá atenção especial ao rico enquanto se manda o pobre ficar em pé ou sentar-se em lugar inferior, comete-se um pecado de discriminação que contradiz a fé cristã.

O fundamento teológico dessa censura é apresentado com clareza: "Ouvi, meus amados irmãos: Porventura não escolheu Deus os pobres deste mundo para serem ricos na fé, e herdeiros do reino que prometeu aos que o amam?" (Tiago 2:5). A eleição divina dos pobres não significa que a pobreza material seja uma virtude automática, mas que Deus, em Sua soberania, tem demonstrado preferência pelos economicamente marginalizados. Tiago continua: "Mas vós desonrastes o pobre. Porventura não vos oprimem os ricos, e não vos arrastam aos tribunais?" (Tiago 2:6). O argumento é pragmático e irônico: a comunidade cristã está prestando honras especiais precisamente à classe social que a oprime.

O capítulo 5 da epístola eleva o tom para uma denúncia de intensidade profética sem paralelo no restante do Novo Testamento: "Eia, pois, agora vós, ricos, chorai e pranteai, por vossas misérias, que sobre vós hão de vir. As vossas riquezas estão apodrecidas, e as vossas vestes estão comidas de traça. O vosso ouro e a vossa prata se enferrujaram; e a sua ferrugem dará testemunho contra vós, e comerá como fogo a vossa carne. Entesourastes para os últimos dias" (Tiago 5:1-3). A acusação central atinge a retenção de salários devidos: "Eis que o salário dos trabalhadores que ceifaram as vossas terras, e que por vós foi retido com fraude, clama; e os clamores dos que ceifaram entraram nos ouvidos do Senhor dos Exércitos" (Tiago 5:4). A injustiça econômica não é apenas um problema social; é um pecado que clama aos céus e atrai o juízo de Deus, o "Senhor dos Exércitos" — título que evoca o poder soberano e guerreiro de Deus em defesa dos oprimidos.

2.9 Generosidade como Marca do Cristão

A generosidade não é apresentada no Novo Testamento como uma virtude opcional ou um "carisma" de personalidades especialmente benevolentes, mas como uma marca distintiva de todo aquele que foi transformado pela graça de Deus. Paulo estabelece o modelo macedônio como paradigma: "E não fizeram como nós esperávamos, mas a si mesmos se deram primeiro ao Senhor, e depois a nós, gratias veritatis online

pela vontade de Deus" (2 Coríntios 8:5). A sequência é teologicamente significativa: a entrega a Deus precede e fundamenta a entrega dos bens. Quando uma pessoa se consagra ao Senhor, seu dinheiro deixa de ser posse exclusiva e torna-se recurso para o Reino.

O apóstolo também estabelece o princípio da proporcionalidade e da voluntariedade: "Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza, ou por necessidade; porque Deus ama ao que dá com alegria" (2 Coríntios 9:7). A oferta cristã não deve ser motivada por pressão externa ou constrangimento, mas por uma decisão alegre do coração. Notavelmente, o Novo Testamento não estabelece um percentual fixo como o dízimo do Antigo Testamento — embora também não o proíba —, mas apela para um princípio mais elevado: a generosidade proporcional e sacrificial. "Aquele que semeia pouco, pouco também ceifará; e o que semeia em abundância, em abundância também ceifará" (2 Coríntios 9:6). A metáfora agrícola da sementeira indica que a generosidade não é perda, mas investimento cujo retorno é garantido por Deus.

A generosidade se manifesta também na mutualidade cotidiana entre os crentes. Paulo exorta os romanos: "Comunicai com os santos nas suas necessidades, segui a hospitalidade" (Romanos 12:13). Em Gálatas 2:10, os apóstolos em Jerusalém fazem um único pedido a Paulo e Barnabé: "que nos lembrassemos dos pobres" — "o que também procurei fazer com diligência", acrescenta Paulo. A memória dos pobres não é um apêndice do evangelho, mas parte integrante dele. O apóstolo João expressa esse princípio de forma particularmente incisiva: "Quem, pois, tiver bens do mundo, e, vendo o seu irmão necessitado, lhe cerrar as suas entranhas, como estará nele o amor de Deus?" (1 João 3:17). A ausência de generosidade prática é incompatível com a presença do amor divino no coração.

2.10 O Reino de Deus como Nova Economia

O conceito bíblico de Reino de Deus (*basileia tou Theou*) constitui o centro unificador de todo o ensino neotestamentário e carrega implicações econômicas que não podem ser ignoradas. Quando Jesus inaugura Seu ministério público na sinagoga de Nazaré, Ele escolhe ler exatamente o texto de Isaías 61:1-2: "O Espírito do Senhor é sobre mim, pois que me ungiu para evangelizar os pobres. Enviou-me a curar os quebrantados de coração, a apregoar liberdade aos cativos, e dar vista aos cegos, a pôr em liberdade os oprimidos, a anunciar o ano aceitável do Senhor" (Lucas 4:18-19). A expressão "ano aceitável do Senhor" remete diretamente ao ano do jubileu de Levítico 25, quando as dívidas eram perdoadas, os escravos libertados e as terras retornavam aos seus proprietários originais. Jesus declara: "Hoje se cumpriu esta Escritura em vossos ouvidos" (Lucas 4:21). O jubileu profético encontra seu cumprimento escatológico na pessoa e na obra de Cristo.

As Bem-aventuranças (Mateus 5:3-12) também revelam a lógica invertida do Reino em relação aos valores econômicos mundanos. "Bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus" (Mateus 5:3). Embora "pobres de espírito" não seja um conceito meramente socioeconômico, mas uma atitude de humildade e dependência de Deus, a formulação não pode ser completamente dissociada da condição dos pobres materiais, a quem o Reino é anunciado como boa notícia. "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos" (Mateus 5:6) — a justiça (*dikaioσύνη*) no Antigo Testamento é frequentemente associada à restauração de relações econômicas equitativas. "Bem-aventurados os mansos, porque eles herdarão a terra" (Mateus 5:5) — a promessa da terra, que no Antigo Testamento era o bem econômico fundamental, é apropriada para os seguidores de Cristo em chave escatológica.

A oração do Pai Nosso contém uma petição econômica que é frequentemente subestimada: "O pão nosso de cada dia nos dá hoje" (Mateus 6:11). A palavra grega *epiousios* — traduzida como "de cada dia" ou "supersubstancial" — é um termo raro e intrigante, mas o sentido é claro: o discípulo do Reino depende diariamente de Deus para a provisão das necessidades materiais mais básicas. A oração não pede riqueza, abundância ou segurança financeira para o futuro; pede pão, e apenas o pão de hoje. Esta petição desmascara tanto a ansiedade do pobre quanto a autossuficiência do rico, colocando ambos na mesma posição de dependentes da provisão divina.

Por fim, a visão escatológica do Apocalipse apresenta a economia do Reino em sua consumação definitiva. Na Nova Jerusalém, o acesso é gratuito: "E o Espírito e a esposa dizem: Vem. E quem ouve, diga: Vem. E quem tem sede, venha; e quem quiser, tome de graça da água da vida" (Apocalipse 22:17). A árvore da vida produz frutos para a cura das nações (Apocalipse 22:2), e "ali nunca mais haverá maldição" (Apocalipse 22:3). A economia do Reino consumado é a economia da graça em sua plenitude: tudo é dom, nada é comprado, ninguém é excluído por falta de recursos. Esta visão final ilumina retrospectivamente toda a ética econômica do Novo Testamento: a igreja é chamada a ser, já no presente, uma antecipação provisória dessa economia de gratuidade, generosidade e cuidado mútuo.

3 CONCLUSÃO

Ao percorrer o ensino do Novo Testamento sobre economia, emerge um quadro coerente e desafiador. O Novo Testamento não revoga os princípios econômicos do Antigo Testamento — a proibição da usura, a proteção dos vulneráveis, o descanso da terra, o cuidado com os pobres —, mas os aprofunda e os radicaliza à luz da pessoa e da obra de Cristo. A diferença fundamental reside no fato de que, enquanto a Torá estabelecia uma legislação econômica para uma nação teocrática, o Novo Testamento dirige-se a uma comunidade escatológica transnacional — a igreja — que vive sob o senhorio de Cristo e na expectativa da consumação do Reino.

Jesus desloca o foco das estruturas externas para o coração humano, mas Seu ensino não é menos radical em suas implicações econômicas. Pelo contrário: ao exigir que Seus discípulos não apenas cumpram a letra da lei, mas transformem suas disposições interiores em relação ao dinheiro, Ele estabelece um padrão que supera a justiça dos escribas e fariseus (Mateus 5:20). Os discípulos não devem apenas evitar a usura; devem emprestar sem esperar retorno (Lucas 6:35). Não devem apenas dar o dízimo; devem estar dispostos a vender tudo e dar aos pobres (Lucas 12:33). Não devem apenas pagar salários justos; devem reconhecer que o próprio Deus é o defensor dos trabalhadores explorados (Tiago 5:4).

A igreja primitiva, em sua expressão mais radical — a comunidade de bens de Jerusalém —, e em sua prática mais duradoura — a coleta para os pobres e a mutualidade entre as igrejas —, demonstrou que o evangelho tem consequências econômicas inevitáveis. A fé que não se traduz em generosidade concreta é uma fé morta (Tiago 2:15-17). A espiritualidade que ignora as necessidades materiais do irmão é uma espiritualidade falsa (1 João 3:17). O discipulado que não afeta a relação do crente com seus bens é um discipulado incompleto (Lucas 14:33).

Em síntese, o Novo Testamento propõe uma economia do Reino que se estrutura em torno de alguns princípios fundamentais: a generosidade como resposta à graça recebida (2 Coríntios 8:9); o contentamento como antídoto contra a ganância (1 Timóteo 6:6-8); a mordomia responsável como expressão de fidelidade a Deus (Mateus 25:21); e a solidariedade com os pobres como evidência de

amor genuíno (1 João 3:17); e o trabalho diligente como testemunho diante do mundo (2 Tessalonicenses 3:12). Estes princípios não constituem um programa político ou um sistema econômico alternativo completo, mas formam o ethos que deve caracterizar o povo do Reino enquanto aguarda a manifestação plena da nova criação, onde "Deus limpará de seus olhos toda a lágrima; e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor" (Apocalipse 21:4). Até que esse dia chegue, a igreja é chamada a viver como colônia do céu na terra, antecipando em suas relações econômicas a justiça, a generosidade e a graça que um dia serão universais.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Marcos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 2 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Filipenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Colossenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 2 Tessalonicenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Tiago. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 1 João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Apocalipse. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

A Economia do Reino: Continuidade e Ruptura entre os Testamentos

Graça & Verdade · 25 de junho de 2026 · 25 min de leitura

Este artigo realiza uma análise comparativa entre os princípios econômicos do Antigo e do Novo Testamento, identificando continuidades, transformações e rupturas no desenvolvimento da economia do Reino de Deus ao longo da história bíblica.

A Bíblia não é um manual de economia, mas seria impossível negar que as Escrituras contêm, do Gênesis ao Apocalipse, uma visão econômica profundamente articulada. Dois artigos anteriores exploraram, separadamente, os princípios econômicos do Antigo Testamento e do Novo Testamento, revelando em cada um deles um conjunto coerente de valores, leis e práticas que regulam a relação do povo de Deus com os bens materiais. O Antigo Testamento estabelece um sistema econômico sofisticado, ancorado na aliança e na propriedade divina da terra, com instituições como o ano sabático, o jubileu, a remissão de dívidas e a proteção legal dos vulneráveis. O Novo Testamento, por sua vez, não revoga esses princípios, mas os reinterpreta e os radicaliza à luz da pessoa e da obra de Jesus Cristo, deslocando o foco da legislação nacional para a transformação do coração e para a vida da comunidade escatológica — a igreja.

O presente artigo tem um triplo objetivo. Em primeiro lugar, busca identificar as linhas de continuidade entre a economia do Antigo e do Novo Testamento, demonstrando que há uma unidade teológica fundamental subjacente a ambos os conjuntos de textos. Em segundo lugar, pretende analisar as transformações e rupturas que ocorrem na transição do Antigo para o Novo Testamento, especialmente no que diz respeito à natureza da comunidade que pratica esses princípios e ao fundamento teológico que os sustenta. Em terceiro lugar, propõe-se a refletir sobre como esses princípios podem e devem ser aplicados pela igreja e pela sociedade nos dias atuais, em um contexto marcado por desigualdades extremas, crises de endividamento, precarização do trabalho e degradação ambiental.

A tese central que orienta esta reflexão é a de que a economia do Reino, tal como revelada nas Escrituras, constitui uma "terceira via" que escapa tanto ao capitalismo desregulado quanto ao coletivismo estatizante: um modelo fundado na soberania divina sobre todos os bens, na dignidade do trabalho humano, na proteção dos vulneráveis como imperativo moral — e não como filantropia opcional — e na existência de mecanismos institucionais de correção periódica das desigualdades. O artigo está estruturado em três grandes seções: a primeira examina as continuidades entre os Testamentos, a segunda analisa as rupturas e transformações, e a terceira discute as aplicações contemporâneas desses princípios.

2 CONTINUIDADES: O QUE PERMANECE

2.1 Deus como Proprietário Absoluto de Todas as Coisas

O fundamento mais profundo e inegociável da economia bíblica — tanto no Antigo quanto no Novo Testamento — é a afirmação da soberania divina sobre toda a criação. Em Levítico 25:23, Deus declara categoricamente: "A terra não se venderá em perpetuidade, porque a terra é minha; pois vós sois estrangeiros e peregrinos comigo". Esta declaração desapropria todo proprietário humano e estabelece que a posse da terra — e, por extensão, de todos os bens — é relativa, condicional e subordinada ao senhorio absoluto de Deus. O Salmo 24:1 ecoa esse princípio: "Do Senhor é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam". No Novo Testamento, esse princípio não é abolido, mas reafirmado e ampliado. Jesus ensina Seus discípulos a reconhecerem que o próprio "pão nosso de cada dia" (Mateus 6:11) é um dom que deve ser pedido diariamente ao Pai. Tiago adverte que toda presunção humana de controle sobre o futuro econômico é vaidade: "Vós não sabeis o que acontecerá amanhã" (Tiago 4:14). A continuidade é inequívoca: em ambos os Testamentos, o ser humano nunca é proprietário absoluto, mas sempre mordomo (steward) dos bens que pertencem a Deus.

2.2 A Proteção dos Pobres e Vulneráveis como Imperativo Moral

Outra linha de continuidade fundamental entre os Testamentos é a centralidade do cuidado com os economicamente vulneráveis. No Antigo Testamento, a tríade "estrangeiro, órfão e viúva" aparece repetidamente como destinatária privilegiada da proteção legal divina. Êxodo 22:21-22 ordena: "O estrangeiro não afligirás, nem o oprimirás [...]. A nenhuma viúva nem órfão afligireis". As leis da respiga (Levítico 19:9-10; Deuteronômio 24:19-22) garantiam que os pobres tivessem acesso a alimento sem depender de esmolas humilhantes, mas por meio de um sistema de dignidade que lhes permitia trabalhar colhendo as sobras da lavoura. O Novo Testamento não apenas preserva, mas intensifica essa ênfase. Tiago define a "religião pura e imaculada" como "visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações" (Tiago 1:27). Jesus identifica-Se de tal forma com os pobres que declara que o serviço prestado a "um destes meus pequeninos irmãos" é serviço prestado a Ele mesmo (Mateus 25:40). Paulo, ao relatar o acordo com os apóstolos de Jerusalém, afirma que o único pedido que lhe fizeram foi "que nos lembrássemos dos pobres" (Gálatas 2:10) — e que isso ele procurou fazer "com diligência". A proteção dos vulneráveis não é um apêndice da ética bíblica, mas seu núcleo irreduzível, que atravessa ambos os Testamentos sem variação.

2.3 A Generosidade como Resposta à Graça

Tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, a generosidade não é fundamentada em um cálculo utilitário — "dê para receber" —, mas como resposta à graça já recebida de Deus. O fundamento mais repetido para a ética social do Antigo Testamento é a memória da libertação do Egito: "Lembrar-te-ás de que foste servo na terra do Egito, e de que o Senhor teu Deus te resgatou; portanto hoje te ordeno isso" (Deuteronômio 15:15). A experiência da graça libertadora gera a obrigação de praticar a generosidade para com os outros. No Novo Testamento, Paulo eleva essa lógica ao seu ápice cristológico: "Porque já sabeis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, por amor de vós se fez pobre; para que pela sua pobreza enriquecêsseis" (2 Coríntios 8:9). O argumento é

estruturalmente idêntico ao do Deuteronomio: a graça recebida (libertação do Egito / encarnação de Cristo) constitui o fundamento e a motivação para a prática da generosidade. Em ambos os casos, a dádiva precede a obrigação; a graça antecede a ética.

2.4 A Dignidade do Trabalho e o Direito ao Fruto do Trabalho

O trabalho humano é apresentado em toda a Escritura como uma atividade dotada de dignidade intrínseca, que remonta ao próprio ato criador de Deus e ao mandato cultural do Gênesis. O Antigo Testamento protege o trabalhador de forma concreta e detalhada: "Não oprimirás o diarista pobre e necessitado [...]. No seu dia lhe pagarás a sua diária, e o sol não se porá sobre isso; porquanto pobre é, e sua vida depende disso" (Deuteronomio 24:14-15). O salário não é um favor, mas um direito que deve ser satisfeito com urgência, porque dele depende a sobrevivência imediata do trabalhador. O princípio é estendido até aos animais: "Não atarás a boca ao boi, quando trilhar" (Deuteronomio 25:4), que Paulo reinterpreta como princípio aplicável ao trabalhador humano (1 Coríntios 9:9-10). No Novo Testamento, Paulo reforça a dignidade do trabalho com a exortação: "Se alguém não quiser trabalhar, não coma também" (2 Tessalonicenses 3:10) e, em Efésios 4:28, estabelece a finalidade última do trabalho cristão: "para que tenha o que repartir com o que tiver necessidade". A continuidade entre os Testamentos é clara: o trabalho é digno, o salário é um direito, e o fruto do trabalho deve beneficiar não apenas o trabalhador, mas também a comunidade.

2.5 A Denúncia Profética da Opressão Econômica

A voz profética de denúncia contra a injustiça econômica ressoa com igual intensidade em ambos os Testamentos. No Antigo Testamento, Amós condena os que "suspirais pelo sábado, para abrirmos o trigo, diminuindo a medida, e aumentando o preço, e falsificando as balanças enganosas" (Amós 8:5). Miquéias denuncia os que "cobiçam campos, e os arrebata; e casas, e as tomam" (Miquéias 2:2). Isaías proclama "ai" sobre os que "ajuntam casa a casa, e acrescentam campo a campo, até que não haja mais lugar" (Isaías 5:8). No Novo Testamento, Tiago assume esse mesmo tom profético ao declarar: "As vossas riquezas estão apodrecidas [...]. Eis que o salário dos trabalhadores [...] clama; e os clamores [...] entraram nos ouvidos do Senhor dos Exércitos" (Tiago 5:2-4). A linguagem é a mesma, a indignação é a mesma, e o Deus que ouve o clamor dos oprimidos é o mesmo. Ambos os Testamentos testemunham que a injustiça econômica não é um problema meramente social, mas um pecado que atrai o juízo divino.

3 RUPTURAS E TRANSFORMAÇÕES: O QUE MUDA

3.1 De Nação Teocrática a Comunidade Escatológica Transnacional

A transformação mais fundamental entre os Testamentos diz respeito à natureza da comunidade que pratica os princípios econômicos do Reino. No Antigo Testamento, a legislação econômica foi dada a Israel como nação teocrática, com fronteiras geográficas definidas, um governo central e a posse de um território específico — a terra de Canaã. As leis do ano sabático, do jubileu e da remissão de dívidas pressupunham um Estado que pudesse implementá-las coercitivamente. O Novo Testamento, porém, dirige-se a uma comunidade de natureza radicalmente distinta: a igreja, corpo transnacional de crentes que não possui território próprio, não exerce poder político coercitivo e vive dispersa entre as nações como "estrangeiros e peregrinos" (1 Pedro 2:11). Esta mudança é crucial para compreender por

que a igreja não pode simplesmente "aplicar" as leis econômicas do Antigo Testamento como legislação civil: o contexto mudou de uma teocracia nacional para uma comunidade escatológica voluntária.

Contudo, seria um equívoco concluir que os princípios econômicos do Antigo Testamento se tornaram obsoletos. O que muda não é a validade dos princípios, mas o modo de sua implementação. Onde o Antigo Testamento operava por meio da coerção legal do Estado, o Novo Testamento opera por meio da transformação do coração pelo Espírito Santo e da pressão moral da comunidade. A comunidade de bens de Jerusalém (Atos 2:44-45; 4:32-35) demonstra que os ideais do jubileu podem ser realizados — ainda que de forma localizada, temporária e voluntária — quando o Espírito de Deus move os corações. Paulo, ao organizar a coleta para os pobres de Jerusalém, não emite um decreto com força de lei, mas apela à consciência dos coríntios, apresentando-lhes o exemplo dos macedônios e, sobretudo, o exemplo de Cristo (2 Coríntios 8:1-9). A motivação passa da lei externa para a graça interior, mas o objetivo permanece o mesmo: que "não haja entre vós necessitado algum".

3.2 Da Terra Física à Herança Escatológica

No Antigo Testamento, a terra — a terra física de Canaã, repartida entre as tribos e famílias de Israel — era o bem econômico fundamental, a base da subsistência e da identidade de cada israelita. Por isso, a legislação do jubileu visava precisamente garantir que nenhuma família perdesse permanentemente sua herança territorial (Levítico 25:13, 23-28). O resgate da terra pelo parente próximo (go'el) era um mecanismo jurídico-econômico destinado a manter a integridade das propriedades familiares. No Novo Testamento, ocorre uma notável transposição escatológica desse conceito. Jesus promete que "os mansos [...] herdarão a terra" (Mateus 5:5), mas o objeto da herança é reinterpretado: não se trata mais de um lote em Canaã, mas da participação no Reino de Deus em sua plenitude escatológica. Abraão, o paradigma da fé, "esperava a cidade que tem fundamentos, da qual o artífice e construtor é Deus" (Hebreus 11:10). Os patriarcas confessavam que eram "estrangeiros e peregrinos na terra" e "desejavam uma pátria melhor, isto é, a celestial" (Hebreus 11:13-16).

Essa transposição não significa, porém, que o Novo Testamento seja indiferente às necessidades materiais. Pelo contrário: a esperança escatológica intensifica o compromisso com a justiça presente. A promessa da terra futura não aliena o crente das responsabilidades terrenas, mas o liberta da ansiedade com que os "gentios" buscam segurança nos bens materiais (Mateus 6:31-33). O cristão pode praticar a generosidade radical precisamente porque sabe que sua herança verdadeira não está neste mundo, mas no mundo vindouro. Como afirma o autor de Hebreus, os crentes "tiveram alegria pelo saque dos seus bens, sabendo que tinham nos céus uma possessão melhor e permanente" (Hebreus 10:34). A desmaterialização relativa da herança no Novo Testamento não diminui, mas potencializa o desprendimento e a generosidade.

3.3 Do Dízimo Obrigatório à Generosidade Proporcional

O Antigo Testamento estabelecia um sistema detalhado e complexo de dízimos e ofertas que sustentava o culto, os levitas e os pobres. Havia o dízimo levítico (Números 18:21-24), o dízimo festivo (Deuteronômio 14:22-27) e o dízimo trienal para os pobres (Deuteronômio 14:28-29; 26:12). Somados, esses dízimos representavam uma proporção significativa da produção anual, e seu cumprimento era uma obrigação legal sancionada pela aliança. O Novo Testamento não proíbe o dízimo — Jesus chega a dizer que os fariseus deveriam praticar a justiça e o amor "sem omitir" o

dízimo (Mateus 23:23; Lucas 11:42) —, mas também não o estabelece como mandamento para a igreja. Em vez de fixar um percentual, os apóstolos apelam para um princípio mais elevado: a generosidade proporcional, voluntária e alegre.

Esse princípio está articulado de forma mais completa em 2 Coríntios 8 e 9: "Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza, ou por necessidade; porque Deus ama ao que dá com alegria" (2 Coríntios 9:7); "Se há prontidão de vontade, será aceita segundo o que alguém tem, e não segundo o que não tem" (2 Coríntios 8:12). Paulo também introduz o conceito de igualdade como critério: "Não para que os outros tenham alívio, e vós opressão, mas para igualdade" (2 Coríntios 8:13). Em 1 Coríntios 16:2, ele recomenda uma prática sistemática: "No primeiro dia da semana cada um de vós ponha de parte o que puder ajuntar, conforme a sua prosperidade". A mudança do Antigo para o Novo Testamento não é, portanto, uma redução do compromisso financeiro com o Reino, mas sua intensificação por meio da interiorização: não mais um percentual fixo imposto pela lei, mas uma resposta generosa proporcionada pela graça, que pode — e frequentemente deve — exceder o dízimo (cf. o jovem rico, chamado a dar tudo).

3.4 Da Legislação do Sábado e Jubileu ao Reino Presente

O ano sabático e o ano do jubileu constituíam o coração pulsante da economia do Antigo Testamento. A cada sete anos, a terra descansava (Levítico 25:1-7), as dívidas eram perdoadas (Deuteronômio 15:1-2) e os escravos hebreus eram libertados (Deuteronômio 15:12). A cada cinquenta anos, o jubileu proclamava "liberdade na terra a todos os seus moradores" (Levítico 25:10), as terras retornavam às famílias originais e a estrutura de propriedade era reequilibrada. Não há evidências de que essas instituições tenham sido plenamente praticadas em Israel, e o exílio babilônico é interpretado pelos cronistas como um jubileu forçado pela desobediência nacional: a terra finalmente desfrutou seus sábados (2 Crônicas 36:21).

No Novo Testamento, as instituições do sábado e do jubileu não são abolidas, mas cumpridas e transformadas em Cristo. Quando Jesus lê Isaías 61 na sinagoga de Nazaré e declara: "Hoje se cumpriu esta Escritura em vossos ouvidos" (Lucas 4:21), Ele está se apresentando como o cumprimento escatológico do jubileu. O "ano aceitável do Senhor" profetizado por Isaías e ansiado pelos exilados encontra seu cumprimento na pessoa e na obra de Cristo. A remissão de dívidas do Deuteronômio é assumida pelo Pai Nosso: "Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos aos nossos devedores" (Mateus 6:12), onde a palavra grega *opheilēmata* significa tanto "dívidas" financeiras quanto "ofensas" morais. O próprio sábado semanal é reinterpretado: "O sábado foi feito por causa do homem, e não o homem por causa do sábado" (Marcos 2:27). As estruturas legais do Antigo Testamento encontram seu significado pleno em Cristo, que as leva do terreno do preceito externo para o terreno do princípio interior e da realidade escatológica.

3.5 Da Retribuição Terrena à Recompensa Escatológica

Uma diferença significativa entre os Testamentos diz respeito ao horizonte da retribuição divina. No Antigo Testamento, particularmente em Deuteronômio 28, a obediência aos mandamentos — incluindo os econômicos — é associada a bênçãos materiais concretas e imediatas: "O Senhor te abrirá o seu bom tesouro, o céu, para dar chuva à tua terra no seu tempo, e para abençoar toda a obra das tuas mãos; e emprestarás a muitas nações, porém tu não tomarás emprestado" (Deuteronômio 28:12). A

desobediência, inversamente, resulta em maldições econômicas: seca, pragas, derrotas militares, endividamento e fome (Deuteronômio 28:15-68). Há, portanto, uma forte correlação — embora não mecânica ou absoluta — entre fidelidade à aliança e prosperidade material no Antigo Testamento.

No Novo Testamento, essa correlação é significativamente matizada e, em alguns aspectos, invertida. Jesus declara bem-aventurados os pobres (Lucas 6:20), não os ricos. Tiago afirma que Deus "escolheu os pobres deste mundo para serem ricos na fé" (Tiago 2:5). O próprio Paulo descreve seu ministério como marcado por "fome e sede", "frio e nudez" (2 Coríntios 11:27), dificuldades que não diminuam sua fidelidade. A recompensa prometida no Novo Testamento não é primariamente material ou terrena, mas escatológica: "a incorruptível coroa da glória" (1 Pedro 5:4), "a herança incorruptível, incontaminável, e que se não pode murchar, guardada nos céus" (1 Pedro 1:4). Isto não significa que o Novo Testamento seja indiferente às condições materiais — como demonstram as coletas e a preocupação com os pobres —, mas que o horizonte último da recompensa é deslocado do presente para o futuro escatológico. A teologia da prosperidade que promete riquezas terrenas como sinal de bênção divina encontra, portanto, pouco ou nenhum apoio no Novo Testamento.

4 A ECONOMIA DO REINO NOS DIAS ATUAIS

Após examinar as continuidades e as transformações entre os Testamentos, cabe perguntar: como esses princípios podem e devem ser aplicados pela igreja e pela sociedade no século XXI? Vivemos em um mundo onde a desigualdade econômica atingiu níveis historicamente inéditos. Segundo dados da Oxfam, o 1% mais rico da população mundial detém mais riqueza do que os 99% restantes. O endividamento das famílias, a precarização do trabalho, a concentração fundiária e a degradação ambiental são realidades que clamam por uma resposta à luz dos valores do Reino. A economia bíblica oferece princípios que, embora não constituam um programa político ou um sistema econômico completo, fornecem orientações éticas fundamentais para enfrentar esses desafios.

4.1 Mecanismos de Correção da Desigualdade

O jubileu e o ano sabático do Antigo Testamento representam um princípio de enorme relevância contemporânea: a necessidade de mecanismos institucionais de correção periódica das desigualdades. Nenhuma economia humana, por mais bem-intencionada que seja, é imune à tendência de concentração de riqueza ao longo do tempo. Sem intervenções corretivas, o rico tende a ficar mais rico e o pobre mais pobre — fenômeno que o economista Thomas Piketty documentou exaustivamente em "O Capital no Século XXI". O jubileu bíblico reconhecia essa dinâmica e estabelecia um "reset" obrigatório a cada cinquenta anos: as dívidas eram perdoadas, as terras retornavam, e cada família recuperava sua base produtiva. A economia moderna não precisa replicar literalmente o jubileu — impraticável em uma economia globalizada —, mas pode aprender o princípio subjacente: uma sociedade justa necessita de mecanismos que impeçam a acumulação permanente e a exclusão permanente.

Entre as aplicações contemporâneas desse princípio, podem-se mencionar: a tributação progressiva como instrumento de redistribuição; políticas de reforma agrária que garantam acesso à terra para quem nela trabalha; programas de perdão ou reestruturação de dívidas para famílias superendividadadas — análogos modernos da remissão deuteronômica; leis antitruste que impeçam a concentração excessiva de poder econômico; e políticas de transferência de renda que garantam um mínimo de

dignidade a todos os cidadãos. A igreja, por sua vez, deve ser uma comunidade onde esses princípios são vividos internamente: nela, "não deve haver necessitado algum" (Atos 4:34) — não por força de lei, mas pela generosidade voluntária que brota do Evangelho.

4.2 A Ética do Trabalho e a Dignidade do Trabalhador

A visão bíblica do trabalho desafia tanto o capitalismo predatório — que trata o trabalhador como mercadoria descartável — quanto o assistencialismo que desestimula a produtividade. O princípio paulino "se alguém não quiser trabalhar, não coma também" (2 Tessalonicenses 3:10) afirma a dignidade e a obrigação do trabalho, enquanto a exortação de Tiago contra os ricos que retêm o salário dos trabalhadores (Tiago 5:4) estabelece que a remuneração justa e pontual é um direito inalienável. Para os dias atuais, isso implica que a igreja deve ser uma voz profética na defesa de salários justos, condições dignas de trabalho e combate ao trabalho análogo à escravidão. Também implica que a comunidade cristã deve valorizar e criar oportunidades de trabalho significativo, rejeitando tanto o ócio parasitário quanto a exploração do trabalhador.

4.3 A Sustentabilidade e o Cuidado com a Criação

O princípio do descanso sabático da terra — "porém ao sétimo ano haverá sábado de descanso para a terra, um sábado ao Senhor; não semearás o teu campo nem podarás a tua vinha" (Levítico 25:4) — carrega uma sabedoria ecológica frequentemente ignorada. A terra não é um recurso infinito a ser explorado até o esgotamento; ela pertence a Deus e tem direito ao descanso. O Antigo Testamento reconhece que a produtividade contínua e ininterrupta degrada o solo e esgota os ecossistemas, e por isso institucionaliza a pausa como ato de obediência e confiança em Deus. Em uma era marcada pela crise climática, pelo desmatamento e pela perda de biodiversidade, esse princípio bíblico adquire urgência renovada. A igreja e a sociedade devem incorporar o princípio do descanso e da renovação cíclica como parte de uma economia sustentável que honre o Criador e preserve a criação para as gerações futuras.

4.4 Generosidade como Estilo de Vida e Testemunho

Em uma cultura que incita constantemente ao consumo e à acumulação, a igreja é chamada a ser uma contracultura da generosidade. O princípio neotestamentário de que "Deus ama ao que dá com alegria" (2 Coríntios 9:7) não se limita ao momento do ofertório dominical: ele deve permear toda a relação do cristão com seus bens. Isso inclui a prática da hospitalidade, o compartilhamento de recursos com irmãos em necessidade, o apoio a ministérios e missões, e a adoção de um estilo de vida que resista conscientemente à pressão consumista. A comunidade cristã deve ser um lugar onde os pobres encontram acolhimento e suprimento, não como objeto de caridade condescendente, mas como irmãos e irmãs que participam da mesma mesa do Senhor. A igreja que leva a sério a economia do Reino é aquela onde a generosidade não é exceção heroica de alguns, mas o padrão ordinário de todos.

4.5 A Igreja como Comunidade Econômica Alternativa

Talvez a aplicação mais radical e mais necessária dos princípios econômicos do Reino seja a recuperação da igreja local como comunidade econômica alternativa. Não se trata de voltar a um suposto "comunismo primitivo" de Atos 2, mas de reconhecer que a igreja é chamada a ser uma esfera onde as relações econômicas são reconfiguradas pelo Evangelho. Na igreja, o rico e o pobre sentam-se

à mesma mesa (Tiago 2:1-4 proíbe a discriminação). Na igreja, os recursos circulam dos que têm abundância para os que têm necessidade (Atos 4:34-35). Na igreja, o valor de uma pessoa não é medido por seu patrimônio, mas por sua condição de imagem de Deus e de membro do corpo de Cristo (1 Coríntios 12:22-26). Na igreja, as dívidas são perdoadas — não apenas as dívidas morais, mas, quando necessário e possível, também as financeiras, como expressão concreta do perdão recebido de Deus (Mateus 18:23-35).

Essa visão da igreja como comunidade econômica alternativa não significa que os cristãos devam se retirar da economia mais ampla ou abdicar de sua responsabilidade de influenciar as estruturas sociais. Significa, porém, que o principal laboratório onde os valores econômicos do Reino são testados e demonstrados é a própria comunidade dos redimidos. É ali que o mundo deve poder ver — ainda que de forma imperfeita e provisória — como é uma sociedade onde Deus é reconhecido como proprietário de tudo, onde o pobre é honrado, onde o trabalho é digno, onde a dívida é perdoada e onde a generosidade é a regra, não a exceção. A igreja não é o Reino em sua plenitude, mas é o lugar onde o Reino se torna visível e palpável, inclusive — e talvez especialmente — em sua dimensão econômica.

4.6 Limites e Sabedoria na Aplicação

É necessário, contudo, exercer sabedoria e humildade ao transpor princípios bíblicos para a arena da política pública. A Bíblia não fornece um programa de governo, e tentar extrair dela um "plano econômico divino" detalhado seria cometer o erro do triunfalismo teocrático. Os princípios bíblicos funcionam mais como critérios éticos para avaliar e orientar as decisões econômicas do que como um modelo pronto a ser implementado. Além disso, a aplicação desses princípios exigirá sabedoria contextual: o que funciona em uma comunidade rural do Pará pode não ser adequado para uma igreja urbana em São Paulo, e o que é possível em uma economia de subsistência pode não ser diretamente transponível para uma economia digital globalizada. O princípio permanece; a aplicação requer discernimento.

Por fim, é crucial reconhecer que a transformação econômica mais profunda não virá primariamente por meio de políticas públicas — por mais importantes que estas sejam —, mas por meio da transformação de corações operada pelo Evangelho. Como observou o teólogo John Stott, "a única maneira de mudar a sociedade é mudar as pessoas que compõem a sociedade". A economia do Reino começa no coração regenerado que reconhece Deus como Senhor de todos os bens, que encontra contentamento na provisão divina, que trabalha com diligência e generosidade, e que vê no pobre não um problema a ser administrado, mas um irmão a ser amado.

5 CONCLUSÃO

Este artigo procurou demonstrar que a economia do Reino de Deus, tal como apresentada nas Escrituras, constitui um corpo coerente de princípios que atravessam ambos os Testamentos, embora sofrendo transformações significativas na transição do Antigo para o Novo. As continuidades essenciais incluem a afirmação da soberania divina sobre todos os bens, o cuidado com os pobres como imperativo moral, a generosidade como resposta à graça, a dignidade do trabalho e a denúncia profética da opressão econômica. As transformações envolvem principalmente a natureza da comunidade que pratica esses princípios (de nação teocrática a comunidade escatológica), o

fundamento motivacional (da lei externa à graça interior), o horizonte da recompensa (da prosperidade terrena à herança celestial) e a forma de implementação (da coerção legal à transformação voluntária pelo Espírito).

Longe de serem peças de museu teológico, esses princípios têm relevância direta e urgente para os desafios do século XXI. A desigualdade extrema, o endividamento generalizado, a precarização do trabalho e a crise ecológica são realidades que clamam por uma resposta informada pelos valores do Reino. A igreja tem a responsabilidade e a oportunidade de encarnar uma economia alternativa — não como fuga do mundo, mas como testemunho profético diante dele — onde a generosidade substitui a acumulação, a solidariedade substitui a competição, e o cuidado com os vulneráveis é a medida da fidelidade a Deus.

Em última análise, a economia do Reino aponta para além de si mesma. Ela é sinal e antecipação de uma realidade futura onde "Deus limpará de seus olhos toda a lágrima; e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor" (Apocalipse 21:4). Na Nova Jerusalém, a economia será de pura gratuidade: "quem quiser, tome de graça da água da vida" (Apocalipse 22:17). Enquanto esse dia não chega, a igreja é chamada a viver, aqui e agora, como embaixada do céu — uma comunidade onde os bens circulam, as dívidas são perdoadas, o pobre é honrado e Deus é reconhecido como o único e verdadeiro Dono de tudo. Essa é a economia do Reino: não um código de leis, mas uma cultura de graça; não um projeto político, mas um modo de vida que testemunha, pelas relações econômicas concretas, que Jesus Cristo é o Senhor.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. A. T. Êxodo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. A. T. Levítico. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. A. T. Deuteronômio. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. A. T. Salmos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. A. T. Amós. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Lucas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Atos dos Apóstolos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 2 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 2 Tessalonicenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Tiago. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. 1 Pedro. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Hebreus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

BÍBLIA. N. T. Apocalipse. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007.

A Economia do Reino: Princípios Econômicos no Antigo Testamento

Graça & Verdade · 25 de junho de 2026 · 38 min de leitura

Este artigo analisa os princípios econômicos presentes no Antigo Testamento, demonstrando que a Torá e os Profetas articulam um sofisticado sistema econômico fundamentado na soberania absoluta de Deus sobre a criação.

O arcabouço econômico veterotestamentário repousa sobre um fundamento teológico radical: Deus é o proprietário absoluto de toda a criação. A terra, os recursos naturais, o poder de gerar riqueza — tudo pertence ao Senhor (Lv 25:23; Dt 8:17-18; Sl 24:1). Os seres humanos, por sua vez, são mordomos, administradores temporários daquilo que pertence a outrem. Esta premissa subverte toda concepção de direito absoluto de propriedade e estabelece uma economia de dádiva e responsabilidade, na qual a acumulação ilimitada e a pobreza perene são igualmente incompatíveis com o desígnio divino para a comunidade da aliança. O sistema do Ano Sabático e do Ano do Jubileu (Lv 25), a remissão septenal de dívidas (Dt 15), as leis de respigadura (Lv 19:9-10; Dt 24:19-22), a proibição da usura entre irmãos (Ex 22:25; Lv 25:35-38) e o cuidado institucionalizado com os vulneráveis constituem engrenagens de um mesmo mecanismo divinamente ordenado para prevenir a desigualdade estrutural e restaurar periodicamente a equidade econômica no seio do povo de Deus.

A relevância deste estudo transcende o interesse meramente histórico ou exegético. As economias contemporâneas, tanto em suas vertentes capitalistas quanto socialistas, enfrentam crises cíclicas de desigualdade, endividamento sistêmico, exploração do trabalho e degradação ambiental — problemas para os quais o Antigo Testamento oferece, se não soluções prontas, ao menos princípios éticos contundentes que desafiam os pressupostos da modernidade econômica. A noção de que a terra não pode ser alienada perpetuamente (Lv 25:23), de que o trabalhador deve receber seu salário antes do pôr do sol (Dt 24:15), de que o empréstimo ao pobre não deve visar lucro (Ex 22:25) e de que a comunidade tem o dever institucional de sustentar os despossuídos (Dt 14:28-29) são valores que interpelam profundamente a consciência cristã e a reflexão teológica sobre a economia. Neste sentido, o presente artigo busca contribuir para o resgate desses princípios, examinando-os em seu contexto canônico e apontando suas implicações para a igreja contemporânea.

Este artigo está estruturado em três seções principais. A primeira seção (seção 2) constitui o corpo central da pesquisa, subdividida em onze subseções que examinam, respectivamente: o princípio fundamental da soberania divina sobre a criação; a teologia da terra como herança familiar inalienável; o sistema do Ano Sabático e do Jubileu como coração do ordenamento econômico; a remissão de dívidas e a libertação de servos; o sistema de dízimos, primícias e ofertas como mecanismo de assistência e culto; a proteção ao trabalhador e aos vulneráveis; a proibição da usura; a ética de pesos e

medidas e a integridade comercial; a sabedoria econômica do livro de Provérbios; a economia da aliança expressa em bênçãos e maldições; e, finalmente, lições do modelo veterotestamentário para a economia contemporânea. A segunda seção (seção 3) apresenta a conclusão, sintetizando os achados e apontando para o cumprimento neotestamentário em Cristo. A terceira seção lista as referências bíblicas e bibliográficas consultadas.

2 A ECONOMIA DO ANTIGO TESTAMENTO: FUNDAMENTOS E INSTITUIÇÕES

2.1 O Princípio Fundamental: Deus como Senhor Absoluto

O edifício econômico do Antigo Testamento assenta-se sobre um alicerce teológico inequívoco: Deus é o proprietário absoluto de tudo o que existe. Este princípio é enunciado com clareza lapidar em Levítico 25:23: "A terra não se venderá em perpetuidade, porque a terra é minha; pois vós sois estrangeiros e peregrinos comigo". A declaração divina não admite atenuações: a terra não pertence aos israelitas, mas ao Senhor que os resgatou do Egito. Os seres humanos são descritos como estrangeiros (*gerim*) e peregrinos (*toshavim*) — termos técnicos que designam residentes sem direitos de propriedade plena, que habitam a terra por concessão graciosa do soberano. Esta autocompreensão de Israel como povo de hóspedes na terra de Deus relativiza radicalmente toda pretensão humana de posse absoluta e estabelece uma economia fundada na dádiva e na mordomia, não no direito natural de apropriação.

Deuteronômio 8:17-18 reforça este fundamento ao advertir Israel contra a ilusão da autossuficiência econômica: "E digas no teu coração: A minha força e a fortaleza de minha mão me adquiriram este poder. Antes te lembrarás do Senhor teu Deus; pois é ele o que te dá força para adquirires poder". O texto reconhece a realidade da prosperidade material, mas desloca a atribuição de sua origem: não é o esforço humano autônomo que gera riqueza, mas o poder concedido por Deus. Trata-se de uma teologia da graça econômica que antecipa a teologia paulina da graça salvífica. A riqueza não é condenada em si mesma, mas sua origem é teologizada, e o rico é chamado a reconhecer-se como receptor de uma dádiva, não como artífice solitário de seu sucesso. Este reconhecimento tem implicações éticas profundas, pois deslegitima a autoglorificação do próspero e fundamenta o dever de generosidade para com o pobre.

O Salmo 24:1 condensa este princípio em uma fórmula de abrangência cósmica: "Do Senhor é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam". A totalidade do espaço físico e a plenitude de seu conteúdo — recursos minerais, águas, fauna, flora — pertencem ao Criador. A humanidade não é proprietária, mas administradora delegada (Gn 1:28; 2:15). Esta visão configura o que se pode denominar uma "economia de mordomia" (*stewardship economics*), distinta tanto do capitalismo *laissez-faire* (que tende a absolutizar o direito de propriedade individual) quanto do coletivismo estatal (que transfere a propriedade ao Estado em lugar de reconhecê-la como divina). A titularidade divina da criação é o princípio arquitetônico que explica e unifica todas as demais leis econômicas do Pentateuco, desde o descanso sabático da terra até a devolução jubilar das propriedades.

2.2 A Terra como Herança: Propriedade e Redistribuição

A distribuição da terra entre as tribos e famílias de Israel, narrada em Josué 13–21, constitui o ato fundante da economia israelita na terra prometida. Cada família recebeu uma porção territorial denominada *nachalah* — "herança" ou "posseção" — que não constituía propriedade alienável no sentido moderno, mas um patrimônio familiar vinculado à aliança divina, a ser transmitido de geração em geração. A terra era o principal meio de produção na economia agropastoril de Israel, e sua distribuição equitativa inicial entre todos os clãs assegurava que cada família tivesse acesso aos recursos produtivos necessários à subsistência digna. Diferentemente das economias do Antigo Oriente Próximo — onde a terra tendia a concentrar-se nas mãos do palácio e do templo, gerando massas de camponeses endividados —, o modelo israelita buscava preservar uma relativa igualdade de condições econômicas no ponto de partida.

A instituição do *go'el* (resgatador ou redimidor) operava como mecanismo de proteção desse patrimônio familiar (Lv 25:25). Quando um israelita empobrecia a ponto de necessitar vender sua terra, o parente mais próximo tinha o dever de adquiri-la para mantê-la no âmbito do clã. O *go'el* não era um investidor maximizando lucro, mas um redentor familiar cuja função social era preservar a integridade territorial do clã. O livro de Rute ilustra esta instituição na figura de Boaz, que resgata a propriedade de Elimeleque e contrai matrimônio levirato com Rute (Rt 4:1-12). O caso dramático da vinha de Nabote (1Rs 21) representa a antítese do sistema: o rei Acabe deseja adquirir a vinha de Nabote, e este recusa com palavras que ecoam a teologia fundiária do Pentateuco: "Guarde-me o Senhor de que eu te dê a herança de meus pais" (1Rs 21:3). Nabote não está sendo irredutível ou insubmisso; está sendo fiel à ordem econômica divina que proibia a alienação permanente da herança familiar.

O Ano do Jubileu (Lv 25:8-17) constituía o coroamento desse sistema de proteção fundiária ao decretar que, a cada cinquenta anos, toda terra retornasse aos seus proprietários originais, todas as dívidas fossem canceladas e todos os servos israelitas fossem libertados. Tratava-se de um reset econômico periódico que impedia a formação de latifúndios e a pauperização hereditária das famílias. A terra não podia ser vendida "em perpetuidade" (Lv 25:23), mas apenas cedida temporariamente até o Jubileu, o que significa que o que se vendia não era a terra em si, mas o número de colheitas restantes até o ano da libertação (Lv 25:15-16). Esta precificação baseada no tempo restante até o Jubileu constitui um conceito econômico singular na história das civilizações antigas: o valor de um ativo produtivo não é absoluto, mas função do tempo que resta até a próxima redistribuição sistêmica.

2.3 O Ano Sabático e o Ano do Jubileu: O Coração do Sistema

O Ano Sabático (*shemitah*) e o Ano do Jubileu (*yovel*) formam o centro nevrálgico do ordenamento econômico veterotestamentário. O Ano Sabático, prescrito em Levítico 25:1-7 e articulado com Deuteronômio 15:1-2, estabelecia que a cada sétimo ano a terra deveria descansar — não seria semeada nem podada — e o que nela crescesse espontaneamente seria destinado à alimentação do proprietário, de seus servos, dos estrangeiros e até dos animais. Simultaneamente, Deuteronômio 15:1-2 ordenava a remissão (*shemitah*) de todas as dívidas entre israelitas: "Ao fim de cada sete anos farás a remissão. Este é o modo da remissão: todo credor remitirá o que tiver emprestado ao seu próximo; não o exigirá do seu próximo ou do seu irmão, pois a remissão do Senhor é proclamada". O ciclo septenal combinava, portanto, ecologia e justiça social: o descanso da terra e o descanso do devedor eram duas faces de uma mesma moeda teológica — o reconhecimento de que Deus é o Senhor do tempo, da terra e da economia, e que a comunidade da aliança deve reproduzir em suas estruturas sociais a lógica da graça divina.

O Ano do Jubileu, descrito em Levítico 25:8-17, constituía a culminação de sete ciclos sabáticos ($7 \times 7 = 49$ anos), sendo o quinquagésimo ano declarado santo. Suas prescrições eram ainda mais radicais: "Santificareis o ano quinquagésimo e apregoareis liberdade na terra a todos os seus moradores; ano de jubileu vos será, e tornareis, cada um à sua possessão, e cada um à sua família" (Lv 25:10). Três liberdades fundamentais eram proclamadas: liberdade das pessoas (servos israelitas retornavam a suas famílias), liberdade da terra (propriedades retornavam a seus donos originais) e liberdade das dívidas (todas as obrigações financeiras eram canceladas). O Jubileu era, assim, um mecanismo anticíclico de redistribuição que impedia a acumulação intergeracional de riqueza e a perpetuação da pobreza. Cada geração recebia a oportunidade de recomeçar a vida econômica em condições de relativa igualdade, rompendo o ciclo vicioso que, nas economias antigas e modernas, condena os pobres e seus descendentes à pobreza estrutural.

A precificação baseada no número de colheitas restantes até o Jubileu (Lv 25:15-16) revela a sofisticação econômica deste arcabouço jurídico. O texto determina: "Conforme o número de anos desde o jubileu, comprarás ao teu próximo; conforme o número de anos das novidades, ele a venderá a ti. Quanto mais forem os anos, tanto mais aumentarás o preço; e quanto menos forem os anos, tanto mais diminuirás o preço; porque ele te vende o número das novidades". Este dispositivo estabelecia que o valor da terra — e por extensão, de todos os ativos produtivos — não era absoluto, mas função do tempo restante até a próxima libertação. O comprador não adquiria a propriedade em si, mas um usufruto temporário limitado pelo calendário sagrado. Trata-se de um conceito econômico revolucionário que relativiza o valor presente dos ativos e incorpora a dimensão escatológica à economia: o futuro de Deus age retroativamente sobre o presente, limitando a especulação e a acumulação sem freios. Nenhum outro código legal do Antigo Oriente Próximo contém mecanismo similar de restauração econômica periódica.

Diante da objeção natural — como sobreviveriam os israelitas se a terra não fosse cultivada por dois anos consecutivos (o 49º ano sabático e o 50º ano jubilar)? —, o texto responde com uma promessa divina extraordinária (Lv 25:20-22): "Se disserdes: Que comeremos no ano sétimo, visto que não havemos de semear, nem fazer a nossa colheita? Então eu mandarei a minha bênção sobre vós no sexto ano, e a terra dará fruto para três anos. No oitavo ano semeareis e comereis da colheita velha até ao ano nono; até que venha a sua novidade, comereis a velha". Deus promete uma colheita tripla no sexto ano, suficiente para sustentar o povo durante o sétimo ano sabático, o quinquagésimo ano jubilar e até a nova colheita no início do novo ciclo. Esta provisão sobrenatural é a contrapartida divina à obediência humana: a economia do Antigo Testamento não é autossustentável por cálculos meramente humanos, mas requer confiança na providência divina. O sistema exige fé, não apenas cálculo racional, e convida o povo da aliança a viver na dependência do Deus que provê.

O Jubileu funciona, portanto, como antídoto divino contra as duas patologias econômicas que afligem as sociedades humanas desde a antiguidade: a concentração excessiva de riqueza em poucas mãos e a exclusão permanente dos despossuídos. Sem mecanismos de redistribuição, as economias tendem inexoravelmente à desigualdade cumulativa: aqueles que possuem capital acumulam mais capital, enquanto aqueles que caem na pobreza têm reduzidas suas chances de ascensão social. O Jubileu interrompe ciclicamente este processo, restaurando o acesso aos meios de produção — a terra — a todas as famílias. A declaração "apregoareis liberdade na terra a todos os seus moradores" (Lv 25:10)

ecoa como um manifesto contra a servidão econômica e um prenúncio da libertação messiânica que seria proclamada por Isaías 61:1-2 e, posteriormente, lida por Jesus na sinagoga de Nazaré (Lc 4:18-19). A economia do Reino, no Antigo Testamento, é uma economia de libertação.

2.4 A Remissão de Dívidas e a Libertação de Servos

Deuteronômio 15:1-11 estabelece uma das mais notáveis instituições de justiça econômica da antiguidade: a remissão completa de todas as dívidas entre israelitas a cada sete anos. O texto ordena que, no Ano da Remissão, "todo credor remitirá o que tiver emprestado ao seu próximo; não o exigirá do seu próximo ou do seu irmão" (Dt 15:2). Esta prescrição não era uma sugestão piedosa, mas um mandamento divino de força legal, cujo propósito era impedir a formação de um ciclo perpétuo de endividamento que transformasse membros da comunidade pactual em servos econômicos uns dos outros. As dívidas no Antigo Israel não eram majoritariamente comerciais, mas de subsistência: camponeses empobrecidos por más colheitas, doenças ou tributações tomavam empréstimos para sobreviver, e sem um mecanismo de remissão, o ciclo de endividamento poderia facilmente tornar-se uma espiral descendente de alienação de terras e servidão pessoal.

Notavelmente, o texto antecipa e adverte contra a tentação de negar empréstimo ao pobre quando a proximidade do ano da remissão tornava improvável o reembolso (Dt 15:7-10). O "olho maligno" — expressão hebraica para a avareza que se recusa a socorrer — é condenado como pecado: "Guarda-te que não haja pensamento vil no teu coração, dizendo: Vai-se aproximando o sétimo ano, o ano da remissão; e o teu olho seja maligno para com teu irmão pobre, e não lhe dê nada" (Dt 15:9). O credor é exortado a emprestar mesmo sabendo que talvez não receba de volta, pois a generosidade não é calculada pelo retorno provável, mas pela solidariedade para com o irmão necessitado. Ao mesmo tempo, o texto combina realismo social com imperativo ético na célebre declaração: "Pois nunca deixará de haver pobre na terra; pelo que te ordeno, dizendo: Livremente abrirás a tua mão para o teu irmão, para o teu necessitado e para o teu pobre na tua terra" (Dt 15:11). A presença persistente da pobreza não é desculpa para a inação, mas razão para a generosidade contínua e institucionalizada.

A legislação sobre a libertação de servos hebreus (Dt 15:12-18) complementa a lei de remissão de dívidas. Um israelita que se vendesse como escravo por dívidas deveria ser libertado no sétimo ano, e não de mãos vazias: "Não o despedirás vazio. Liberalmente lhe forneceras do teu rebanho, da tua eira e do teu lagar; daquilo com que o Senhor teu Deus te tiver abençoado lhe darás" (Dt 15:13-14). A libertação vinha acompanhada de recursos materiais para que o ex-servo pudesse reiniciar sua vida econômica com dignidade — um embrião do que hoje se chamaria "capital semente" ou "fundo de reintegração social". Adicionalmente, Êxodo 22:25-27 proibía a cobrança de juros sobre empréstimos ao pobre israelita e determinava que, se um manto fosse tomado como penhor, deveria ser devolvido ao pôr do sol, pois servia de coberta noturna ao devedor. A lei protegia até mesmo a dignidade do devedor, limitando o que o credor poderia exigir como garantia e assegurando as condições mínimas de subsistência durante o período de endividamento.

2.5 O Sistema de Dízimos, Primícias e Ofertas

O sistema de dízimos no Antigo Testamento era uma instituição multifacetada que transcendia a mera contribuição religiosa, configurando um complexo mecanismo econômico de suporte ao culto, à festa comunitária e à assistência aos pobres. A prática do dízimo antecede a lei mosaica: Abraão entregou o dízimo dos despojos a Melquisedeque, sacerdote do Deus Altíssimo (Gn 14:20), e Jacó fez voto de

dizimar tudo quanto Deus lhe concedesse (Gn 28:22). Na legislação mosaica, três modalidades de dízimo podem ser identificadas. O dízimo levítico (Nm 18:21-32) destinava-se à manutenção da tribo de Levi, que não recebera herança territorial e dependia exclusivamente das contribuições das demais tribos para sua subsistência. Os levitas, por sua vez, deveriam dizimar sobre o que recebiam, ofertando o melhor ao Senhor (Nm 18:26-30), numa cadeia de generosidade que vinculava toda a comunidade.

O dízimo festivo (Dt 14:22-27) era consumido pelo próprio ofertante e sua família em celebração comunitária no santuário central, funcionando como instrumento de coesão social e de educação religiosa: "Para que aprendas a temer ao Senhor teu Deus todos os dias" (Dt 14:23). Este dízimo não era uma perda de recursos, mas uma reorientação de seu uso: em vez de consumir a produção em casa, a família a levava ao santuário para uma refeição festiva na presença de Deus. O terceiro dízimo, ou dízimo trienal dos pobres (Dt 14:28-29; 26:12-15), era recolhido a cada três anos e armazenado localmente para sustentar "o levita, o estrangeiro, o órfão e a viúva" — a tétrade clássica dos economicamente vulneráveis em Israel. Este mecanismo constituía um sistema organizado e periódico de assistência social, financiado comunitariamente mas distribuído localmente, que garantia a subsistência dos que careciam de acesso direto aos meios de produção.

Malaquias 3:8-12 contém a mais contundente exortação profética sobre o dízimo, acusando Israel de roubar a Deus na retenção dos dízimos e ofertas: "Roubará o homem a Deus? Todavia vós me roubais e dizeis: Em que te roubamos? Nos dízimos e nas ofertas alçadas" (Ml 3:8). O profeta convida o povo a trazer todos os dízimos à casa do tesouro e a provar Deus nesta matéria, com a promessa de bênção transbordante: "abrirei as janelas do céu e derramarei sobre vós bênção sem medida" (Ml 3:10). As primícias (bikkurim), por sua vez, constituíam a oferta dos primeiros frutos da terra e do rebanho (Dt 26:1-11), acompanhada de uma confissão litúrgica que rememorava a peregrinação dos patriarcas e a libertação do Egito. Esta oferta expressava o reconhecimento de que toda produção provém de Deus e que o ofertante é mordomo, não proprietário último. A liturgia das primícias era ao mesmo tempo ato de gratidão, profissão de fé e antídoto contra o orgulho da autossuficiência econômica que Deuteronômio 8:17-18 já havia advertido.

2.6 Proteção ao Trabalhador e aos Vulneráveis

A legislação do Antigo Testamento dedica atenção notável à proteção dos economicamente vulneráveis, configurando o que se pode denominar uma "rede de segurança social" divinamente ordenada. Êxodo 22:21-24 estabelece um princípio basilar: "O estrangeiro não afligirás nem o oprimirás, pois estrangeiros fostes na terra do Egito. Nenhuma viúva nem órfão afligireis. Se de algum modo os afligirdes, e eles clamarem a mim, eu certamente ouvirei o seu clamor". Deus se apresenta como defensor direto dos desamparados; a ameaça de intervenção divina paira sobre aqueles que exploram os frágeis. Esta tríade — estrangeiro (ger), órfão (yatom) e viúva (almanah) — reaparece dezenas de vezes no Pentateuco e nos Profetas como os grupos paradigmáticos dos desprovidos de proteção social, e a justiça de uma sociedade é medida precisamente pelo tratamento que lhes dispensa.

Deuteronômio 24:14-15 contém uma das mais antigas leis trabalhistas da história: "Não oprimirás o jornaleiro pobre e necessitado, seja de teus irmãos, seja dos estrangeiros que estão na tua terra e nas tuas portas. No seu dia lhe pagarás a sua diária, e o sol não se porá sobre isso (porquanto é pobre, e disso depende a sua vida)". A prescrição do pagamento diário aos trabalhadores braçais, que viviam no limite da subsistência, revela uma preocupação concreta com as condições materiais de existência. O

empregador que retinha o salário além do pôr do sol estava, na prática, ameaçando a capacidade do trabalhador de alimentar sua família naquela noite. A lei reconhece a assimetria de poder entre empregador e empregado e intervém em favor da parte mais fraca — um princípio de justiça que as legislações trabalhistas modernas só viriam a incorporar milênios depois.

As leis de respigadura (Lv 19:9-10; Dt 24:19-22) constituíam um sistema engenhoso de assistência social não estigmatizante. Os proprietários rurais eram proibidos de ceifar os cantos do campo, de recolher as espigas caídas durante a colheita e de visitar a vinha ou o olival para recolher frutos remanescentes; tudo o que ficasse para trás pertencia ao pobre, ao estrangeiro, ao órfão e à viúva. Diferentemente de programas assistenciais centralizados, a lei da respigadura preservava a dignidade do necessitado, que não recebia uma esmola passivamente, mas trabalhava recolhendo seu próprio sustento nos campos. O livro de Rute ilustra vividamente esta instituição, narrando como Rute, estrangeira moabita e viúva, encontrou sustento respigando nos campos de Boaz (Rt 2). A lei criava, assim, um sistema permanente de acesso a recursos para os economicamente marginalizados, integrando a assistência social à estrutura da produção agrícola.

A proteção se estendia inclusive aos animais de trabalho: "Não atarás a boca ao boi, quando trilhar" (Dt 25:4). Este mandamento, aparentemente menor, encerra um princípio ético de amplas implicações: até mesmo o animal que trabalha na produção de alimentos tem o direito de participar do fruto de seu trabalho. O apóstolo Paulo, em 1 Coríntios 9:9-10, interpreta este mandamento como princípio extensível aos trabalhadores humanos: "Porventura Deus cuida de bois? Ou não o diz certamente por nós?" Malaquias 3:5, de modo contundente, adverte que Deus se apresentará como testemunha veloz contra aqueles que "defraudam o salário do jornaleiro" e "pervertem o direito do estrangeiro". O repouso sabático, por fim, era universal e inclusivo: "o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus; não farás trabalho algum, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o estrangeiro que está dentro das tuas portas" (Ex 20:10). O descanso era direito de todos, independentemente de status social ou econômico, e o empregador não podia negá-lo a seus subordinados.

2.7 A Proibição da Usura e a Ética nos Empréstimos

A legislação veterotestamentária contém uma proibição categórica da cobrança de juros sobre empréstimos concedidos a israelitas empobrecidos (Ex 22:25: "Se emprestares dinheiro ao meu povo, ao pobre que está contigo, não serás como um usurário; não lhe imporeis usura"; Lv 25:35-38: "Não tomarás dele usura nem ganho"; Dt 23:19-20: "A teu irmão não emprestarás com usura"). A proibição não se estendia a estrangeiros (nochri) — o que diferenciava empréstimos comerciais internacionais de empréstimos de subsistência dentro da comunidade da aliança —, mas era absoluta quando se tratava de um israelita necessitado. O fundamento teológico desta proibição é explicitado em Levítico 25:38: "Eu sou o Senhor vosso Deus, que vos tirei da terra do Egito, para vos dar a terra de Canaã, para ser vosso Deus". O Deus que redimiu Israel da servidão exige que seu povo não reproduza, nas relações econômicas internas, a lógica de exploração que caracterizara a escravidão egípcia.

Ezequiel 18 cataloga a conduta econômica justa como marca distintiva do homem justo, mencionando especificamente, entre as virtudes, "não emprestar com usura, não receber juros, desviar a sua mão da injustiça" (Ez 18:8-9), enquanto o ímpio é descrito como aquele que "empresta com usura e recebe juros" (Ez 18:13). Em Ezequiel 18:17, a recusa em receber usura é novamente elencada como critério de justiça que preserva a vida do justo. A insistência do profeta neste ponto indica que a proibição da

usura não era uma lei marginal ou obsoleta, mas um demarcador central da identidade ética de Israel. O propósito da proibição era impedir que o endividamento se convertesse em mecanismo de empobrecimento permanente: quando um camponês tomava um empréstimo para sobreviver a uma crise, a cobrança de juros apenas agravava sua situação, tornando o reembolso cada vez mais improvável e conduzindo eventualmente à perda da terra e à servidão por dívidas. A proibição da usura entre irmãos era, portanto, um instrumento de manutenção da solidariedade comunitária e de prevenção do ciclo de endividamento estrutural.

Este arcabouço ético sobre empréstimos contrasta radicalmente com as economias do Antigo Oriente Próximo, onde os empréstimos com juros elevados eram prática comum e frequentemente resultavam na escravização dos devedores inadimplentes e de suas famílias. O Código de Hamurabi, por exemplo, regulava as taxas de juros, mas não as proibia, e permitia a servidão por dívidas. A legislação israelita, ao proibir completamente o juro sobre empréstimos de subsistência, colocava a solidariedade fraternal acima do lucro financeiro, desafiando a lógica de maximização de ganhos que subjaz às economias antigas e modernas. A comunidade da aliança não podia tolerar que um irmão necessitado fosse tratado como oportunidade de negócio: a necessidade alheia não é um mercado a ser explorado, mas uma demanda ética a ser atendida com generosidade.

2.8 Pesos, Medidas e Ética Comercial

A integridade nas transações comerciais constitui um componente essencial da ética econômica do Antigo Testamento. Levítico 19:35-36 ordena de forma peremptória: "Não cometereis injustiça no juízo, nem na vara, nem no peso, nem na medida. Balanças justas, pesos justos, efa justo e justo hiteris". A combinação de juízo (*mishpat*) com pesos e medidas (*medidah*) indica que a honestidade comercial não é mera conveniência social, mas questão de justiça divina. Deus não é apenas o legislador do culto e da moral sexual, mas também do mercado; a balança do comerciante está sob o mesmo escrutínio divino que o altar do sacerdote. Deuteronômio 25:13-16 reforça esta exigência proibindo a posse de dois conjuntos de pesos — um grande para comprar, outro pequeno para vender — e declara que "é abominação ao Senhor teu Deus todo aquele que faz estas coisas, todo aquele que comete injustiça".

A literatura sapiencial ecoa e amplifica este mandamento. Provérbios 11:1 afirma com concisão memorável: "Balança enganosa é abominação para o Senhor, mas o peso justo é o seu prazer". A mesma ideia é reiterada em Provérbios 20:10: "Pesos diferentes, medidas diferentes, uns e outros são abominação ao Senhor", e novamente em 20:23. O termo "abominação" (*to'evah*) é um dos mais fortes do léxico hebraico para designar aquilo que Deus repudia, sendo aplicado à idolatria, ao sacrifício de crianças e à injustiça econômica com a mesma intensidade. Os profetas, por sua vez, denunciaram vigorosamente a fraude comercial como violação da aliança. Amós 8:4-6 descreve comerciantes impacientes pelo fim do sábado e da lua nova para "diminuir o efa, aumentar o siclo e falsear as balanças enganosas; para comprar os pobres por dinheiro e os necessitados por um par de sandálias". Ezequiel 45:9-12 convoca os príncipes de Israel a cessar a violência e a opressão e a usar pesos e medidas justos. Em todos estes textos, a ética comercial não é um apêndice da fé, mas parte constitutiva da fidelidade à aliança: a relação com Deus é indissociável da honestidade no mercado.

2.9 A Sabedoria Econômica de Provérbios

O livro de Provérbios oferece uma rica tecelagem de observações sobre a vida econômica, articulando uma sabedoria prática que, sem revogar as leis culturais e sociais do Pentateuco, as complementa com reflexões sobre a conduta individual no âmbito do trabalho, da riqueza e da generosidade. O tema da diligência como caminho para a prosperidade e da preguiça como rota para a ruína percorre toda a obra: "A mão diligente enriquece" (Pv 10:4); "A alma do preguiçoso deseja e nada alcança, mas a alma dos diligentes se farta" (Pv 13:4). A conhecida exortação ao preguiçoso para observar a formiga (Pv 6:6-11) ridiculariza a indolência que conduz à pobreza: "Um pouco de sono, um pouco de tosquenejar, um pouco de cruzar as mãos em repouso, assim te sobrevirá a tua pobreza como um ladrão" (Pv 6:10-11). Esta ênfase na diligência, contudo, é contrabalançada por advertências contra a busca desenfreada por riquezas e pelo reconhecimento de que a prosperidade obtida honestamente procede, em última análise, da bênção divina: "A bênção do Senhor é que enriquece, e ele não acrescenta dores" (Pv 10:22).

A generosidade para com o pobre é apresentada como virtude que redundará em bênção para o próprio generoso, enquanto a avareza conduz ao empobrecimento: "Ao que distribui mais se lhe acrescenta, e ao que retém mais do que é justo, mas é para a sua perda. A alma generosa prosperará, e quem regar também será regado" (Pv 11:24-25). Provérbios 19:17 formula este princípio de modo ainda mais contundente: "Ao Senhor empresta o que se compadece do pobre, e ele lhe pagará o seu benefício". O ato de dar ao pobre é transmutado em empréstimo ao próprio Deus, que se constitui devedor do generoso — uma inversão teológica radical da lógica econômica convencional. Ao mesmo tempo, o sábio adverte contra os perigos da riqueza mal-adquirida: "Os bens que facilmente se ganham, esses diminuem, mas o que ajunta com o seu trabalho os aumenta" (Pv 13:11); "O homem fiel será cumulado de bênçãos, mas o que se apressa a enriquecer não ficará impune" (Pv 28:20). A busca da riqueza rápida é denunciada como ilusória e perigosa: "O homem de olho maligno se apressa a enriquecer, mas não sabe que a pobreza lhe há de vir" (Pv 28:22).

Provérbios também adverte com notável ênfase contra o ato de servir como fiador de dívidas alheias: "Filho meu, se ficaste fiador do teu próximo, se deste a tua palavra por um estranho, estás enredado com as palavras da tua boca" (Pv 6:1-2), e exorta o fiador a livrar-se urgentemente desse compromisso (Pv 6:3-5). A advertência é reiterada em Provérbios 11:15 e 22:26-27, refletindo a sabedoria de que a fiança pode conduzir à perda do próprio sustento. Por fim, a oração de Agur em Provérbios 30:8-9 oferece uma síntese equilibrada da ética econômica sapiencial: "Não me dês nem a pobreza nem a riqueza; mantém-me do pão da minha porção acostumada; para que, estando farto, não te negue e diga: Quem é o Senhor?; ou que, empobrecendo, não venha a furtar e profane o nome de Deus". A condição intermediária é valorizada como a mais segura para a fidelidade espiritual: a riqueza excessiva pode conduzir à arrogância autossuficiente; a pobreza extrema, ao desespero que transgride a lei. Esta sabedoria subverte tanto o ideal de acumulação ilimitada quanto a romantização da miséria, apontando para uma moderação econômica que protege a relação com Deus.

2.10 Bênçãos e Maldições: A Economia da Aliança

O Antigo Testamento vincula de modo indissociável a prosperidade econômica de Israel à sua fidelidade à aliança com Deus, mas é crucial compreender que esta relação não constitui um "evangelho da prosperidade" *avant la lettre*. Trata-se de uma teologia da aliança na qual a bênção material e a maldição econômica funcionam como sanções coletivas condicionadas à obediência ou desobediência nacional aos termos do pacto. Deuteronômio 28:1-14 promete que, se Israel ouvir a voz

do Senhor e guardar Seus mandamentos, será abençoado nos campos, nos rebanhos, nos celeiros e em todo trabalho de suas mãos, e "emprestará a muitas nações, mas não tomará emprestado" (Dt 28:12). Inversamente, a desobediência trará maldições catastróficas: colheitas devoradas, filhos e rebanhos dizimados, cerco militar com fome extrema, endividamento internacional e retorno simbólico ao Egito (Dt 28:15-68).

Levítico 26:3-5 formula o mesmo princípio em modo positivo, vinculando a observância dos estatutos divinos a chuvas sazonais, colheitas abundantes e segurança alimentar: "a terra dará a sua novidade, e as árvores do campo darão o seu fruto; a debulha se vos chegará à vindima, e a vindima se chegará à sementeira; comereis o vosso pão a fartar e habitareis seguros na vossa terra" (Lv 26:4-5). A imagem de uma colheita tão abundante que se sobrepõe à estação seguinte transmite a ideia de prosperidade transbordante como resultado da fidelidade à aliança. O profeta Oseias, por sua vez, descreve o nexo entre decadência moral e colapso ecológico-econômico com imagens pungentes: "Ouve a palavra do Senhor, vós filhos de Israel; pois o Senhor tem uma contenda com os habitantes da terra; porque não há verdade, nem beneficência, nem conhecimento de Deus na terra. [...] Por isso a terra se enluta, e todo aquele que nela mora desfalece, com os animais do campo e com as aves do céu; e até os peixes do mar perecem" (Os 4:1-3). O profeta estabelece uma cadeia causal teológica: a ausência de fidelidade humana leva ao desequilíbrio ecológico, que por sua vez arrasta a economia a um colapso sistêmico — intuição que a crise ambiental contemporânea confirma de modo impressionante.

Os profetas clássicos do século VIII a.C. — Amós, Isaías, Miqueias — desenvolveram uma crítica corrosiva à elite econômica de Israel e Judá, denunciando a opulência construída sobre a exploração dos pobres como violação da aliança. Amós fulmina as mulheres ricas de Samaria como "vacas de Basã que oprimis os pobres, que esmagais os necessitados" (Am 4:1) e denuncia aqueles "que dormem em camas de marfim e se espreguiçam nos seus leitos, que comem os cordeiros do rebanho e os bezerros do cevadouro [...] e não se afligem pela ruína de José" (Am 6:4-6). Isaías 5:8 pronuncia um "ai" sobre aqueles "que juntam casa a casa, que acrescentam campo a campo, até que não haja mais lugar" — uma crítica direta ao latifúndio e à expropriação fundiária dos pequenos camponeses. Miqueias 2:1-2 denuncia os que "cobiçam campos e os tomam; cobiçam casas e as arrebatam; assim fazem violência a um homem e à sua casa, a um homem e à sua herança". Em todos esses casos, a injustiça econômica não é um pecado menor ou periférico, mas a própria essência da infidelidade à aliança que atrai o juízo divino sobre a nação. A economia da aliança é, portanto, uma economia de responsabilidade moral coletiva, na qual o destino econômico do povo está organicamente ligado à sua integridade ética e espiritual.

2.11 Lições para a Economia Contemporânea

O modelo econômico do Antigo Testamento não pode ser transposto diretamente para as sociedades contemporâneas como um programa político aplicável; seria anacrônico e hermeneuticamente ingênuo pretender replicar as instituições de uma sociedade agropastoril do Antigo Oriente Próximo em economias industrializadas e pós-industriais do século XXI. No entanto, os princípios subjacentes a essas instituições conservam extraordinária relevância como paradigma ético e como interpelação profética aos sistemas econômicos vigentes. A economia veterotestamentária representa uma "terceira via" que escapa às categorias binárias do debate moderno: não é capitalismo laissez-faire, pois o direito de propriedade é radicalmente relativizado pela soberania divina e pelo Jubileu redistribuidor; tampouco é coletivismo estatal, pois a propriedade privada familiar é afirmada e protegida como

fundamento da dignidade e da liberdade pessoal. Trata-se de um modelo singular que afirma simultaneamente a propriedade privada e sua limitação ética, o mercado e sua regulação moral, a iniciativa individual e a responsabilidade comunitária.

Uma das lições mais contundentes do Antigo Testamento para a economia contemporânea é a existência de mecanismos institucionais embutidos no próprio sistema econômico para prevenir a desigualdade estrutural. As economias modernas carecem de equivalentes funcionais ao Ano Sabático e ao Jubileu: elas permitem — e frequentemente incentivam — a acumulação ilimitada de riqueza e a concentração de propriedade, ao mesmo tempo em que carecem de mecanismos periódicos de restauração da equidade. Os pobres podem receber assistência social paliativa, mas raramente têm acesso a uma reestruturação de suas condições econômicas que lhes permita romper o ciclo intergeracional de pobreza. As leis do Antigo Testamento atacavam a raiz do problema: o acesso aos recursos produtivos (a terra), a prevenção do endividamento perpétuo (a remissão de dívidas e a proibição da usura) e a garantia de condições dignas de trabalho e subsistência. Em uma época de desigualdade econômica crescente em escala global, com uma parcela ínfima da população mundial detendo a maior parte da riqueza, o clamor dos profetas contra a acumulação desmedida e a indiferença diante dos pobres adquire renovada urgência.

A dignidade do trabalho e do trabalhador constitui outro princípio veterotestamentário que contrasta com práticas contemporâneas de exploração laboral. O pagamento pontual do salário, o descanso sabático universal e inclusivo, e a participação do trabalhador nos frutos de seu labor (Dt 25:4) revelam uma visão do trabalho não como mercadoria ou fator de produção a ser otimizado, mas como atividade humana digna e intrinsecamente vinculada à imagem de Deus no ser humano. A responsabilidade comunitária pelos pobres é elevada ao status de obrigação moral e legal (Dt 15:11), não de opção caritativa voluntária que tranquiliza a consciência do rico sem transformar as estruturas que geram pobreza. O sistema de respigadura, em particular, oferece um modelo de assistência social que preserva a dignidade do necessitado ao fazê-lo participante ativo do processo econômico, e não receptor passivo de donativos — princípio que inspirou iniciativas contemporâneas de economia solidária e de bancos de alimentos baseados em parcerias com produtores rurais.

Finalmente, o arcabouço veterotestamentário fornece um fundamento ético robusto para todas as transações econômicas. A honestidade nos pesos e medidas, a proibição da fraude comercial, a condenação profética da exploração dos pobres e a insistência sapiencial na moderação e no contentamento (Pv 30:8-9) configuram uma ética econômica integral que abrange desde a conduta individual no pequeno comércio até a crítica estrutural dos sistemas de opressão. O Antigo Testamento não separa o "econômico" do "ético" ou do "teológico": a maneira como uma sociedade produz, distribui e consome seus recursos é parte integral de sua resposta à aliança com Deus. As leis econômicas de Israel não eram um conjunto de técnicas neutras de gestão social, mas mandamentos divinos cuja observância ou desobediência determinava bênção ou maldição sobre toda a nação. Para a igreja contemporânea, este arcabouço permanece como referência normativa que desafia a compartimentalização moderna entre fé e economia e convoca os cristãos a serem agentes de justiça econômica como dimensão intrínseca do discipulado. O modelo veterotestamentário é, antes de tudo, um paradigma que aponta para os valores do Reino de Deus, cuja concretização plena aguarda a consumação escatológica, mas cujos princípios podem e devem informar a ética econômica da comunidade cristã no presente século.

3 CONCLUSÃO

A análise dos princípios econômicos do Antigo Testamento revela uma visão coerente e teologicamente fundamentada da vida econômica, cujo eixo central é a tríade: propriedade absoluta de Deus, mordomia humana responsável e solidariedade comunitária institucionalizada. Longe de constituir um conjunto assistemático de prescrições avulsas, as leis econômicas da Torá configuram um verdadeiro sistema, no qual cada instituição — o Ano Sabático, o Jubileu, a remissão de dívidas, os dízimos, as primícias, a respigadura, a proteção do trabalhador e a proibição da usura — desempenha uma função específica na manutenção do equilíbrio social e na prevenção da desigualdade estrutural. O princípio fundante de que "a terra é do Senhor" (Lv 25:23) funciona como a chave hermenêutica que unifica e explica todo o edifício: porque Deus é o proprietário último, a acumulação humana sem limites é ilegítima; porque os seres humanos são mordomos, devem administrar os recursos com justiça e generosidade; porque a comunidade é povo da aliança, deve assegurar que nenhum de seus membros seja privado permanentemente dos meios de subsistência digna.

O sistema jubilar-sabático de remissão de dívidas e restauração fundiária se destaca como a contribuição mais original e radical do Antigo Testamento ao pensamento econômico universal. Este sistema foi concebido para romper ciclicamente os processos de concentração de riqueza e de pauperização que, deixados a si mesmos, tendem a corroer a coesão de qualquer sociedade. O Jubileu não era uma utopia irrealizável ou uma mera aspiração piedosa, mas um mandamento divino institucionalizado, cujo descumprimento constituía violação da aliança e atraía o juízo divino. As leis econômicas de Israel abordam as causas estruturais da pobreza — alienação dos recursos produtivos (a terra), servidão por dívidas e exploração dos trabalhadores — e não apenas seus sintomas. Ao decretar a restituição periódica da terra às famílias originais, a libertação dos servos e o cancelamento das dívidas, o sistema do Antigo Testamento oferecia a cada geração a possibilidade concreta de recomeçar a vida econômica em condições de dignidade e relativa igualdade.

Para a igreja cristã contemporânea, as implicações deste estudo são profundas e desafiadoras. Em primeiro lugar, a ética econômica do Antigo Testamento não foi revogada pelo Novo Testamento, mas transformada e radicalizada pela ética do Reino proclamada por Jesus, que em sua pregação inaugural na sinagoga de Nazaré aplicou a si mesmo as palavras de Isaías 61:1-2 — texto profundamente enraizado na teologia do Jubileu — declarando que viera para "anunciar liberdade aos cativos [...] e pôr em liberdade os oprimidos" (Lc 4:18-19). O jubileu escatológico inaugurado por Cristo não aboliu a responsabilidade ética da igreja em relação aos pobres e oprimidos; antes, a intensificou, na medida em que a comunidade dos discípulos do Reino é chamada a ser amostra e antecipação da nova criação, na qual não haverá pobre nem opressão. Em segundo lugar, a igreja deve resistir à tentação de espiritualizar os mandamentos econômicos do Antigo Testamento, reduzindo-os a metáforas de realidades puramente espirituais. O Deus que ordenou o pagamento pontual do salário do jornaleiro e a devolução do manto do pobre ao pôr do sol não é indiferente às condições materiais de existência. A salvação bíblica é integral e abrange a totalidade da vida humana, incluindo sua dimensão econômica.

Em síntese, a economia do Antigo Testamento, adequadamente compreendida em seu contexto canônico e à luz de seu cumprimento em Cristo, oferece à igreja contemporânea um rico manancial de princípios éticos para a reflexão e a ação no campo econômico. A soberania de Deus sobre a criação, a mordomia humana responsável, a prioridade da solidariedade sobre o lucro, a proteção dos vulneráveis como imperativo de justiça e não de mera caridade, o limite à acumulação de riqueza, a ética nas transações comerciais e a periodicidade da restauração econômica são valores que transcendem as

circunstâncias históricas do antigo Israel e permanecem como referência normativa para todos os que desejam viver como comunidade do Reino em tempos de desigualdade crescente e de idolatria do mercado. Como afirmou o salmista, "do Senhor é a terra e a sua plenitude" (Sl 24:1); e como proclamou o jubileu levítico, "apregoareis liberdade na terra a todos os seus moradores" (Lv 25:10). Cabe à igreja, como povo da nova aliança, viver e anunciar esta liberdade que abrange corpo e alma, matéria e espírito, economia e culto — até que venha o Reino em sua plenitude.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. A.T. Antigo Testamento. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Amós. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Deuteronômio. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Êxodo. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Ezequiel. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Gênesis. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Isaías. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Josué. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Levítico. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Malaquias. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Miqueias. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Números. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Oseias. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Provérbios. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Salmos. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. 1 Reis. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

BÍBLIA. A.T. Rute. In: BÍBLIA Sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Revista e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.

A Relação entre Marido e Mulher à Luz da Bíblia

Graça & Verdade · 25 de junho de 2026 · 22 min de leitura

Este artigo examina a relação entre marido e mulher à luz das Escrituras Sagradas, tendo por base a versão Almeida Corrigida Fiel (ACF). A partir da narrativa da criação em Gênesis, são analisados os fundamentos divinos do matrimônio, os deveres e responsabilidades de cada cônjuge e o propósito eterno da aliança matrimonial.

Resumo

Este artigo examina a relação entre marido e mulher à luz das Escrituras Sagradas, tendo por base a versão Almeida Corrigida Fiel (ACF). A partir da narrativa da criação em Gênesis, são analisados os fundamentos divinos do matrimônio, os deveres e responsabilidades específicos do marido e da esposa, os direitos recíprocos no âmbito conjugal, o amor como princípio norteador da relação, o simbolismo do casamento como representação da união entre Cristo e a Igreja, as advertências bíblicas sobre o divórcio e as marcas de um relacionamento conjugal aprovado por Deus. Conclui-se que a Bíblia apresenta um modelo de matrimônio baseado no amor sacrificial, no respeito mútuo, na fidelidade e na submissão voluntária, no qual marido e mulher são coerdeiros da graça da vida e refletem, em sua união, o mistério do amor de Cristo pela Sua Igreja.

1 INTRODUÇÃO

O casamento é uma das instituições mais antigas e fundamentais da humanidade, tendo sido estabelecido pelo próprio Deus no princípio da criação. Antes mesmo da queda do homem, antes do pecado e da morte entrarem no mundo, Deus já havia instituído o matrimônio como a primeira e mais básica das relações humanas (Gênesis 2:18-24). Em toda a Escritura Sagrada, desde o Gênesis até o Apocalipse, o casamento é tratado não como uma mera convenção social, mas como uma aliança sagrada estabelecida diante de Deus, dotada de propósitos espirituais, sociais e emocionais profundos.

Nos dias de hoje, em meio a uma sociedade que relativiza o conceito de família, redefine o casamento e desconsidera os princípios bíblicos que o fundamentam, torna-se urgente retornar às Escrituras para compreender o que Deus realmente ensina sobre a relação entre marido e mulher. Este artigo propõe-se a examinar, exclusivamente com base na Bíblia Sagrada (versão Almeida Corrigida Fiel), os direitos e deveres de ambos os cônjuges e o modelo de relação matrimonial que é aprovado à luz da Palavra de Deus.

O artigo estrutura-se em oito seções principais: primeiramente, analisa-se a origem divina do matrimônio; em seguida, examinam-se os deveres do marido, os deveres da esposa e os direitos recíprocos no casamento; depois, discute-se o amor como fundamento da relação conjugal, o

simbolismo do casamento como representação de Cristo e a Igreja, as advertências bíblicas sobre o divórcio e, por fim, as marcas do relacionamento conjugal que agrada a Deus.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A Origem Divina do Matrimônio

O fundamento de toda a teologia bíblica do casamento encontra-se nos primeiros capítulos de Gênesis. Em Gênesis 1:27-28, lemos: "E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou. E Deus os abençoou e lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a". Aqui já se revelam verdades fundamentais: tanto o homem quanto a mulher foram criados à imagem de Deus, dotados da mesma dignidade essencial e chamados conjuntamente ao mandato cultural de povoar e administrar a terra.

Em Gênesis 2:18, Deus declara: "Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele". A expressão hebraica "ezer kenegdo" (עֵזֶר כְּנֶגְדּוֹ) significa literalmente "uma ajudadora como diante dele" ou "uma auxiliadora que lhe corresponda". Longe de denotar inferioridade, o termo "ezer" é usado em outros lugares para descrever o próprio Deus como o "auxílio" de Israel (Salmo 33:20; 115:9). A mulher foi criada como parceira correspondente, igual em essência e complementar em função.

O relato da criação da mulher a partir da costela de Adão (Gênesis 2:21-23) é rico em simbolismo. Deus não formou a mulher da cabeça do homem, para que não o dominasse, nem dos pés, para que não fosse por ele pisada, mas de seu lado, para que fosse sua companheira igual, próxima ao seu coração. Ao ver a mulher, Adão exclama: "Esta é agora osso dos meus ossos e carne da minha carne" (Gênesis 2:23), reconhecendo nela sua igualdade e identidade compartilhada. O texto conclui com o princípio fundador do casamento: "Portanto, deixará o homem o seu pai e a sua mãe e apegar-se-á à sua mulher, e serão uma só carne" (Gênesis 2:24). Este versículo estabelece três elementos essenciais do matrimônio bíblico: o desligamento dos laços parentais ("deixará"), a união permanente ("apegar-se-á") e a intimidade consumada ("serão uma só carne").

Jesus Cristo, em Mateus 19:4-6, confirma e reitera este fundamento: "Não tendes lido que aquele que os fez no princípio macho e fêmea os fez, e disse: Portanto, deixará o homem pai e mãe e apegar-se-á à sua mulher, e serão dois numa só carne? Assim não são mais dois, mas uma só carne. Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem". Jesus retorna ao propósito original da criação para afirmar a indissolubilidade do vínculo matrimonial, estabelecendo que o casamento não é uma instituição humana, mas uma obra divina: "o que Deus ajuntou".

2.2 Os Deveres do Marido

A Bíblia atribui ao marido responsabilidades específicas que definem seu papel na relação conjugal. Estas responsabilidades não são privilégios de dominação, mas mandamentos de amor, sacrifício e liderança servil.

O texto mais completo sobre os deveres do marido encontra-se em Efésios 5:25-33. Paulo ordena: "Vós, maridos, amai vossas mulheres, como também Cristo amou a igreja e a si mesmo se entregou por ela" (Efésios 5:25). Este é o padrão supremo do amor conjugal: o amor de Cristo pela Igreja.

Cristo amou a Igreja de forma sacrificial ("entregou-Se"), purificadora ("para a santificar") e provedora ("para a apresentar a si mesmo"). O marido é chamado a amar sua esposa com a mesma intensidade, dispondo-se ao sacrifício pessoal pelo bem-estar espiritual, emocional e material dela.

Paulo continua: "Assim devem os maridos amar as suas próprias mulheres como a seus próprios corpos. Quem ama a sua mulher ama-se a si mesmo. Porque nunca ninguém odiou a sua própria carne; antes a alimenta e sustenta, como também o Senhor à igreja" (Efésios 5:28-29). O apóstolo estabelece que o amor do marido pela esposa deve ser tão natural e cuidado como o amor que cada pessoa tem por seu próprio corpo. Isto implica provisão material, cuidado emocional e sustento espiritual. O marido que não provê para sua família é comparado ao infiel: "Se alguém não cuidar dos seus e principalmente dos da sua família, negou a fé e é pior do que o infiel" (1 Timóteo 5:8).

Pedro, por sua vez, exorta os maridos: "Igualmente vós, maridos, coabitai com elas com entendimento, dando honra à mulher, como ao vaso mais fraco, como sendo vós os seus coerdeiros da graça da vida, para que não sejam impedidas as vossas orações" (1 Pedro 3:7). Três aspectos destacam-se aqui. Primeiro, o marido deve conviver com "entendimento" ou "conhecimento" — compreendendo as particularidades de sua esposa, suas necessidades e sua forma de ser. Segundo, deve "dar honra" à mulher, tratando-a com dignidade, respeito e consideração. A expressão "vaso mais fraco" não se refere a inferioridade moral ou intelectual, mas à diferença física que exige proteção e cuidado, não dominação. Terceiro, ambos são "coerdeiros da graça da vida" — há absoluta igualdade espiritual diante de Deus. A consequência de não honrar a esposa é grave: as orações do marido serão impedidas.

Colossenses 3:19 resume de forma direta: "Vós, maridos, amai vossas mulheres e não vos irriteis contra elas". O amor é ordenado; a aspereza e a irritação constantes são proibidas. O marido bíblico é chamado a ser um líder servidor, que ama como Cristo, honra como a coerdeira, provê como mordomo e protege como guardião.

2.3 Os Deveres da Esposa

As Escrituras também estabelecem responsabilidades específicas para a esposa, sempre no contexto de uma relação de amor, respeito e parceria.

Em Efésios 5:22-24, Paulo escreve: "As mulheres sejam sujeitas a seus próprios maridos, como ao Senhor; porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele o Salvador do corpo. De sorte que, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus maridos". A palavra "sujeitar" (hypotassô, em grego) não significa submissão forçada ou inferioridade de valor, mas um ordenamento voluntário e amoroso. É crucial ler este texto no contexto imediato: o verso 21 estabelece o princípio geral de "sujeitai-vos uns aos outros no temor de Deus", indicando que a submissão é mútua na comunidade cristã. A submissão da esposa é uma resposta ao amor sacrificial do marido, e não uma imposição arbitrária.

Tito 2:4-5 ensina que as mulheres mais velhas devem "instruir as mulheres jovens a amarem seus maridos, a amarem seus filhos, a serem moderadas, castas, boas donas de casa, boas, sujeitas a seus maridos, para que a palavra de Deus não seja blasfemada". Nota-se aqui que o primeiro mandamento à esposa é amar o marido (philandros), e o segundo, amar os filhos (philoteknos). A submissão aparece no contexto mais amplo de virtudes que edificam o lar e preservam o testemunho cristão diante do mundo.

Primeiro Pedro 3:1-6 oferece orientações adicionais: "Semelhantemente, vós, mulheres, sede sujeitas aos vossos próprios maridos, para que também, se alguns não obedecem à palavra, pelo procedimento de suas mulheres sejam ganhos sem palavra". Pedro enfatiza a importância do testemunho silencioso e da conduta virtuosa sobre a aparência externa: "o seu enfeite não seja o exterior, no frisado dos cabelos, no uso de joias de ouro, na composição das vestes, mas o homem encoberto no coração, no incorruptível traje de um espírito manso e pacífico, que é precioso diante de Deus" (1 Pedro 3:3-4). Ele conclui exaltando a beleza interior e a confiança em Deus como as verdadeiras marcas da mulher piedosa.

Provérbios 31:10-31 apresenta o retrato da "mulher virtuosa" (*êchet chayil*), descrita como alguém cujo "valor muito excede ao de rubis" (Provérbios 31:10). Longe de ser passiva ou submissa, ela é retratada como ativa, empreendedora e sábia: "busca lã e linho e trabalha de boa vontade com suas mãos... abre a sua mão para o pobre e estende as suas mãos ao necessitado... a boca da sabedoria abre e a lei da beneficência está na sua língua" (Provérbios 31:13, 20, 26). Seu marido confia nela plenamente, e ela lhe faz bem e não mal todos os dias de sua vida (Provérbios 31:11-12). A mulher virtuosa é louvada não por sua submissão passiva, mas por sua força, sabedoria, laboriosidade e temor ao Senhor.

2.4 Direitos Recíprocos no Casamento

A Bíblia não trata apenas dos deveres de cada cônjuge, mas também dos direitos que ambos possuem na relação conjugal. Primeiro Coríntios 7:1-5 é o texto mais explícito sobre este aspecto. Paulo ensina que o casamento envolve direitos mútuos que devem ser honrados: "O marido pague à mulher a devida benevolência, e da mesma maneira a mulher ao marido. A mulher não tem poder sobre o seu próprio corpo, mas tem-no o marido; e também, da mesma maneira, o marido não tem poder sobre o seu próprio corpo, mas tem-no a mulher" (1 Coríntios 7:3-4).

Este texto é revolucionário para o seu contexto histórico. Paulo afirma que a intimidade conjugal não é um direito unilateral do marido sobre a esposa, mas um direito recíproco: ambos têm poder sobre o corpo do outro. A palavra "benevolência" (*opheilên*, em grego) significa literalmente "dívida" ou "aquilo que é devido". Há, portanto, uma dívida conjugal de cuidado, afeto e intimidade que ambos os cônjuges têm o direito de esperar e o dever de oferecer.

Paulo prossegue: "Não vos priveis um ao outro, senão por consentimento mútuo, por algum tempo, para vos aplicardes ao jejum e à oração; e depois ajuntai-vos outra vez, para que Satanás não vos tente pela vossa incontinência" (1 Coríntios 7:5). A privação da intimidade conjugal só é permitida mediante acordo mútuo, por tempo limitado e com propósito espiritual específico. Isto sublinha a importância da comunicação, do consentimento e da consideração mútua na vida conjugal.

O direito à companhia, ao afeto e ao cuidado não é apenas emocional, mas também prático. Malaquias 2:14-16 adverte contra a infidelidade e o divórcio, lembrando que a mulher é "a companheira da tua aliança". A palavra "companheira" (*chabereh*) denota parceira, amiga e igual. Além disso, o texto diz que Deus "ódio o divórcio" (Malaquias 2:16), indicando que o direito do cônjuge à estabilidade e à segurança da aliança matrimonial é protegido pelo próprio Deus.

2.5 O Amor como Fundamento da Relação Conjugal

O amor é o princípio fundamental que deve nortear toda a relação entre marido e mulher. Em Efésios 5, Paulo estabelece que o amor do marido pela esposa deve ser modelado pelo amor de Cristo pela Igreja — um amor sacrificial, purificador, provedor e fiel. Este amor não é meramente emocional ou romântico; é um amor de vontade e ação, que se expressa em atos concretos de serviço e doação.

O apóstolo João define a essência do amor divino: "Nós amamos porque ele nos amou primeiro" (1 João 4:19) e "Deus é amor" (1 João 4:8). No contexto conjugal, isto significa que o amor entre marido e mulher é uma resposta ao amor de Deus e uma expressão terrena do amor divino. O amor ágape — o amor sacrificial e incondicional — é aquele que deve permear o relacionamento. Primeira Coríntios 13 descreve este amor com detalhes: "O amor é paciente, é benigno; o amor não é invejoso; o amor não se vangloria, não se ensoberbece, não se porta inconvenientemente, não busca os seus interesses, não se irrita, não suspeita mal; não se alegra com a injustiça, mas se alegra com a verdade; tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta" (1 Coríntios 13:4-7).

O livro de Cantares de Salomão é o poema bíblico do amor conjugal, celebrando a intimidade, o desejo e a beleza do amor entre o esposo e a esposa. Cantares 8:6-7 declara: "Põe-me como selo sobre o teu coração, como selo sobre o teu braço, porque o amor é forte como a morte, e o ciúme é cruel como a sepultura; as suas brasas são brasas de fogo, com veementes labaredas. As muitas águas não podem apagar o amor, nem os rios afogá-lo. Ainda que alguém desse todos os bens de sua casa pelo amor, certamente o desprezariam". Este texto exalta a força, a beleza e o valor inestimável do amor conjugal. Provérbios 5:18-19 exorta o marido a alegrar-se com a esposa de sua juventude: "Seja bendito o teu tanque, e alegra-te com a mulher da tua mocidade. Como a corça amável e a graciosa cabra, os seus seios te saciem em todo o tempo; e pelo seu amor sejas enlevado perpetuamente".

Colossenses 3:14 resume: "E, sobre tudo isto, revesti-vos de amor, que é o vínculo da perfeição". O amor é o vínculo que une e aperfeiçoa todas as demais virtudes na relação conjugal. Sem ele, os deveres tornam-se cargas e os direitos tornam-se exigências. Com ele, marido e mulher experimentam a união que Deus planejou desde o princípio.

2.6 O Casamento como Símbolo da Relação entre Cristo e a Igreja

Uma das revelações mais sublimes sobre o casamento nas Escrituras é que ele foi designado por Deus para ser um símbolo vivo da relação entre Cristo e Sua Igreja. Em Efésios 5:31-32, Paulo, após citar Gênesis 2:24, declara: "Grande é este mistério; digo-o, porém, a respeito de Cristo e da igreja". O apóstolo revela que o padrão original do casamento em Gênesis apontava profeticamente para o mistério da união entre Cristo e os Seus redimidos.

Cristo é apresentado como o Noivo que ama, purifica e se sacrifica pela Sua Noiva (a Igreja). João Batista refere-se a Jesus como o "Noivo" e a si mesmo como "amigo do noivo" (João 3:29). Apocalipse 19:7-9 proclama: "Regozijemo-nos e alegremo-nos e demos-lhe glória, porque vieram as bodas do Cordeiro, e já a sua esposa se aprontou". O casamento é, portanto, uma parábola viva do evangelho: assim como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, o marido é chamado a amar sua esposa; assim como a Igreja se sujeita a Cristo, a esposa é chamada a respeitar e apoiar seu marido.

O profeta Oseias é um exemplo dramático desta verdade. Deus ordena a Oseias que se case com Gomer, uma mulher adúltera, como símbolo do amor de Deus por Israel, que fora infiel (Oseias 1:2; 3:1). Através do sofrimento e da fidelidade do profeta, Deus demonstra Seu amor incondicional por

Seu povo. O casamento, mesmo em suas dificuldades, é um instrumento para revelar o caráter de Deus ao mundo.

Hebreus 13:4 declara: "Venerado seja entre todos o matrimônio e o leito sem mácula; aos que se dão à prostituição e aos adúlteros Deus os julgará". O casamento é digno de honra porque é uma instituição divina que reflete a aliança eterna de Deus com Seu povo. A fidelidade conjugal é, portanto, um reflexo da fidelidade divina, e a infidelidade conjugal é uma violação grave que atenta contra este símbolo sagrado.

2.7 Advertências sobre o Divórcio e a Infidelidade

A Bíblia não ignora a realidade dos conflitos conjugais, mas adverte solenemente contra o divórcio e a infidelidade. Em Malaquias 2:14-16, o Senhor declara que odeia o divórcio: "Porque o Senhor, o Deus de Israel, diz que odeia o repúdio, embora aquele que repudiar cubra a injustiça com a sua veste, diz o Senhor dos Exércitos". Deus é apresentado como testemunha da aliança matrimonial, e a quebra desta aliança é tratada como violência e perfidia.

Jesus, em Mateus 19:3-9, é questionado pelos fariseus sobre a legalidade do divórcio. Sua resposta remete à ordem original da criação: "Moisés, por causa da dureza do vosso coração, vos permitiu repudiar vossas mulheres; mas ao princípio não foi assim" (Mateus 19:8). Jesus reconhece que a lei mosaica tolerou o divórcio devido à dureza do coração humano, mas aponta para o ideal original da indissolubilidade. Ele estabelece uma exceção: "Qualquer que repudiar sua mulher, a não ser por causa de fornicção, e casar com outra, comete adultério" (Mateus 19:9). A infidelidade sexual (à qual o termo "fornicação"/porneia se refere) é apresentada como a única base que permite o divórcio.

O apóstolo Paulo, em 1 Coríntios 7:10-16, aborda situações adicionais. Aos casados, ordena não separar-se (1 Coríntios 7:10-11). Aos casamentos mistos (crente com não crente), ele instrui que, se o não crente quiser permanecer, o crente não deve divorciar-se, pois "o marido incrédulo é santificado pela mulher" (1 Coríntios 7:14). Contudo, "se o incrédulo se apartar, aparte-se; porque para tais necessidades o irmão ou a irmã não estão sujeitos à servidão" (1 Coríntios 7:15).

O sétimo mandamento do Decálogo é inequívoco: "Não adulterarás" (Êxodo 20:14). O adultério é tratado nas Escrituras como um pecado grave contra Deus, contra o cônjuge e contra a aliança. Provérbios 6:32 adverte: "O que adultera com uma mulher é falto de entendimento; destrói a sua alma o que tal faz". Hebreus 13:4 reforça que "aos que se dão à prostituição e aos adúlteros Deus os julgará". A fidelidade conjugal não é opcional para o cristão; é um mandamento divino que protege a santidade do casamento e a integridade da família.

2.8 O Relacionamento Conjugal Aprovado por Deus

Após examinar os diversos aspectos do ensino bíblico sobre o casamento, podemos identificar as marcas de um relacionamento conjugal que é aprovado à luz da Palavra de Deus.

Primeiramente, o casamento aprovado por Deus é um casamento de aliança. Em Provérbios 2:17, o casamento é descrito como "a aliança de Deus". Isto significa que o vínculo conjugal não é apenas um contrato social que pode ser desfeito quando uma das partes se sente insatisfeita, mas uma aliança sagrada feita na presença de Deus, que une o casal até que a morte os separe (Romanos 7:2-3). A aliança implica compromisso, fidelidade e permanência.

Em segundo lugar, o casamento aprovado é marcado pelo amor sacrificial e respeito mútuo. O marido ama como Cristo amou a Igreja (Efésios 5:25), e a esposa respeita e apoia o marido (Efésios 5:33). Ambos se sujeitam um ao outro no temor de Deus (Efésios 5:21). Não há lugar para dominação tirânica ou submissão forçada; há serviço mútuo, honra recíproca e cuidado amoroso.

Em terceiro lugar, o casamento aprovado é caracterizado pela fidelidade exclusiva. O sétimo mandamento (Êxodo 20:14), a advertência de Provérbios contra o adultério (Provérbios 5:15-20; 6:27-35) e o ensino de Jesus (Mateus 5:27-28) estabelecem que a fidelidade não é apenas física, mas também mental e emocional. O casamento aprovado por Deus é monogâmico, heterossexual e vitalício, conforme o padrão original estabelecido em Gênesis.

Em quarto lugar, é um casamento onde ambos são coerdeiros da graça. Pedro declara que marido e mulher são "coerdeiros da graça da vida" (1 Pedro 3:7), indicando que há plena igualdade espiritual diante de Deus. Gálatas 3:28 confirma: "Nisto não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus". No plano espiritual, não há hierarquia; ambos têm acesso igual à salvação, aos dons espirituais e à presença de Deus.

Em quinto lugar, é um casamento que glorifica a Deus. A união conjugal foi criada para refletir a glória de Deus ao mundo. Quando marido e mulher se amam, se respeitam e vivem em fidelidade e harmonia, eles demonstram ao mundo o amor de Cristo pela Igreja (Efésios 5:32). O casamento cristão é, portanto, uma ferramenta evangelística e um testemunho do poder transformador do evangelho.

O Salmo 128, o "salmo da família bem-aventurada", retrata a bênção divina sobre o lar que teme ao Senhor: "Bem-aventurado aquele que teme ao Senhor e anda nos seus caminhos. Pois comerás do trabalho das tuas mãos, feliz serás, e te irá bem. A tua mulher será como a videira frutífera aos lados da tua casa; os teus filhos como plantas de oliveira à roda da tua mesa" (Salmo 128:1-3). Este salmo condensa a promessa de Deus para aqueles que edificam seu lar sobre o fundamento da Sua Palavra.

3 CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, examinou-se a relação entre marido e mulher fundamentada exclusivamente nas Escrituras Sagradas. O casamento, conforme revelado na Bíblia, não é uma invenção humana, mas uma instituição divina estabelecida por Deus no Éden, antes da entrada do pecado no mundo (Gênesis 1:27-28; 2:18-24). Desde o princípio, Deus determinou que o homem e a mulher fossem parceiros iguais em dignidade, complementares em suas diferenças e unidos em uma aliança vitalícia.

A Bíblia atribui ao marido a responsabilidade de amar sua esposa como Cristo amou a Igreja — com amor sacrificial, provedor, protetor e santificador (Efésios 5:25-33). Deve honrá-la como coerdeira da graça, tratá-la com entendimento e jamais irar-se contra ela (1 Pedro 3:7; Colossenses 3:19). À esposa, as Escrituras atribuem o papel de auxiliadora idônea, parceira fiel, administradora sábia do lar e submissa voluntária à liderança amorosa do marido (Efésios 5:22-24; Provérbios 31; Tito 2:4-5).

Os direitos recíprocos são claramente afirmados: ambos têm poder sobre o corpo do outro e devem pagar a devida benevolência conjugal (1 Coríntios 7:3-5). O amor é apresentado como o fundamento e o vínculo da perfeição na relação conjugal (1 Coríntios 13; Colossenses 3:14), e o casamento é elevado à condição de símbolo vivo da união entre Cristo e a Igreja (Efésios 5:31-32; Apocalipse 19:7-9).

As Escrituras advertem solenemente contra o adultério (Êxodo 20:14; Provérbios 6:32; Hebreus 13:4) e contra o divórcio (Malaquias 2:16; Mateus 19:3-9), chamando os cônjuges à fidelidade e à perseverança na aliança. O relacionamento conjugal aprovado por Deus é aquele que se fundamenta na aliança, no amor sacrificial, no respeito mútuo, na fidelidade exclusiva, na igualdade espiritual e no propósito de glorificar a Deus.

Que as palavras de Gênesis 2:24 ecoem como o padrão divino para todo casamento: "Portanto, deixará o homem o seu pai e a sua mãe e apegar-se-á à sua mulher, e serão uma só carne". E que cada marido e cada esposa possam viver de modo que seu lar seja um reflexo do amor de Cristo pela Igreja, para glória de Deus e bênção das famílias.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gênesis 1–2.

BÍBLIA. A. T. Êxodo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Êxodo 20.

BÍBLIA. A. T. Levítico. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Levítico.

BÍBLIA. A. T. Salmos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Salmo 128.

BÍBLIA. A. T. Provérbios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Provérbios 5–6, 31.

BÍBLIA. A. T. Cantares de Salomão. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Cantares 8.

BÍBLIA. A. T. Malaquias. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Malaquias 2.

BÍBLIA. N. T. Mateus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Mateus 5, 19.

BÍBLIA. N. T. João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. João 3.

BÍBLIA. N. T. Romanos. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Romanos 7.

BÍBLIA. N. T. 1 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Coríntios 7, 13.

BÍBLIA. N. T. 2 Coríntios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 2 Coríntios.

BÍBLIA. N. T. Gálatas. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Gálatas 3.

BÍBLIA. N. T. Efésios. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Efésios 5.

BÍBLIA. N. T. Colossenses. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Colossenses 3.

BÍBLIA. N. T. 1 Timóteo. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Timóteo 5.

BÍBLIA. N. T. Tito. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Tito 2.

BÍBLIA. N. T. Hebreus. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Hebreus 13.

BÍBLIA. N. T. 1 Pedro. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 Pedro 3.

BÍBLIA. N. T. 1 João. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. 1 João 4.

BÍBLIA. N. T. Apocalipse. In: BÍBLIA. Português. Almeida Corrigida Fiel. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 2007. Apocalipse 19.

O Que é a Graça de Deus?

Graça & Verdade · 10 de junho de 2026 · 2 min de leitura

Um estudo profundo sobre o significado da graça divina, sua manifestação em Cristo e como ela transforma a vida do cristão.

Introdução

A graça de Deus é um dos conceitos mais centrais da fé cristã. A palavra "graça" aparece centenas de vezes na Bíblia e está no coração do evangelho. Mas o que realmente significa a graça de Deus?

O apóstolo João nos diz que "a lei foi dada por intermédio de Moisés; a graça e a verdade vieram por meio de Jesus Cristo" (João 1:17). Isso nos mostra que a graça não é apenas um conceito abstrato — ela é uma pessoa: Jesus.

O Significado da Graça

No grego do Novo Testamento, a palavra é *charis*, que carrega o sentido de favor imerecido, bondade, generosidade. A graça de Deus é o Seu amor em ação para com pessoas que não merecem.

Efésios 2:8-9 declara: *"Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós mesmos, é dom de Deus; não vem das obras, para que ninguém se glorie."*

A graça nos ensina três verdades fundamentais:

1. **A salvação é um presente** — não podemos conquistá-la
2. **Deus tomou a iniciativa** — Ele nos amou primeiro
3. **Não há espaço para orgulho** — tudo é pela graça

Graça que Transforma

A graça não apenas salva; ela transforma. Tito 2:11-12 diz que *"a graça de Deus se manifestou salvadora a todos os homens, educando-nos para que [...] vivamos neste presente século sóbria, justa e piedosamente."*

A verdadeira graça não é licença para pecar, mas poder para viver em santidade.

Conclusão

A graça de Deus é o alicerce da fé cristã. Ela nos alcança onde estamos, mas não nos deixa como estamos. Em Cristo, recebemos graça sobre graça (João 1:16), um fluxo contínuo do amor divino que nos sustenta dia após dia.

"A graça é o amor de Deus em ação, derramado sobre pessoas que não merecem." — Anônimo

O Poder Transformador da Oração

Graça & Verdade · 8 de junho de 2026 · 2 min de leitura

Como a oração molda o caráter do cristão, fortalece a fé e nos conecta intimamente com Deus no dia a dia.

A Essência da Oração

A oração não é um ritual religioso, mas um relacionamento vivo com Deus. Jesus nos ensinou a orar não como os hipócritas, mas em secreto, com sinceridade de coração (Mateus 6:5-6).

O apóstolo Paulo nos exorta: *"Orai sem cessar"* (1 Tessalonicenses 5:17). Mas como podemos orar sem cessar em meio à correria da vida moderna?

Dimensões da Oração

1. Adoração

Comece sua oração reconhecendo quem Deus é. A oração do Pai Nosso começa com "santificado seja o teu nome".

2. Confissão

A oração sincera inclui reconhecer nossas falhas. *"Se confessarmos os nossos pecados, Ele é fiel e justo para nos perdoar"* (1 João 1:9).

3. Gratidão

Um coração grato transforma a perspectiva. *"Em tudo dai graças"* (1 Tessalonicenses 5:18).

4. Súplica

Apresente seus pedidos a Deus com fé. Filipenses 4:6 nos encoraja a levar tudo em oração.

Barreiras à Oração

- Falta de tempo ou prioridade
- Pecado não confessado
- Dúvidas sobre a eficácia da oração
- Distrações constantes

O Resultado da Oração

A oração muda circunstâncias? Sim. Mas, acima de tudo, a oração nos muda. Passamos a ver o mundo com os olhos de Deus. A paz que excede todo entendimento guarda nosso coração e mente em Cristo Jesus (Filipenses 4:7).

Estabeleça hoje um tempo diário de oração. Comece com 5 minutos e veja como Deus transforma sua vida através desse hábito espiritual.

O Fruto do Espírito Santo

Graça & Verdade · 5 de junho de 2026 · 2 min de leitura

Uma análise detalhada dos nove frutos do Espírito listados em Gálatas 5, e como cultivá-los na vida cristã.

Introdução

Em Gálatas 5:22-23, Paulo lista o fruto do Espírito — note que é "fruto" no singular, não "frutos". Isso indica que essas qualidades formam um caráter unificado, produzido pelo Espírito Santo em nós.

"Mas o fruto do Espírito é: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio. Contra estas coisas não há lei."

Os Nove Aspectos do Fruto

1. Amor (Ágape)

O amor ágape é sacrificial, incondicional. É o amor de Deus derramado em nossos corações (Romanos 5:5). É a base de todos os outros aspectos do fruto.

2. Alegria

Não é felicidade baseada em circunstâncias, mas uma alegria profunda que vem da presença de Deus. *"A alegria do Senhor é a vossa força"* (Neemias 8:10).

3. Paz

A paz que excede todo entendimento. É tranquilidade interior mesmo em meio às tempestades da vida.

4. Longanimidade

Paciência, especialmente com pessoas difíceis. É a capacidade de suportar ofensas sem retaliação.

5. Benignidade

Gentileza em ação. É a disposição de fazer o bem, sem esperar nada em troca.

6. Bondade

Integridade moral que se manifesta em atitudes retas. Bondade vai além de ser bom — é fazer o bem ativamente.

7. Fidelidade

Lealdade, confiabilidade. É ser uma pessoa em quem outros podem confiar, assim como Deus é fiel conosco.

8. Mansidão

Força sob controle. Jesus disse: "*Sou manso e humilde de coração*" (Mateus 11:29).

9. Domínio Próprio

Autocontrole, especialmente sobre desejos e impulsos. É a capacidade de dizer "não" à carne e "sim" ao Espírito.

Como Cultivar o Fruto

O fruto do Espírito não é produzido por esforço humano, mas cultivado pela permanência em Cristo:

- Permaneça na Palavra diariamente
- Cultive uma vida de oração
- Ande em obediência ao Espírito
- Renda áreas específicas da sua vida a Deus

Conclusão

O fruto do Espírito é a evidência visível de uma vida transformada por Cristo. Não se trata de perfeição, mas de direção — estamos nos tornando mais parecidos com Jesus a cada dia.

Como Estudar a Bíblia: Um Guia Prático

Graça & Verdade · 3 de junho de 2026 · 2 min de leitura

Métodos práticos para estudar as Escrituras de forma eficaz, incluindo abordagens temáticas, por livro e devocional.

Por Que Estudar a Bíblia?

A Bíblia é a Palavra de Deus, viva e eficaz (Hebreus 4:12). Estudá-la não é apenas um dever religioso, mas um privilégio — é conhecer o coração de Deus revelado nas Escrituras.

O salmista declarou: *"Lâmpada para os meus pés é a tua palavra e luz para o meu caminho"* (Salmos 119:105).

Métodos de Estudo

1. Método Devocional (SOAP)

- **Scripture:** Leia a passagem
- **Observation:** O que o texto diz?
- **Application:** Como isso se aplica à minha vida?
- **Prayer:** Ore sobre o que aprendeu

2. Método por Livro

Escolha um livro da Bíblia e estude-o inteiro:

- Leia o livro todo de uma vez (contexto geral)
- Estude capítulo por capítulo
- Anote temas recorrentes, palavras-chave e estrutura

3. Método Temático

Escolha um tema (graça, fé, oração) e estude todas as passagens relacionadas usando uma concordância bíblica.

4. Método Indutivo

- **Observação:** O que o texto diz?
- **Interpretação:** O que o texto significa?

- **Aplicação:** O que devo fazer?

Ferramentas Úteis

- Bíblia de estudo com comentários
- Concordância bíblica
- Dicionário bíblico
- Caderno de anotações
- Aplicativos como YouVersion e Blue Letter Bible

Princípios Importantes

1. **Contexto é rei** — nunca interprete um versículo isolado
2. **A Bíblia interpreta a Bíblia** — compare Escritura com Escritura
3. **Ore antes de estudar** — peça iluminação ao Espírito Santo
4. **Aplique o que aprendeu** — conhecimento sem obediência é vazio

Conclusão

O estudo bíblico não é sobre acumular informação, mas sobre transformação. Como disse Tiago: *"Tornai-vos praticantes da palavra e não somente ouvintes"* (Tiago 1:22).

Comece hoje. Separe 15 minutos. Pegue um caderno. Abra sua Bíblia. Deus tem algo para falar com você.

Fé e Obras: O Ensino de Tiago

Graça & Verdade · 1 de junho de 2026 · 2 min de leitura

Entendendo a aparente contradição entre Paulo e Tiago sobre fé e obras, e como ambos ensinam a mesma verdade de ângulos complementares.

Uma Questão Antiga

Poucos temas geram tanta discussão quanto a relação entre fé e obras. Paulo diz que somos justificados pela fé (Romanos 3:28). Tiago diz que a fé sem obras é morta (Tiago 2:17). Há contradição?

A resposta é um enfático **não**. Ambos ensinam a mesma verdade, mas de perspectivas diferentes e para públicos diferentes.

Paulo: A Raiz da Salvação

Paulo combatia os judaizantes que ensinavam que a circuncisão e as obras da lei eram necessárias para a salvação. Sua tese:

"Concluimos, pois, que o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei." (Romanos 3:28)

Para Paulo, as obras são o **fruto** da salvação, não a **causa**. Efésios 2:8-10 é claro: salvos pela graça, mediante a fé, **para** as boas obras.

Tiago: O Fruto da Salvação

Tiago escreve para pessoas que usavam a "fé" como desculpa para uma vida sem transformação. Sua tese:

"Assim também a fé, se não tiver obras, é morta em si mesma." (Tiago 2:17)

Tiago não contradiz Paulo — ele pergunta: *"Mostra-me a tua fé sem obras, e eu te mostrarei a minha fé pelas minhas obras"* (Tiago 2:18).

A Ilustração de Abraão

Curiosamente, tanto Paulo (Romanos 4) quanto Tiago (Tg 2:21-24) usam Abraão como exemplo:

- **Paulo** aponta para Gênesis 15:6 — Abraão creu, e isso lhe foi imputado como justiça
- **Tiago** aponta para Gênesis 22 — Abraão ofereceu Isaque, e sua fé foi aperfeiçoada pelas obras

Paulo fala da raiz; Tiago fala do fruto. A mesma árvore, vista de ângulos diferentes.

Conclusão

A fé verdadeira sempre produz obras. Não somos salvos pelas obras, mas a salvação genuína inevitavelmente produz frutos de obediência. Como disse Jesus: *"Pelos seus frutos os conhecereis"* (Mateus 7:20).

A pergunta não é "preciso de obras para ser salvo?" mas sim "minha fé tem produzido obras que glorificam a Deus?"

O Amor de Deus Revelado na Cruz

Graça & Verdade · 28 de maio de 2026 · 2 min de leitura

A cruz de Cristo como a maior demonstração do amor de Deus pela humanidade e o que isso significa para a nossa identidade.

A Maior Demonstração de Amor

"Mas Deus prova o seu amor para conosco pelo fato de ter Cristo morrido por nós, sendo nós ainda pecadores." (Romanos 5:8)

A cruz não é apenas um evento histórico. É a declaração definitiva de Deus sobre o valor que Ele atribui a cada ser humano. Na cruz, o amor e a justiça de Deus se encontraram.

Amor Imerecido

O que torna o amor de Deus tão extraordinário é que ele não depende de nós. Não fizemos nada para merecê-lo. Ele nos amou quando éramos inimigos (Romanos 5:10).

João expressa isso de forma simples e profunda: *"Nós amamos porque Ele nos amou primeiro"* (1 João 4:19).

Implicações para Nós

1. **Nossa identidade está segura** — somos amados incondicionalmente
2. **Podemos amar os outros** — quem experimenta o amor de Deus pode transbordar esse amor
3. **Não precisamos performar** — o amor de Deus não depende do nosso desempenho

Um Convite

Se você nunca experimentou esse amor, hoje é o dia. A cruz está de braços abertos. Como disse Jesus: *"Vinde a mim, todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei"* (Mateus 11:28).

Deixe-se amar por Aquele que deu a vida por você.